

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**O IMPACTO DAS VARIÁVEIS AMBIENTAL, SOCIAL
E ECONÔMICA NO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL EM MUNICÍPIOS
TURÍSTICOS DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Raoni de Oliveira Inácio

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**O IMPACTO DAS VARIÁVEIS AMBIENTAL, SOCIAL E
ECONÔMICA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL EM MUNICÍPIOS TURÍSTICOS DA REGIÃO
DAS HORTÊNSIAS/RS**

Raoni de Oliveira Inácio

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Administração

Orientador: Prof. Dr. Milton Luiz Wittmann

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Administração**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O IMPACTO DAS VARIÁVEIS AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA
NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL EM
MUNICÍPIOS TURÍSTICOS DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS/RS**

elaborada por
Raoni de Oliveira Inácio

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Administração

COMISSÃO EXAMINADORA:

Milton Luiz Wittmann, Dr.
(Presidente/Orientador)

Douglas Wegner, Dr. (UNISC)

Luciana Flores Battistella, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 28 de novembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e Nossa Senhora de Nazaré por todas as graças alcançadas em minha vida;

À minha mãe, Neide Santana de Oliveira, pelo seu amor incondicional, por ser exemplo de mulher e perseverança;

Ao meu pai, Alexandre Timóteo Inácio, por sempre me incentivar a estudar e fazer com que acredite que a educação seja um instrumento respeito ao próximo;

Ao meu irmão, Sicelo Alexandre de Oliveira Inácio, pelo amor, companheirismo e apoio em todos os momentos de minha vida;

À Maurinice Daniela Rodrigues, pela serenidade e apoio na minha ausência durante período de mestrado;

Ao meu orientador, Prof^o Dr^o Milton Luiz Wittmann, pelo estímulo, confiança, ensinamentos acadêmicos durante o mestrado;

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Luciana Flores Battistella, pela contribuição e disposição em ajudar-me neste trabalho;

Aos professores do PPGA/UFSM pelos seus ensinamentos, em especial à Prof^a Dr^a Márcia Zampieri Grohman, por suas contribuições no delineamento deste trabalho;

Ao Thiago Reis Xavier pela ajuda e contribuições nas pesquisas acadêmicas;

Aos meus amigos de turma pelo companheirismo e, em especial, a Janaina Mortari Schiavini e Fernanda Pase Casassola, pela amizade, carinho e palavras de incentivo durante o mestrado;

Aos secretários do PPGA/UFSM, Roni Storti de Barros e Luiz Cunha Dutra pela dedicação em auxiliar-me no que precisei durante o curso;

À Juliana Kern e Tiéli Nunes Minussi pelo auxílio no desenvolvimento desta pesquisa;

À UFOP pela primeira oportunidade em prol do ensino e pesquisa;

À UFSM por oportunizar o prosseguimento no campo da Pós-graduação,

À CAPES pelo incentivo financeiro na realização da Pós-graduação;

À FAPERGS pelo financiamento do projeto de pesquisa, do qual, este trabalho fora originado;

A todos que de alguma forma me ajudaram na concretização desta etapa da minha vida.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Maria

O IMPACTO DAS VARIÁVEIS AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL EM MUNICÍPIOS TURÍSTICOS DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS/RS

AUTOR: RAONI DE OLIVEIRA INÁCIO

ORIENTADOR: PROF. DR. MILTON LUIZ WITTMANN

DATA E LOCAL DA DEFESA: SANTA MARIA, 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

As mudanças proporcionadas pela preocupação ambiental sustentam um novo paradigma, no qual se alteram os processos de desenvolvimento regional em relação às localidades turísticas. Atualmente, visando esta perspectiva de mudanças, uma região turística se assegura em premissas que atendem ao novo contexto global, tais como: a questão econômica, que por sua vez exige uma articulação em prol dos interesses corporativos, os fatores sociais e ambientais que de forma especializada e contígua permitem atender os anseios do desenvolvimento regional contemporâneo. Estes fatores, de articulação contemporâneos, possibilitam que o desenvolvimento regional se fundamente em diferentes modelos que contemplam a sustentabilidade, além de facultar estudar a influência de instituições como o Estado, as organizações e a sociedade no processo em epígrafe. Neste cenário, que envolve a perspectiva do novo paradigma, o do desenvolvimento regional sustentável (DRS), é que o presente trabalho pode sugerir estudar cidades de Gramado, Canela e Nova Petrópolis, expoentes do setor de turismo na Região das Hortênsias/RS. Este estudo tem como norteador o objetivo de verificar qual o impacto das variáveis ambiental, econômica e social, a partir da percepção dos representantes do Estado, sociedade e organizações, no processo de desenvolvimento regional sustentável em cidades turísticas da Região das Hortênsias no estado do Rio do Grande do Sul. Para tanto, implementou-se uma pesquisa com caráter quantitativo, exploratório, descritivo e causal do tipo survey, pois este método contempla uma análise de literatura sobre o tema, a significância de identificação e análise estatística das variáveis sociais, econômicas e ambientais contidas na adaptação do modelo a ser utilizado de Chow e Chen (2011). O modelo permite que a coleta dos dados envolva funcionários públicos efetivos, cargos comissionados, secretários de governo e subsecretários de governo (representantes do Estado), professores (representantes da sociedade) e empresários e/ou gerentes de empresas (representantes das organizações). O instrumento de pesquisa se configura na forma de questionários estruturados, e tem a finalidade de avaliar qual a satisfação do público alvo com relação as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento regional sustentável da Região das Hortênsias. Dentre os resultados encontrados obteve-se que, as dimensões econômica, social e ambiental adaptadas do modelo de Chow e Chen (2011) afetam de forma positiva o DRS. Os resultados também demonstraram que a variável ambiental é a que mais influencia no DRS.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento regional sustentável; Região das Hortênsias.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Maria

THE IMPACT OF ENVIRONMENT, SOCIAL AND ECONOMIC VARIABLES IN THE REGIONAL AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN TURISTIC CITIES IN THE REGION OF HORTÊNSIAS/RS

AUTHOR: RAONI DE OLIVEIRA INÁCIO

ADVISER: PROF. DR. MILTON LUIZ WITTMANN

DATE AND PLACE OF PRESENTATION: SANTA MARIA, NOVEMBER 28TH 2012.

The changes brought by environmental concerns underpin a new paradigm in which change regional development processes in relation to tourist locations. Currently, in order to a change perspective, a tourist area aims the new global context, such as: the economic issue, which requires an articulation in favor of corporate interests, the social and environmental factors, that in a special shape allow to meet the aspirations of the contemporary regional development. These contemporary articulation factors enable regional development is based on different models that address sustainability, and provide study about the institutions as state, organizations and society. In this scenario, which involves the perspective of the new paradigm, the sustainable regional development (SRD), is that this study may suggest studying cities of Gramado, Canela and Nova Petrópolis, exponents of the tourism sector in the Region of Hortênsias/ RS. This study aims to verify the impact of environmental, economic and social variables, from the perception of the representatives of the state, society and organizations in the process of sustainable regional development in tourist cities of the Region of Hortênsias in Rio Grande do Sul. Therefore, we sought to implement a quantitative, descriptive and survey research, since this method includes a significance of identifying and analyzing the social, economic and environmental variables contained in the Chow and Chen (2011) model that was adapted to this study. The model allows data collection involving effective public servants, commissioned positions, government secretaries and undersecretaries (state representatives), teachers (society representatives) and employers and/or managers (organizations representatives). The survey instrument is configured in the form of structured questionnaires, and aims to assess how the target audience satisfaction regarding the economic, social and environmental aspects of sustainable regional development in the Region of Hortênsias. As a result it was found that the economic, social and environmental model adapted from Chow and Chen (2011) affects positively the SRD.

Keywords: Regional Development; Sustainable Regional Development; Region of Hortênsias.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atividade turística sustentável.....	32
Quadro 2: Variáveis do modelo de Chow e Chen (2011)	43
Quadro 3: Constructo e variável ambiental	46
Quadro 4: Constructo e variáveis sociais	47
Quadro 5: Constructo e variáveis econômicas	48
Quadro 6: Variável dependente e variáveis independentes	48
Quadro 7: Locais de coleta de dados e número de questionários aplicados em Gramado	62
Quadro 8: Porcentagem dos entrevistados de Gramado por gênero e função exercida	63
Quadro 9: Locais de coleta de dados e número de questionários aplicados em Canela.....	66
Quadro 10: Porcentagem dos respondentes de Canela por gênero e função exercida	67
Quadro 11: Locais de coleta de dados e número de questionários aplicados em Nova Petrópolis.....	70
Quadro 12: Porcentagem dos respondentes de Nova Petrópolis por gênero e função exercida	71
Quadro 13: Resultado estatístico das variáveis independentes do constructo SOC.....	97
Quadro 14: Resultado estatístico das variáveis independentes do constructo SOC após exclusão das variáveis SOC4 e SOC5	98
Quadro 15: Resultado estatístico das variáveis independentes do constructo ECO.....	99
Quadro 16: Resultado estatístico das variáveis independentes do constructo ECO após exclusão das variáveis SOC4 e SOC5	100
Quadro 17: Resultado estatístico das variáveis independentes do constructo AMB.....	101
Quadro 18: Matriz de correlação de Pearson.....	106
Quadro 19: Variância explicada e variáveis do modelo	107
Quadro 20: Teste F da ANOVA	108
Quadro 21: Análise estatística dos coeficientes das variáveis independentes do modelo.....	109
Quadro 22: Relação do coeficiente β e a teoria de construção das hipóteses	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diferenças nos problemas e perspectivas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.....	21
Figura 2: Categorias do desenvolvimento regional sustentável	25
Figura 3: Hipótese 1 da pesquisa.....	27
Figura 4: Hipótese 2 da pesquisa.....	28
Figura 5: Hipótese 3 da pesquisa.....	29
Figura 6: Procedimentos do método científico.....	39
Figura 7: <i>Framework</i> da pesquisa	44
Figura 8: Framework do desenvolvimento regional sustentável.....	49
Figura 9: Mapa da Região das Hortênsias	56
Figura 10: Desenho de pesquisa após a análise fatorial	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 4: Categorias do perfil da amostra	51
Tabela 1: Dados socioeconômicos e demográficos do Município de Gramado.....	58
Tabela 2: Dados socioeconômicos e demográficos do Município de Canela	59
Tabela 3: Dados socioeconômicos e demográficos do Município de Nova Petrópolis	60
Tabela 5: Média das variáveis que mensuram a <i>esfera ambiental no processo de desenvolvimento regional sustentável</i>	75
Tabela 6: Média das variáveis que mensuram a <i>esfera social no processo de desenvolvimento regional sustentável</i>	77
Tabela 7: Média das variáveis que mensuram a <i>esfera econômica no processo de desenvolvimento regional sustentável</i>	79
Tabela 8: Média da variável dependente DRS	80
Tabela 9: Cruzamento entre faixa etária e variável ECO6	83
Tabela 10: Cruzamento entre faixa etária e variáveis AMB3, AMB5 e AMB6	84
Tabela 11: Cruzamento entre faixa etária e variáveis SOC4 e SOC6	85
Tabela 12: Cruzamento entre renda familiar e variáveis ECO1, ECO2, ECO3 e ECO6	86
Tabela 13: Cruzamento entre renda familiar e variáveis AMB1, AMB2, AMB4, AMB7 e AMB8	88
Tabela 14: Cruzamento entre faixa etária e variáveis escalares do constructo SOC.....	89
Tabela 15: Cruzamento entre faixa etária e variáveis escalares do constructo ECO	90
Tabela 16: Cruzamento entre faixa etária e variáveis escalares do constructo AMB	91
Tabela 17: Cruzamento entre município no qual trabalha os respondentes e as variáveis escalares do constructo SOC	93
Tabela 18: Cruzamento entre município no qual trabalha os respondentes e as variáveis escalares do constructo ECO	94
Tabela 19 Cruzamento entre município no qual trabalha os respondentes e as variáveis escalares do constructo AMB	95
Tabela 20: Média das variáveis independentes do modelo de estudo	104
Tabela 21: Valores dos intervalos da matriz de correlação	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária e função da amostra da cidade de Gramado	64
Gráfico 2: Faixa de renda familiar e função exercida da amostra da cidade de Gramado	65
Gráfico 6: Faixa etária e Função da amostra da cidade de Canela	68
Gráfico 7: Faixa de renda familiar e função da amostra da cidade de Canela	69
Gráfico 5: Faixa de renda familiar e função da amostra da cidade de Petrópolis	72
Gráfico 6: Função da e faixa de renda familiar da amostra da cidade de Petrópolis.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
SOC	Social
ECO	Econômico
AMB	Ambiental
FEE	Fundação de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul
PMG	Prefeitura Municipal da cidade de Gramado
PMC	Prefeitura Municipal da cidade de Canela
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
WTO	World Trade Organization
WTO	World Tourism Organization
OMC	Organização Mundial do Comércio
UNEP	United Nations Environment Programme
OECD	Organisation for Economic Co-Operation and Development
WCDE	World Commission on Environment and Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Problemática	17
1.2	Objetivos	18
1.2.1	Objetivo principal.....	18
1.2.2	Objetivos específicos.....	18
1.3	Justificativa	19
2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	23
2.1	Desenvolvimento Regional Sustentável	23
2.2	O Desenvolvimento regional sustentável sob as perspectivas das políticas do Estado	32
2.3	Desenvolvimento regional sustentável sob a perspectiva das organizações.....	35
3	MÉTODO DE ESTUDO.....	39
3.1	Tipo de Pesquisa	39
3.2	Estratégia de pesquisa	40
3.3	Modelo conceitual e hipóteses	42
3.4	Constructos e variáveis do modelo	45
3.5	Amostra.....	50
3.6	Levantamento dos dados.....	51
3.7	Procedimentos adotados para análise dos dados.....	52
4	CARACTERIZAÇÃO REGIÃO DAS HORTÊNSIAS	55
4.1	Região das Hortênsias	55
1.1	Municípios	57
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	61
5.1	Descrição do perfil da amostra	61
5.2	Município de Gramado	61
5.3	Município de Canela	66
5.4	Município de Nova Petrópolis	70
5.5	Nível de influência das variáveis social, econômica e ambiental no desenvolvimento regional sustentável – Teste de significância.....	74
5.6	Teste de hipótese univariado – Teste t de Student.....	81
5.7	ANOVA	82
5.8	Análise fatorial e alfa	95
5.9	Análise de correlação	104
5.10	Análise de regressão	107
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICES	140

1 INTRODUÇÃO

Ao se retomar o classicismo teórico na procura por uma explicação sobre a origem das organizações depara-se com a obra de Rousseau em torno do modelo de Estado. Nesta obra interpreta-se que a consistência familiar (como primeira organização social) e os direitos sociais são elementos constitutivos de um Estado forte e indivisível fundamentado no Contrato Social (ROUSSEAU, 1999; RASMUSSEN, 2011; DAVID, 2011).

Percebe-se que, na orientação teórica rousseauiana, previa-se uma sociedade coesa e forte, com base na solidariedade, opondo-se às estruturas da modernidade baseada no liberalismo de Hobbes, Espinosa, Locke e Montesquieu (ORWIN, 1998; MENDHAM, 2011).

Contrariando o pensamento de Rousseau, as revoluções liberais, pelas quais atravessou a sociedade, salientaram modificações nas relações ao longo do modernismo. Neste contexto revolucionário de mudanças sociais destaca-se o individualismo (STRONG, 2002), como conceito moral, político e social reafirmado por Bauman na modernidade, como elemento que:

(...) substitui a determinação heterônoma da posição social pela autodeterminação compulsiva e obrigatória. Isso vale para a ‘individualização’ por toda a era moderna – para todos os períodos e todos os setores da sociedade (2011, p.41).

O individualismo da sociedade moderna contribui para as mudanças quanto ao desenvolvimento econômico do Estado. Diferentemente do Estado absolutista rousseauiano observa-se que a concepção de desenvolvimento passou a seguir outras formas predominantes durante a primeira metade do século XX, como os modelos neoclássico de Solow e o de acumulação de capital do estado liberal keynesiano (PEVCIN, 2004).

Por outro lado Capra, defensor da teoria sistêmica, advoga que esta concepção individualista e liberal do desenvolvimento é imprópria no cenário global atual:

(...) o modelo keynesiano é hoje inadequado porque ignora muitos fatores que são fundamentais para a compreensão da situação econômica. Ele se concentra na economia interna, dissociando-a da rede econômica global e desprezando os acordos econômicos internacionais; negligencia o esmagador poder político das empresas multinacionais, não dá atenção às condições políticas e ignora os custos sociais e ambientais das atividades econômicas. No máximo, a abordagem keynesiana pode fornecer um conjunto de possíveis roteiros, mas não pode formular previsões específicas. Tal como ocorre com a maior parte do pensamento econômico cartesiano, ela durou mais do que sua utilidade justifica (2006, p.203).

O mesmo autor pondera que a economia contemporânea constitui-se por um conjunto de fatores que envolvem conceitos, teorias e modelos provenientes de várias épocas da

história econômica. Como consequência do modelo fordista de acumulação de capital (MORAES, 2011) incrementado pela revolução da tecnologia informacional (CASTTELS, 1999), gerou-se um novo formato de capitalismo no período que compreende as três últimas décadas do século XX.

Capra (2003) corrobora advogando que diferentemente do observado na revolução industrial e pós Segunda Guerra Mundial, o novo modelo capitalista se identifica em três fatores: a) atividades econômicas que se caracterizam por serem globais; b) a inovação, que, além de propiciar a geração de conhecimento, é a principal fonte de produtividade e competitividade. Toda esta conjuntura, que interferiu na gestão das organizações está fundamentada por um terceiro fator: c) as redes de fluxos financeiros (CAPRA, 2003) que Dicken (2010) descreve como a nova economia ou simplesmente globalização.

O fenômeno da globalização interferiu de maneira efetiva na estrutura produtiva existente nos países, mudando as relações econômicas e tecnológicas. Tal fato pode ter sido originado diante da facilidade de obtenção de informações e serviços, o que acirrou também a concorrência entre as regiões.

A mudança ocasionada pela globalização diante da produção, distribuição e consumo de bens e serviços e pelo esgotamento do modelo de acumulação de capital, impôs às regiões, necessidades de reorganização estruturais e ambientais. Piffer e Alves, ao explanarem a respeito da acumulação de capital salientam que:

(...) o desenvolvimento econômico, social e político das regiões integradas na acumulação capitalista demandam grande capacidade inovadora, nas quais se encontram muitas redes (produtivas, comerciais, industriais, tecnológicas, financeiras, entre outras) articuladas e caracterizadas pelo consumo de novas tecnologias, de flexibilidade na gestão, organização de produção e da densidade das instituições regulatórias (2009, p.144).

A constante busca pela qualidade imanente da capacidade inovadora nos sistemas produtivos de uma região ajuíza as exigências também da dimensão global (CASAROTTO FILHO, MINUZZI, SANTOS, 2006). Esta opção de reestruturação produtiva, que releva a dimensão global, de fato proporcionou o desafio da complexa relação entre Estado e organizações empresariais em prol de um objetivo comum do desenvolvimento regional.

Para Coffey e Polèse (2005) o desenvolvimento regional, refere-se à capacidade de uma localidade em produzir (e vender) bens e serviços e, portanto, envolve a capacidade de seus habitantes quanto à geração de renda. Ao refletir sobre o desenvolvimento regional compreende-se que este processo abrange um conjunto de processos relacionais e, por definição, independentes atuando na capacidade das economias regionais para que, de forma

autônoma e pró-ativa, em um contexto integracionista entre Estado, empresas e sociedade, possam responder ao contexto global (AMIM, 2002).

As respostas ao contexto global advém de uma necessidade diante da expansão de pensamento de alguns fatores que fundamentaram a modificação da relação dos elementos que constituem o processo de desenvolvimento: sistema informacional, o avanço da modernidade observada durante o século XX (HOFF, 2008) e a preocupação com as questões ambientais por parte das regiões (BUARQUE, 2006). Tal percepção, que envolve a preocupação ambiental, pode ser destacada por autores como Hoff (2008) e Wittmann (2008) quando apontam, em seus estudos, diferenças evidenciadas a partir das comparações entre regiões.

Por meio das mudanças de paradigmas percebe-se que a visão em torno do desenvolvimento se alterou ao longo dos anos. Atualmente, não é diferente, pois o desenvolvimento da sociedade foi acrescido de um novo elemento, a preocupação com a sustentabilidade ambiental, promovendo uma discussão em torno do desenvolvimento regional sustentável (DRS) (ARBIX, ZILBOVICIUS, ABRAMOVAY, 2001; HOFF, 2008; ONU, 2003).

A vinculação do elemento meio ambiente ao processo de desenvolvimento regional permite uma compreensão mais ampla do que quando comparada apenas à natureza produtiva de uma localidade (BARBIERI, 2000) passando através desta premissa denominar-se desenvolvimento regional sustentável (SACHS, 2004).

De acordo com o pensamento de alguns autores como Desai (2011), Diamond (2005) e a ONU (2003), pode-se afirmar que a construção desenvolvimento regional sustentável reflete uma série de discussões de ordem econômica, social e ambiental. Portanto, tais discussões envolvem “novos paradigmas de desenvolvimento, baseados na combinação entre eficiência no uso dos fatores, competitividade, equidade social e impactos ambientais reduzidos, ou seja, desenvolvimento sustentável” (AMARAL FILHO, 1996, p.63).

Segundo Blancas *et al.* (2011) existem poucos estudos que contemplem de maneira quantitativa aspectos envolvendo o turismo e o desenvolvimento sustentável. Encontrando-se com esta perspectiva que envolve os novos paradigmas de desenvolvimento regional sustentável e a atividade turística, pode-se realizar por meio da adaptação de modelos como o de Chow e Chen (2011), estudos que mensurem o impacto das dimensões ambiental, social e econômica, em municípios, como os da Região das Hortênsias do estado do Rio Grande do Sul-RS.

A Região das Hortênsias, que está localizada na Serra Gaúcha situada no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, integra três municípios turísticos principais com características colonizadoras europeias: Gramado (colonização alemã e italiana), Canela (colonização alemã e italiana) e Nova Petrópolis (colonização alemã) (IBGE, 2007; TOMAZZONI, 2008).

Apesar da existência de outras atividades econômicas, como a agricultura e indústria, os municípios citados destacam-se por ser o principal pólo turístico do Estado do Rio Grande do Sul, também caracterizado por aspectos histórico-culturais e do empreendedorismo dos imigrantes europeus.

Para Tomazzoni, o empreendedorismo foi um “fator determinante para o desenvolvimento econômico” da Região das Hortênsias. (2007, p.184). O mesmo autor ressalta que o empreendedorismo predominante na região é configurado por meio de pequenas e médias empresas do setor de serviços turísticos, tais como: hotéis, pousadas e restaurantes com arquiteturas e culinárias típicas europeias.

Ao considerar a discussão a respeito das dimensões que tangenciam o desenvolvimento regional sustentável, pondera-se com especial ênfase o Estado, as organizações e a sociedade. Para tanto, diante dos aspectos como capital social, cultura, objetivo organizacionais quanto a sustentabilidade, que podem ser elementos influenciadores no que diz respeito ao desenvolvimento regional sustentável, objetiva-se com o presente trabalho verificar qual o impacto das variáveis ambiental, econômica e social a partir da percepção dos representantes do Estado, sociedade e organizações, no processo de desenvolvimento regional sustentável em cidades turísticas da Região das Hortênsias no estado do Rio do Grande do Sul.

Para atingir os objetivos propostos serão utilizados indicadores primários adquiridos por meio da realização de uma pesquisa *survey* com atores como professores (representantes da sociedade), funcionários públicos, cargos comissionados, secretários e subsecretários (representantes do Estado) e gerentes ou empresários (representantes das organizações turísticas) da Região das Hortênsias.

Diante dos argumentos que foram expostos, a construção científica da pesquisa é proporcionada pelo uso do desenho de pesquisa que fornecerá subsídios para o levantamento de variáveis. O presente estudo tem como desenho o modelo proposto e validado por Chow e Chen (2011) que mensuram: a) esfera social, b) esfera ambiental e c) esfera econômica, fatores estes inerentes ao desenvolvimento sustentável.

1.1 Problemática

É observável que as estruturas de produção de uma localidade se alteraram ao longo dos séculos transformando padrões e processos relacionados com o dinamismo competitivo. Tal modificação pode ser resultante de múltiplos fatores, dentre eles a interferência global na esfera produtiva local (KATES, 2011; PORTER, 2000; CLARK e CLARKE, 2010).

A nova configuração competitiva oriunda da interface entre a questão global e local ocasionou em uma nova dinâmica das interações entre as localidades. Diante deste pensamento Dallabrida e Becker (2003); Dallabrida (2004); Dallabrida e Fernández (2008); Dallabrida e Büttendebender (2006; 2007) propõem a reflexão nas atitudes associativistas e de cooperação dos atores que fomentam o desenvolvimento regional.

A afirmativa expressa anteriormente pode ser evidenciada no questionamento de Becker (2008, p. 37): “por que há regiões que conseguem combinar eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo?”

As respostas para este questionamento podem estar nas ações existentes que inserem um modelo específico de desenvolvimento em um sistema global. Ao contribuir com este preceito de modelo que se adéqua em determinado ambiente e responde às necessidades, estudiosos asseguram que as regiões reagem de formas diferentes aos impulsos advindos da internacionalização da produção e conseqüentemente da distribuição (DALLABRIDA e BECKER, 2008), o que interfere na discussão sobre a governança, a coordenação da descentralização dos territórios.

Ao analisar o arcabouço que envolve a gestão dos territórios, acredita-se que a promoção do desenvolvimento é proporcionada através de uma interdependência entre os agentes que interagem neste processo. Uma boa rede de relações entre grupos de interesse e instituições públicas pode favorecer a melhoria da infra-estrutura e da prestação eficiente dos aportes econômicos e sociais, bem como o influxo de capital e investimento de ambas as empresas locais (TRIGILIA, 2001). Na verdade, tem sido demonstrado que as políticas para o desenvolvimento regional se tornam mais eficazes quando são formuladas e implementadas por meio de uma estreita cooperação entre atores públicos, privados e a sociedade (PIORE e SABEL, 1984; COOKE e MORGAN, 1998, TRIGILIA 2001).

A cooperação entre os atores anteriormente citados também pode ser um diferencial para o desenvolvimento regional sustentável de regiões turísticas. Para Hall (1999) a gestão de

regiões observando uma perspectiva de integração entre o Estado, organizações e sociedade, além de ser uma discussão contínua, pode ser uma alternativa política que encontre soluções para a questão do desenvolvimento regional sustentável de cidades turísticas.

Castellani e Sala (2010) complementam advogando que essa complementariedade entre esses atores torna-se necessário para atingir as multimensões do desenvolvimento regional sustentável. Os mesmos autores reforçam que sob esta perspectiva pode ser observado os fatores ambientais, sociais e econômicos que envolvem a gestão sustentável de uma região turística.

A partir do que foi exposto nas argumentações do estudo percebe-se que o desenvolvimento regional não ocorre através apenas de um agente, mas também através das ações proporcionados por organizações, sociedade e Estado. Logo, realiza-se o seguinte questionamento que orientará o estudo: *Qual o impacto das variáveis econômica, social e ambiental no processo de desenvolvimento regional sustentável em cidades turísticas da Região das Hortênsias no estado do Rio do Grande do Sul?*

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo principal

Verificar qual o impacto das variáveis ambiental, econômica e social, a partir da percepção dos representantes do Estado, sociedade e organizações, no processo de desenvolvimento regional sustentável em cidades turísticas da Região das Hortênsias no estado do Rio do Grande do Sul.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever o perfil dos respondentes;
- Identificar o nível de relevância da variável ambiental diante do DRS;

- Identificar o nível de relevância da variável social diante do DRS;
- Identificar o nível de relevância da variável econômica diante do DRS;
- Verificar a relação entre os fatores ambiental, social e econômico e o DRS.

1.3 Justificativa

Na reflexão realizada acerca da dialética do desenvolvimento regional percebe-se que são encontradas múltiplas análises sobre os fatores que influenciam neste processo. Através desta perspectiva, multi-analítica e pluralista, nota-se que surgem alguns fatores que influenciam diretamente neste processo da competitividade e do desenvolvimento regional, tais como as alianças estratégicas entre as organizações, os aspectos da sociedade e a interferência da esfera do Estado.

Soto advoga que deve-se repensar a visão a respeito dos processos estabelecidos em prol do fomento do desenvolvimento regional, ou seja, há uma necessidade de se perceber as interpretações dicotômicas da dimensão local e global e também a dialética que reconheça a “complexidade das múltiplas determinações da dinâmica do desenvolvimento regional” (2008, p.7). Corroborando Kosik (1986) menciona que a percepção dialética permite a compreensão da realidade humano-social, pois contempla a visão do todo através da multiplicidade das determinações e relações.

Nesta dialética que envolve o local, o global e também os fatores que interagem no ambiente do desenvolvimento regional sustentável, ressalta-se o importante papel das ações econômicas, das políticas do Estado e das ponderações ambientais. A economia pode ser analisada através dos processos de acumulação de capital oriunda dos tipos de aglomerados em determinada região (BARQUEIRO, 2001). Outrossim, a política assegura um papel fundamental, a de mediadora das relações contraditórias entre a esfera econômica (globalização) e a esfera social (esfera regional) (BECKER, 2002). O aspecto ambiental pode ser denotado relevante para uma região, uma vez que segundo Jacobi:

as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental (2003, p.190).

Cardoso e Ribeiro (2002) recomendam também ao Estado o incentivo à formação de relações positivas entre as organizações e a sociedade em que difundem seus negócios. Ressalta-se que o fomento dessas contribuições entre organizações e sociedade “estabelece relações interpessoais positivas, que se sintam parte integrante e vital da comunidade política e da sociedade civil onde operam, tomando parte nas iniciativas e atividades destas, o que aproxima esta concepção da teoria do capital social” (LIMA, 2006, p.81).

Consensualmente, capital social admite a definição que envolve a capacidade de uma comunidade em fomentar “redes de cooperação social baseadas na confiança interpessoal com o objetivo central de produzir bens coletivos que signifiquem prosperidade econômica e desenvolvimento sustentado” (SOTO, 2008, p.7).

Outro fator que interfere no desenvolvimento regional sustentável é a importância dos relacionamentos em redes por parte das empresas de uma localidade, pois de acordo com Ipiranga, Amorim e Faria (2007) e Marshal (1982) englobam preceitos como territorialidade, firmas especializadas, cooperação e mercado de trabalho. Para Kanter (1994) estes preceitos são proeminentes nas aglomerações de pequenas e médias empresas afim de se tornarem competitivas. Na descrição de um cenário de competitividade mercadológica e internacionalização da produção os aglomerados se constituem uma nova forma de concorrência no mercado para as empresas.

À proporção, que isoladamente a competitividade se torna dificultosa e a necessidade de inovação se demonstra cada vez mais evidente, as alianças e/ou consórcios se demonstram como uma “alternativa organizacional mais apropriada para as necessidades das atividades produtivas do presente e com maior proeminência do futuro” (VERSCOORE FILHO, 2006, p.16). Por meio das estratégias dos aglomerados, as empresas adéquam estratégias para se relacionar para com a comunidade e competir no mercado global e contribuir para o processo de desenvolvimento regional sustentável.

Ao ampliar a discussão científica sobre a aplicabilidade do desenvolvimento sustentável em âmbito regional e sua relação para com a dimensão global autores como Kates (2011) identificaram questões que distanciam o pensamento de pessoas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Conforme destacado na Figura 1, o autor argumenta que esta dicotomia entre os países desenvolvidos (países do norte) e subdesenvolvidos (países do sul) é mais agravada por um diferencial digital que distancia as regiões do globo.

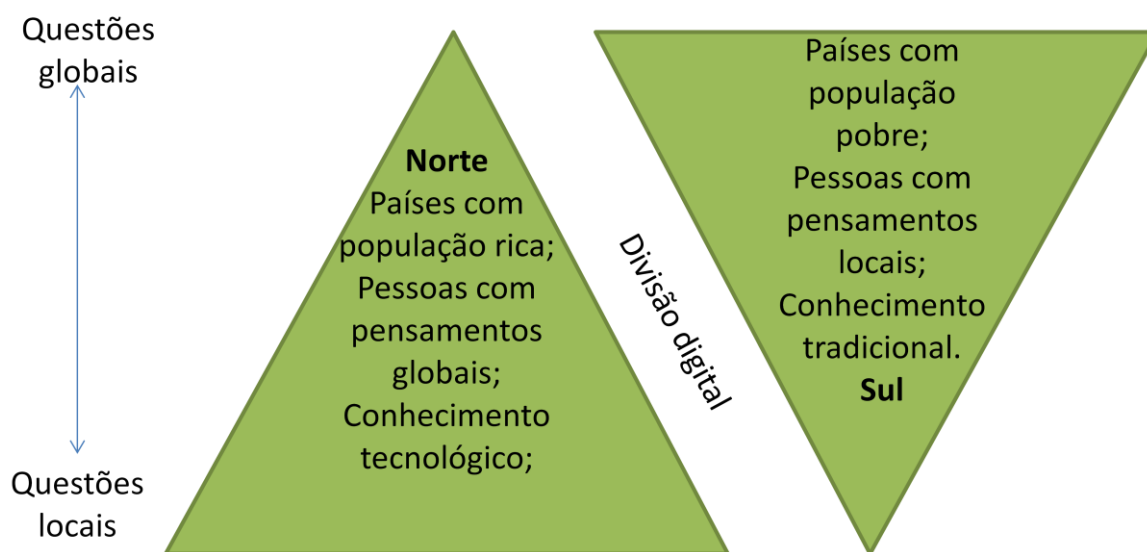


Figura 1: Diferenças nos problemas e perspectivas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento

Fonte: Adaptado de Kates, 2011.

Kates (2011) descreve também que, a integração entre a sociedade civil, empresas e entidades governamentais e intergovernamentais, é uma alternativa para minimização das lacunas que impedem a aplicabilidade do desenvolvimento sustentável e sua relação entre as dimensões globais e locais.

Argumenta-se também que a parcela que envolve os aspectos da sociedade civil para o desenvolvimento regional sustentável abrange características peculiares. Segundo Signorini (2000) e Albuquerque (2004), a possibilidade de cooperação entre as empresas e entre as empresas e o Estado é fruto da sociedade, pois advém da existência dos aspectos sócio-culturais e capital social, como: confiança, incentivo à cooperação e concertação social.

Por meio do envolvimento entre Estado, organizações e sociedade, Putnam (2000) acredita que possa se desenvolver um eficiente processo na tentativa de harmonizar o desenvolvimento social e econômico de uma comunidade. Ou seja, promover o desenvolvimento regional (TAUILE e RODRIGUES, 2004).

Ao considerar no processo de desenvolvimento de uma região aspectos integracionistas pode ser desenvolvidos através de uma perspectiva sistêmica. A visão sistêmica permite a constituição de um referencial abrangente que envolve as múltiplas dimensões de análise no que tange a dimensão regional, a título de exemplificação mencionam-se a participação dos atores econômicos, políticos e sociais. Neste sentido percebe-se que o estudo do envolvimento dos atores econômicos políticos e sociais inseridos no dinamismo,

interação/integração de um local pode também gerar processos que contribuem para um contexto explicativo do ambiente sustentável.

A discussão a respeito de um ambiente sustentável pode ser oriunda dos impactos sócio-ambientais promovidos pelo multissetorialismo. De acordo com Lima (1997, p.3) “o perfil multissetorial assumido pelo ambientalismo, não significa uniformidade de posições, apenas indica uma pluralidade crescente de setores sociais que reconhecem a legitimidade da questão ambiental e a necessidade de incluí-la, como variável indispensável, no planejamento do desenvolvimento [...]”. Logo, esta afirmativa além de demonstrar a não convergência que envolve o desenvolvimento sustentável possibilita a formulação de novas concepções sobre o tema em determinada região turística.

Ressalta-se também a dificuldade de estudos, principalmente quantitativos, em ambientes que relacionam-se o turismo e o desenvolvimento sustentável, por ser resultar de fatos como a complexidade da atividade econômica em epígrafe, a fragmentação da mesma e o envolvimento de interesses econômicos, ambientais da comunidade local (LORENZINI, CALZATI, GIUDICI, 2011).

O pensamento anteposto pode ser corroborado ao ressaltar-se que, desde a década de 1970, há um aprofundamento sobre a tentativa de estudos que contemplem indicadores de mensuração do desenvolvimento com fundamentação econômica (DALY et al. 1989, 1996; LAWN, 2003). Porém, Castellani e Sala (2010) observam que há uma carência de índices que diagnosticam o desenvolvimento regional baseado na junção dos fatores ambiental, social e econômico.

A justificativa do presente trabalho se fundamenta a partir da análise e reflexão do que foi exposto, ressaltando a possibilidade de esclarecimento do envolvimento do desenvolvimento regional sustentável pode ser fundamentado através da aplicabilidade do modelo de Chow e Chen (2011) diante da relação entre dimensões econômicas, sociais e ambientais percebidas pelos representantes do Estado, pelas organizações e pela sociedade em regiões turísticas . Por fim, argumenta-se que a mobilização destes fatores pode ocasionar em uma maior sustentabilidade tanto diante do desenvolvimento econômico, quanto na sua abrangência social e ambiental, em especial na Região das Hortênsias que é foco de estudo do presente trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1 Desenvolvimento Regional Sustentável

O atual paradigma do desenvolvimento centrado na sustentabilidade vem concedendo novas perspectivas e ampliação deste campo de pesquisa no século XXI (SACHS, 2004; JACOBI, 2003). Percebe-se que a importância adquirida na esfera da sustentabilidade e sua aplicabilidade norteia discussões diversas a respeito do desenvolvimento sustentável (BRITTO, 2011; CHOW e CHEN, 2011).

De acordo Fidelman *et al.* (2012) as agendas que envolvem a discussão em torno do desenvolvimento e da sustentabilidade são cada vez mais caracterizadas por iniciativas de escalas regionais. Os mesmos autores avaliam que além da perspectiva de possibilitar a conciliação de prioridades potencialmente conflitantes de forma multi-uso de planejamento, esta tendência de análise do desenvolvimento em escala regional é reconhecida pelos dirigentes globais por meio das mudanças que tem ocorrido na sociedade, tais como: as alterações climáticas, migração e globalização, associados às aspirações de atingir grande escala objetivos ecológicos pela manutenção de processos ecossistêmicos.

O desenvolvimento sustentável, sob a ótica de autores como Paulista, Varvakis Gregório e Montibeller-Filho (2008), Sachs (2004) Oliveira (2006) e Britto (2011), é conceituado como um processo de mudança nos meios de produção e seus mecanismos estruturais que observam a geração de distribuição desigual.

Ao corroborar com o pensamento de mudanças em torno dos meios de produção, Aligleri (2011) discorda do pensamento de Solow (2000) que defende um desenvolvimento sustentável fundamentado somente na teoria convencional de desenvolvimento. O autor expõe que o ambiente não pode ser considerado como um entrave à expansão, pois poderá ser superado pela combinação do trabalho humano juntamente com o capital produzido, ou seja, o desenvolvimento tecnológico.

Veiga (2007, p.123) ao analisar a concepção econômica para o desenvolvimento sustentável de Solow (2000) defende que tal perspectiva:

acabou sendo batizada de “fraca”. Isto porque assume que, no limite, o estoque de recursos naturais possa até ser exaurido, desde que esse declínio seja progressivamente contrabalançado por acréscimos proporcionais, ou mais do que proporcionais, dos outros dois fatores-chave – trabalho e capital produzido – muitas

vezes agregados na expressão “capital reprodutível”. Ou seja, nessa perspectiva de “sustentabilidade fraca”, o que é preciso garantir para as gerações futuras é a capacidade de produzir, e não manter qualquer outro componente mais específico da economia.

Este processo de mudanças na percepção do desenvolvimento sustentável, que consiste em uma evolução de pensamento e possíveis ações em âmbito regional (LAYRARGUE, 1997; GONÇALVES, 2005), representa um meio para atingir o crescimento econômico com o aumento da equidade social e preocupação ambiental (BRITTO, 2011; SOUSA SANTOS, 2005).

Esta perspectiva do pensamento a respeito do desenvolvimento regional sustentável, que contemple o multi-uso do planejamento, iniciou com ponderações sobre a proposta de convergência e equilíbrio de três esferas específicas: econômica, social e ambiental (MEADOWS, MEADOWS e RANDERS, 1992; SACHS, 2001; WCDE, 1987; ONU, 2003; DESAI, 2011; HOFF, 2008; MACHADO, 2003; DIAMOND, 2005; BARBIER, 1987; ELLIOTT 2005; HAHN e FIGGE, 2011; CHANG e KUO, 2008, EROL *et al.*, 2009 e NESS *et al.*, 2007).

Coe *et al.* (2004) ponderam que outra característica do desenvolvimento regional sustentável é que as localidades são moldadas não apenas por aquilo que está acontecendo no meio endógeno, como também através de conjuntos mais vastos das relações de controle e dependência, da concorrência e mercados, que se caracterizam como meio exógeno. Estas relações podem ser com outras regiões dentro do mesmo território nacional e/ou em escala internacional. Tal fato, de origem em uma constituição porosa entre fronteiras de relações, permite uma gama de conexões (AMIN, 2002) “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado” (VEIGA, 2005, p.10).

Argumentam Layrargues (1997) e Romeiro (2001) que o desenvolvimento sustentável é precedido pela concepção de ecodesenvolvimento. O termo ecodesenvolvimento tende a englobar os aspectos regionais em integração com as premissas globais, pois de acordo com Vieira (1995, p.189) pressupõe-se a,

busca de compatibilização entre as esferas da autonomia local e da intervenção estatal, o ecodesenvolvimento pressupõe o fortalecimento do planejamento centralizado, abrindo, entretanto a discussão sobre a necessidade de uma transformação qualitativa de suas formas de intervenção. Sugere para isso que esta transformação deve ir de encontro à consolidação dos princípios de subsidiaridade e de interdependência negociada, associando os diferentes atores envolvidos na tríade do modelo democrático-participativo: Estado, setor econômico e sociedade civil.

Em seu estudo a respeito do desenvolvimento sustentável Sachs (2004) dimensiona cinco categorias fundamentais de análises regionais, conforme descritos na figura abaixo:

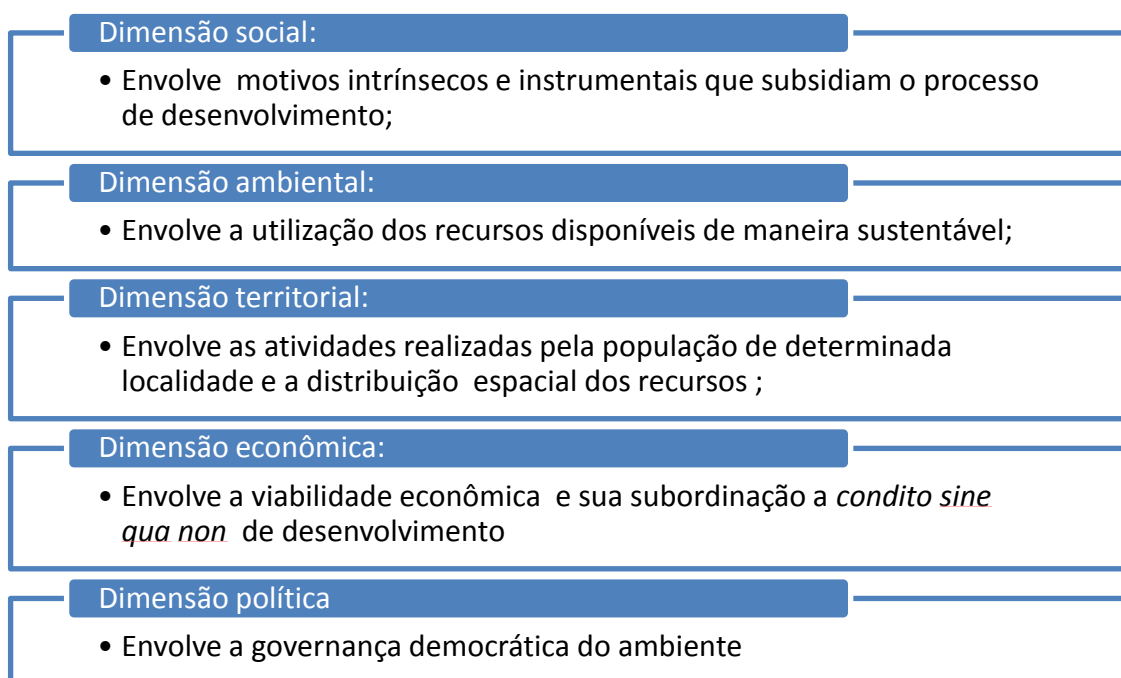


Figura 2: Categorias do desenvolvimento regional sustentável

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Outra perspectiva de análise a respeito do desenvolvimento regional sustentável é a apresentada por autores como Berkes e Folke (1998), Berkes, Colding, e Folke (2003), Brunner *et al.* (2005). Os autores descrevem que o desenvolvimento regional sustentável pode ser relacionado com a governança adaptativa por meio da importância da aprendizagem entre os indivíduos, organizações, agências e instituições em vários níveis político-administrativos e escalas geográficas para provocar adaptações comportamentais favorecendo o ambiente.

Folke *et al.* (2005, p.441) também corroboram do pensamento anteriormente exposto ao relatarem que a governança adaptativa em prol do desenvolvimento regional sustentável vislumbra a possibilidade de "ligar indivíduos, organizações, agências e instituições em diversos níveis organizacionais".

Clark e Clarke (2011, p.315) complementam explicitando que a governança adaptativa compreende “as redes sociais com equipes e grupos de atores que se baseiam em diversos sistemas de conhecimento e experiências para o desenvolvimento de um entendimento comum de políticas” sob uma perspectiva,

que enfatize a importância da aprendizagem organizacional, tomada de decisão conjunta e multi-participação das partes interessadas em esclarecer o desenvolvimento sustentável, e em identificar as inter-relações necessárias entre as partes interessadas para garantir resultados mais sustentáveis (2011, p.315).

Ressalta-se que estas inter-relações entre as partes interessadas podem ser desencadeadas por difusões da esfera social que compreende o desenvolvimento sustentável em uma determinada localidade.

2.1.1 Importância da variável social para o desenvolvimento regional sustentável

Ao tentar dimensionar a importância da variável social para o desenvolvimento regional sustentável autores como Mauerhofer (2008, 2012), Ribeiro, Ferreira e Araújo (2011), Paterson, (2007) e Ebbesson (2010) afirmam que essa pode contribuir de forma sistemática para a resolução de conflitos de interesses econômicos e ambientais nas localidades.

Salienta-se que estudos como o de Boström (2012), Psarikidou e Szerszynski (2012) além de defenderem que a esfera social pode ser um importante incremento para o desenvolvimento sustentável no sentido de resolução de conflitos, também pode almejar a criação de alternativas em torno do desenvolvimento regional. Porém, nota-se que apesar das contribuições evidenciadas com a utilização da esfera social no processo de desenvolvimento sustentável, há uma negligência quanto a sua utilização dentro das discussões a respeito do desenvolvimento regional sustentável (MARCUSE, 1998; AGYEMAN, 2008; BEBBINGTON e DILLARD, 2009).

Outros autores como Steiner e Posch, (2006) e Cassimir e Dutilh (2003) explanam que a negligência em torno da esfera social pode ser oriunda da dificuldade quanto a sua definição e implementação em um determinado estudo. Boström (2012) complementa a argumentação anterior descrevendo que no processo de desenvolvimento regional sustentável pode-se perder fatores importante com a relegação das questões sociais, tais como a decisão participativa e sistemática propiciada pela esfera social e a proposição de um possível equilíbrio nas decisões a respeito do processo de desenvolvimento regional sustentável.

A discussão da esfera social e sua importância para uma localidade também pode ser expressa por meio do conceito de desenvolvimento sustentável, que tem como objetivo, por meio do capital social, determinar o mínimo de exigências sociais para desenvolvimento a longo prazo e identificar os desafios para o funcionamento da sociedade (RIBEIRO, FERREIRA e ARAÚJO, 2011; BIART, 2002). Sob esta perspectiva da importância da variável social para o conceito de desenvolvimento sustentável, Polese e Stren (2000)

explicitam que tal dimensão pode propiciar um crescimento compatível com a harmonia da sociedade civil, fomentando estruturas para a diversificação cultural.

Diante dos pensamentos fornecidos pelos autores citados neste preâmbulo pode-se afirmar que a variável social pode ter uma importância significativa no processo de desenvolvimento regional sustentável. Logo, sugere-se a formulação da seguinte hipótese que será umas das norteadoras do presente estudo:

H1 A dimensão social afeta de forma positiva o desenvolvimento regional sustentável na Região das Hortênsias

Figura 3: Hipótese 1 da pesquisa
Fonte: Elaborada pelo autor, 2012.

2.1.2 Importância da variável econômica para o desenvolvimento regional sustentável

De acordo com Dahl (2012) as características econômicas ligadas ao desenvolvimento sustentável que influenciam as esferas sociais e ambientais podem ser reflexo da influência da globalização sobre as regiões. Tal proposição pode ser embasada por meio dos relatos de Silva e Quelhas (2006) que evidenciam, na globalização, a disparidade financeira entre os países e também a busca pelo progresso econômico com a finalidade de melhorias para sua população sob enfoque maior na esfera econômica em detrimento dos aspectos sociais e ambientais.

Wilkinson, Hill e Gollan (2001) por sua vez, mencionam que os aspectos econômicos exigidos atualmente podem ser relacionados com as necessidades ambientais por meio de uma ponderação da dimensão ética. Ichikawa Tsutsumi, R.; Watanabe (2002), Scriciu e Stringer (2008) e Kronenberg e Tomasz Bergier (2012) reforçam o pensamento anteposto advogando que a efetivação do desenvolvimento de uma maneira sustentável, no qual se releva as questões éticas, pode ser originário das transformações e experiências econômicas bem sucedidas adquiridas ao longo do processo de desenvolvimento de uma região.

Autores como Markowski (1993), Nowak (1994, 1996), Doniec, Reichel e Bulinska (2002), Kronenberg e Clift, (2004), Klos (1999), Lewandowska e Foltynowicz (2004), Lewicka-Strzałecka (2006), Kowalski, Kulczycka e Wzorek (2007), Kulczycka (2009), Gasparski (2005), Anam (2010), Kulczycka et al. (2011) e Kronenberg e Mieszkowicz,

(2011) argumentam que o equilíbrio do pensamento econômico além de ser saudável para manutenção de um sistema produtivo em uma localidade, pode ser oriundo de experiências adquiridas fora do território de uma localidade.

Pesquisadores como Dasgupta *et al.* (2002) e Kronenberg e Tomasz Bergier (2012) defendem que a esfera econômica, juntamente com a social e a ambiental, se tornam essenciais em virtude de proporcionar possibilidades de minimização da pobreza de uma região e criação de alternativas para atingir níveis mais elevados do desenvolvimento regional sustentável.

Em virtude da possibilidade de contribuição da esfera econômica para o desenvolvimento regional, conforme os autores citados neste subcapítulo expressaram, sugere-se a composição da seguinte hipótese que poderá contribuir para o desenvolvimento do estudo:

H2 A variável econômica afeta de forma positiva o desenvolvimento regional sustentável na Região das Hortênsias

Figura 4: Hipótese 2 da pesquisa
Fonte: Elaborada pelo autor, 2012.

2.1.3 Importância da variável ambiental para o desenvolvimento regional sustentável

As questões de desenvolvimento evidenciam a importância do pensamento relativo ao fator ambiental, tal fato é relatado por diversos autores e comissões que envolvem o tema sustentabilidade em diferentes regiões do mundo (HAK, KOVANDA e WEINZETTEL, 2012; ZHU, 2012; WCED, 1987; UNCED, 1992; DU e ERFU, 2012). Para Hak, Kovanda e Weinzettel (2012) a preocupação em destacar a importância do meio ambiente advém da necessidade de criar novas alternativas que favoreçam o desenvolvimento de diferentes regiões de maneira sustentável.

Percebe-se que assim como Wilkinson *et al.* (2001) propôs que o fator econômico deve ser permeado por posicionamentos éticos dos agentes que compõem o desenvolvimento, o fator ambiental deve se envolver na mesma conjectura segundo Du e Erfu (2012). Os autores propõem também uma possível análise do ambiente sob este prisma ético para a implementação de estratégias de desenvolvimento regional sustentável.

Por outro lado Hak, Kovanda e Weinzettel (2012); OECD (2005) e UNEP (2007) aprofundam a discussão em epígrafe, realçando que a contribuição da esfera ambiental para o desenvolvimento regional sustentável pode ser mais bem dimensionada e organizada mediante a formulação de indicadores. Os mesmos estudos afirmam que os indicadores podem proporcionar uma maior eficiência da utilização de recursos e perspectivas ambientais disponíveis, bem como mensurar a estrutura presente em cada região.

Em virtude da importância de mensuração da variável ambiental e sua contribuição para o desenvolvimento regional sustentável, diagnosticada pelos autores descritos neste tópico, sugere-se a hipótese 3 do presente estudo:

H3 A variável ambiental afeta de forma positiva o desenvolvimento regional sustentável na Região das Hortênsias

Figura 5: Hipótese 3 da pesquisa

Fonte: Elaborada pelo autor, 2012.

Na presença de hipóteses levantadas que delinearão a aplicabilidade deste estudo, julga-se importante caracterizar o desenvolvimento regional sustentável das cidades componentes da localidade estudada. Portanto, no capítulo que se segue discutir-se-á a relação do processo do DRS e o turismo.

2.1.4 A relação entre o DRS e o turismo

A relação do desenvolvimento e o turismo perpassa pela construção de novos paradigmas (KORSTANJE, 2012). O autor ressalva que esta premissa, que se fundamenta na tríade turismo, sustentabilidade e desenvolvimento advém da necessidade de equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais e ambientais das regiões turísticas.

Em seus estudos a respeito da relação do desenvolvimento sustentável e turismo Buckley (2012) comenta que esta relação iniciou-se com as discussões de desenvolvimento social e o meio ambiente por pesquisadores como Allen, Long, Perdue e Kieselbach (1988), Brougham e Butler (1981), Cater (1987), Cohen (1978), Farrell e McLellan, (1987), Liu e Var (1986), Smith (1977), Turner e Ash (1975), Young (1973).

Paulatinamente foram acrescentados, por autores como Nash e Butler (1990), estudos que relacionam a sustentabilidade e o turismo. Em um segundo momento as fundamentações literárias apresentadas anteriormente geraram compilações para com o turismo sustentável (COCCOSSIS e NIJKAMP, 1995; HALL e LEW, 1998; STABLER, 1997; SWARBROOKE, 1999 e McCOOL e MOISEY, 2001) economia (DRIML e COMMON, 1996; GARROD e FYALL, 1998) e gestão ambiental (BUCKLEY, 1996).

Devido à complexidade do turismo, as peculiaridades de cada região a literatura tem concentrado esforços, atualmente, em dimensões específicas, como o DRS de algumas localidades (CERNAT e GOURDON, 2012). Relevando estas premissas, a WTO (1998) definiu turismo sustentável como uma atividade que visa satisfazer as necessidades do presente dos turistas e regiões de acolhimento, protegendo e melhorando oportunidades para o futuro. Ou seja, envolve uma gestão equilibrada de todos os recursos econômicos e sociais de forma que as necessidades estéticas podem ser satisfeitas mantendo a integridade cultural dos processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de apoio à vida.

Apesar do reconhecimento de uma necessidade de integração entre a esfera econômica, ambiental e social em ambientes turísticos (BUCKLEY, 1996; DENG e BURNETT, 2002) há uma limitação quanto ao conhecimento advindo das operações do turismo e sua relação com a comunidade local (ALONSO e OGLE, 2010). Logo, Castellani e Sala (2010) relevam a importância de estudos que contemplem os impactos ambientais, econômicos e sociais em atividades como o turismo.

Butler (1993) e Jaafar e Maideen (2012) descrevem que o turismo sustentável concerne a uma atividade fundamentada na comunidade e que abrange um planejamento de longo prazo. Os autores mencionam também que, para a promoção do crescimento econômico Ideal que reflitam um tratamento ético ao meio ambiente e à sociedade de uma localidade, devem ser relevados aspectos como a proteção dos recursos naturais e sua relação com os aspectos da comunidade.

Para Eccles (1995) e Jaafar e Maideen (2012) o turismo é altamente dependente de um ambiente local. Logo, torna-se importante o ajuizamento do DRS, para mitigar o impacto ambiental e social de uma localidade e promover o crescimento econômico (KITSIOU et al., 2002). Smith (1994) complementa relatando que estas ponderações realizadas envolvem a exploração equilibrada dos recursos culturais e naturais do destino, já que, podem atrair turistas e contribuir para o desenvolvimento regional.

Em presença deste cenário, algumas regiões turísticas têm fundamentado o planejamento do setor por meio de modelos que observam as questões de sustentabilidade

social, econômica e ambiental (MURPHY e PRICE 2005; WIGHT 1993; PFUELLER, LEE e LAING, 2011). Blancas *et al.* (2011) complementam descrevendo que o objetivo é conciliar o desenvolvimento da atividade turística cada vez mais competitivo com a proteção e conservação dos recursos naturais e culturais que suportam tal atividade.

Segundo a WTO/UNEP (2005) o turismo e sua relação com o desenvolvimento sustentável em uma região devem ser baseados em algumas premissas, tais como: a) sustentabilidade econômica (viabilidade econômica, prosperidade local, qualidade de emprego para a população local emprego); b) sustentabilidade social (equidade social, satisfação do visitante, o controle local da atividade turística, bem-estar da comunidade; c) a sustentabilidade cultural (riqueza cultural) e d) a sustentabilidade ecológica (integridade física, biológica diversidade, eficiência dos recursos e do meio ambiente).

Os autores McCool (1995) Tsaur, Lin e Lin (2006) observaram que o desenvolvimento sustentável em regiões turísticas implica, necessariamente, em uma composição de fatores de: a) dimensão ambiental (recursos ambientais e mitigação dos pontos negativos oriundos dos efeitos do turismo; b) Dimensão social (estabilidade social de uma comunidade regional, ou seja, considerações da cultura tradicional da ordem e estrutura social) e d) Dimensão econômica (renda razoável para a população, emprego, estabilidade de mercado e de igualdade de oportunidades de trabalho na comunidade local). Os mesmos autores completam seu pensamento, descrevendo que estas dimensões são interligadas, de maneira que, mutuamente se influenciam.

Alguns autores explanam que para a ocorrência do desenvolvimento da atividade turística em uma região de maneira sustentável devem ser assumidas premissas condizentes com as preocupações do meio ambiente (PEARCE, 1993; HALL, 1994; MCINTOSH, GOELDNER e RITCHIE, 1995; KO, 2001; ORAMS, 1995; MOWFORTH e MUNT, 1998; MOWFORTH e MUNT, 1998 e CHOI e SIRAKAYA, 2006; YASARATA *et al.*, 2010), tais como as expostas no quadro 1:

Premissas da atividade turística sustentável	
a) Sustentabilidade econômica	Implica otimizar a taxa de crescimento do local; desenvolvimento em um nível administrável com plena consideração dos limites do ambiente; benefícios distribuídos na comunidade.
b) Sustentabilidade ambiental	Reconhece os recursos naturais, a comunidade e o equilíbrio da atividade turística.
c) Sustentabilidade sócio-cultural	Implica no respeito à identidade social; na promoção do capital social para que a cultura da comunidade e que seus ativos reforcem a coesão social.

Quadro 1: Atividade turística sustentável

Fonte: Elaborada pelo autor, 2012.

Em presença dos pressupostos destacados na relação entre o DRS e o turismo, acredita-se que este processo envolve não apenas a ação de um único ator, mas a partir da integração dos processos oriundos entre a esfera micro e macro (BOSIER, 1996). Nestas esferas o papel do Estado torna-se fundamental, no que se refere às estratégias adotadas com a política e a economia para o desenvolvimento regional sustentável (AMARAL FILHO, 2009; DALY, 1980; CAVALCANTI *et al.*, 1994).

2.2 O Desenvolvimento regional sustentável sob as perspectivas das políticas do Estado

A articulação do Estado, a fim de contribuir com o desenvolvimento regional sustentável, pode-se realizar por meio da utilização de instrumentos e políticas para organizar a produção e fazer a regulação da economia regional. O estudo da relação, entre a política e a função do Estado, remete-se às teorias que discorrem a respeito do desenvolvimento dessa instituição. Ressalta-se que tais teorias podem assumir dois pensamentos dicotômicos, por um lado privilegiar o ambiente mercadológico e por outro o aspecto mais intervencionista. Apesar das duas possibilidades admitirem a importância do papel do Estado frente ao crescimento econômico e social (NORTH e WALLIS, 1982; EVANS, 1993), existem diferenciações quanto às políticas a serem tomadas.

De acordo com Stroh (1995, p.15):

traduzir os postulados teóricos do desenvolvimento sustentável em ferramentas efetivamente capazes de disciplinar uma intervenção do Estado no caminho da sustentabilidade é, sem dúvida, um grande desafio do momento.

Se o planejamento do controle da qualidade do meio ambiente não pode ser desvinculado das políticas de desenvolvimento e da distribuição dos benefícios sociais por ele gerados, tampouco essas políticas podem continuar a ser orientadas pelos tradicionais modelos normativos e tecno-econômicos de planejamento, que

não reconhecem as especificidades das inter-relações dos fatores naturais e culturais de uma dada realidade planejadas.

O princípio de coordenação econômica através da livre iniciativa civil e/ou privada tem origem no pensamento moderno de Adam Smith (1976) em sua obra *Riqueza das Nações*. Esta obra resguarda a teoria da relação entre economia e mercado a partir de um sistema fechado, entendendo-se por sistema fechado econômico “um conjunto de relações que é autossuficiente, isto é, em que os resultados alcançados são explicáveis de forma suficiente pelos postulados necessários à definição do próprio sistema e nada mais” (CARVALHO, 1999, p.11), ou seja, o mercado tem seus mecanismos próprios de controle sobre as relações econômicas (SMITH, 1976), o que explicitaria a ausência da tutela do Estado sobre as relações econômicas e o desígnio de suas atribuições aos pressupostos de caráter social.

Corroborando com Smith (1976), a teoria econômica clássica recebeu o apoio de Thomas Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill, (BLAUG, 1987). Estes pensadores modernos asseguram que a ausência do Estado impulsiona o surgimento de mercados competitivos, que por sua vez, satisfazem as necessidades sociais de uma nação. Em seus estudos, Carvalho (1999, p.18) destaca que:

a economia política clássica, além de não nos dar as bases para um tratamento político da economia, ao contrario do que muitos apressadamente supõem, na verdade, é quem estabelece, de modo mais claro, a possibilidade de tratar os problemas econômicos isoladamente de variáveis extra-econômicas, inclusive políticas. Foi a economia política clássica que colocou o Estado fora do campo da análise ao propor-se a demonstrar a possibilidade de que os subsistemas econômicos fossem capazes de auto-ordenação a partir da ação de indivíduos privados, orientados pelo seu interesse próprio.

O Estado, com suas atribuições reduzidas, também tem suas ponderações na escola neoclássica de Hermann Heinrich Gossen, na Alemanha; Carl Menger, na Áustria; Léon Walras, na Suíça; Stanley Jevons e Alfred Marshall, na Inglaterra (HUNT, 1987; PRADO, 2001). Esta escola enfatiza a observação de que as ações estatais são limitadas aos direitos individuais, coletivos, de propriedade e de negociações por meio de contratos, (BUCHANAN, TOLLISON e TULLOCK, 1980), partindo da suposição de que os agentes privados possuem a estrutura necessária para o regimento econômico (PRADO, 2001).

Evans aprofundando sobre esta análise advoga que:

em sua forma neo-clássica minimalista, o Estado era encarado como uma "caixa preta" exógena cujas funções internas não constituíam assunto adequado ou digno de análise econômica. Os economistas políticos neo-utilitaristas, contudo, convenceram-se de que as conseqüências econômicas negativas da ação do Estado eram importantes demais para que se deixasse a caixa preta fechada. Para desemaranhar suas operações, aplicavam os "instrumentos-padrão da otimização individual" à análise do próprio Estado (1993, p.29).

O mesmo autor enfatiza que com o intuito de corroborar com a ação não intervencionista, a redução do papel do Estado se justificaria com o argumento da desestimulação da esfera produtiva. Neste preceito utilizar-se-ia da minimização do controle burocrático, afim se que as ações estatais convergissem aos interesses do mercado (AUSTER e SILVER, 1979).

Nas manifestações teóricas contrárias a um Estado isolado e de sua função de agente inativo, Evans (1993) retrata em seus estudos por meio de uma percepção gerschenkroniana/hirschmaniana e Escosura (2005) somente gerschenkroniana, alternativas de possíveis intervenções estatais. Ambos os autores são enfáticos ao salientar que a eficácia do Estado sob esta perspectiva perpassa pela relação entre sua capacidade e insulamento (autonomia), o que ocasiona na transparência da natureza de acumulação e forma de implementação do capital. Tal percepção do pensamento não intervencionista sugere um posicionamento ativo econômico e social da concepção do Estado (GRANOVETTER, 1973).

Ao prosseguir nas argumentações contrárias ao posicionamento clássico e neoclássico, percebe-se que o Estado pode admitir uma perspectiva mais intervencionista quanto às suas ações diante dos atores que compõem a sociedade. Esta concepção pode ser de caráter desenvolvimentista com a elevação de infra-estrutura (WHITE, 1988; BECKMAN e SACHIKONYE, 2009; LIMA e SIMÕES, 2010) ou marxista de um Estado ampliado (SIMIONATTO, 2004).

Offe (1991) em sua postura teórica, que se aproxima das concepções marxistas, revela que o Estado deve atuar como um mediador das relações sociais a fim de provocar a manutenção das mesmas. Este entendimento teórico é endossado por Hofling ao advogar que as funções de políticas sociais ocasionam funções nas quais “distintas instituições sócio-políticas e estatais contribuem para a resolução dos problemas acima, gerando intervenções do Estado que atingem a sociedade como um todo” (2001, p.34).

Ressalva-se que a intervenção estatal pode também ser promulgada de forma progressista em prol do desenvolvimento de uma sociedade, em que não há intenção de um cunho socialista (PEREIRA, 1989). Ou seja, envolve “uma intervenção estatal limitada pragmaticamente em nome da igualdade e da eficiência econômica” (1989, p.118).

Outra possibilidade de discussão sobre a intervenção estatal em prol do desenvolvimento de determinada região é o caráter cíclico. Pereira descreve que:

asserção básica é que a intervenção estatal expande-se e contrai-se ciclicamente, e que a cada novo ciclo o modo de intervenção muda. Por um determinado período a intervenção estatal aumenta, o Estado assume um papel crescente na coordenação do sistema econômico, na microalocação de recursos, na macrodefinição do nível de

poupança e investimento (ou do equilíbrio entre oferta e demanda agregada), e na micro-macrodeterminação da distribuição de renda entre as classes sociais e entre os setores da economia. Mas como a intervenção estatal aumenta, seja em termos da participação do Estado e das empresas estatais no PIB, seja em termos do grau de regulação ao qual a economia é submetida, ela começa a ficar disfuncional. O excesso de regulação, que retarda ao invés de estimular e orientar a atividade econômica, e enormes déficits públicos no lugar da obtenção de poupança forçada, são os dois sintomas básicos a indicar que a expansão do Estado excedeu. É o momento de reverter o ciclo, de contrair o Estado (...) (1989, p.121).

Ao elaborar os comentários expostos tem-se como fundamentação que a dimensão do desenvolvimento regional sustentável emprega ao Estado uma responsabilidade contributiva. Portanto, a perspectiva de um Estado desenvolvimentista é que delinea o posicionamento do presente trabalho. Todavia, a atuação da dinâmica do Estado pode ser complementada por relações reflexivas com a sociedade e organizações.

2.3 Desenvolvimento regional sustentável sob a perspectiva das organizações

Ao estudar o papel das organizações e sua interface com o desenvolvimento regional sustentável pode-se perceber que, atualmente, “não existe mais uma linha entre problemas que estão fora e dentro das empresas” (ALIGLERI, 2011, p.49). A autora reforça a afirmativa anterior relatando que “as empresas devem compartilhar e contribuir com soluções no ambiente em que estão inseridas” (2011, p.49).

O pensamento anteposto pode ser complementado ao salientar que, diferentemente do posicionamento tradicional, no qual as empresas contemplavam a premissa da utilização eficaz dos recursos, aliado à maximização do retorno sobre o capital e ajuste ao risco (JENSEN e MECKLING, 1976), no presente paradigma fundamentado nos aspectos sociais econômicos e ambientais, as organizações são chamadas a contribuir com os objetivos globais da sociedade onde estão inseridas, ou seja, contribuir para o desenvolvimento regional sustentável (BANAL, 2002, 2005; DYLLICK e HOCKERTS 2002; ETZION 2007; FIGGE e HAHN 2005; SGLADWIN, KENNELLY e KRAUSE, 1995; GOODALL, 2008; SHIRIVASTAVA, 1995; SPRINGETT, 2003; WESTLEY e VREDENBURG, 1996; HAHN e FIGGE, 2011).

Chow e Chen (2011) e Hart (1997) corroboram com este pensamento e acrescentam relatando que as organizações, atualmente, são percebidas como parte integrante da

sociedade. E, portanto, enfrentam desafios de passar da forma convencional para o modelo de desenvolvimento sustentável, no qual, estão inseridas.

Prosseguindo na percepção deste paradigma de contribuição das organizações para o desenvolvimento regional sustentável é que Elkington (2001) descreve o desafio das empresas nesta primeira metade do século XXI. Em seu estudo o autor, a exemplo de outros pensadores, tais como Brown e Dacin 1997; Chan 2005; Christmann (2000); Molnar e Mulvihill (2003), Baumgartner e Ebner, (2010); López, Garcia e Rodriguez (2007); Hart (1995); Sharma e Ruud (2003); Chang e Kuo, (2008); Erol *et al.*, (2009); Ness *et al.*, (2007) e Bansal, (2005) expõe que, com a finalidade de adequação e apoio ao processo existente, algumas mudanças fundamentadas nos pilares social, econômico e ambiental, são necessárias no processo de gestão organizacional.

Salienta-se que os três pilares descritos anteriormente são dimensionados juntamente com as modificações provenientes do novo formato de gestão baseado na sustentabilidade, conforme pode ser visualizado no quadro 2:

Controle das empresas	
Antigo paradigma	Novo paradigma
1 Pilar financeiro	⇒ Linha dos três pilares
2 Capital físico e financeiro	⇒ Econômico, humano, social e natural
3 Ativos próprios, tangíveis	⇒ Ativos emprestados e intangíveis
4 Downsizing	⇒ Inovação
5 Governança exclusiva	⇒ Governança Inclusiva
6 Acionista	⇒ Stakeholders

Quadro 2: Mudanças no paradigma de gestão
Fonte: Adaptado de Elkington, 2001.

Nesta mesma linha de pensamento de que as empresas de uma localidade devem estar em consonância com o desenvolvimento regional sustentável da mesma e que devem fomentar um novo modelo de gestão é que Sen (2003), Buarque (2006) e Schmidheiny (1992) descrevem suas ideias. Segundo os autores as organizações devem: a) Ter um planejamento a longo prazo; b) uma estratégia economicamente viável que considere o ambiente no qual estão inseridas e c) diálogo com a comunidade na qual estão envolvidas.

Coffey e Polèse (2005) reforçam Sen (2003), Buarque (2006) e Schmidheiny (1992), ao mencionarem que por parte das empresas destacam-se também outras possibilidades de contribuições para o DRS, tais como: a) o surgimento do empreendedorismo local alicerçado

em fundamentos sustentáveis , b) a alavancagem da empresa local, c) a expansão destas empresas para além da região local, e d) o desempenho econômico e social de uma estrutura regional.

Em uma busca mais profunda por outros aportes teóricos que revelem a contribuição das organizações para com o DRS é que encontra-se na literatura de autores como Teixeira, Vitcel e Beber (2007) que aproximam o tema das estratégias empresariais. Os autores possibilitam em suas citações o entendimento de mudança na forma de gestão e conseqüentemente colaboração das empresas para o DRS por meio da formação de redes por exemplo. Segundo eles:

os processos de inovação, o desenvolvimento organizacional, a formação de redes, o desenvolvimento urbano e a dinâmica institucional, constituem-se em mecanismos que influenciam os processos de acumulação de capital, e, quando ocorre uma interação entre esses fatores, produz-se um efeito sinérgico capaz de condicionar o crescimento e o progresso das cidades, regiões e países (2007, p. 1999)

Autores como Wittmann (2004) e Barquero (2001) enfatizam o pensamento dos autores anteriores ao manifestarem em seus trabalhos teóricos que as empresas em redes dinamizam a economia regional contribuindo para o desenvolvimento da localidade. Contribuindo, explana-se que a título de exemplificação pondera-se o caso da Terceira Itália, na qual os distritos industriais influenciados fortemente por redes de empresas foram contemplados como evidências do tipo de sistematização e indutores do desenvolvimento regional com vieses sustentáveis (COSENTINO, FRANK PYKE e SENGENBERGER, 1996; GOVERNA e SALONE, 2005).

Posteriormente a discussão envolvendo o DRS, o turismo, o Estado e as organizações o capítulo seguinte discute a constituição e as características das cidades da Região das Hortênsias que serão laboratório do presente estudo.

3 MÉTODO DE ESTUDO

Davies (2007) defende que a ciência envolve mais que uma simples identificação e catalogação de fatos por meio de várias tentativas e erros. Percebe-se por meio da citação anterior que, na verdadeira ciência, o rigor metodológico, no envolvimento da descoberta de princípios que permeiam e conectam os fenômenos naturais, é indispensável.

O rigor metodológico também se caracteriza como um formalismo que exige o tratamento científico. Neste sentido formal é que o método científico se constitui como um caminho para se averiguar a realidade parcial (MARCONI e LAKATOS, 1999), além de objetivar o discernimento da verdade (HAIR *et al.*, 2005).

Gil (1999, p.42) por sua vez dimensiona a pesquisa por meio de “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Rampazzo (2005) corrobora com o pensamento pragmático de Gil (1999) ao salientar que o método científico concerne a um conjunto de procedimentos dispostos em etapas com uma finalidade prescrita. O mesmo autor pondera que os procedimentos existentes são sequenciais e se dispõem em três momentos, de acordo com a figura 7.

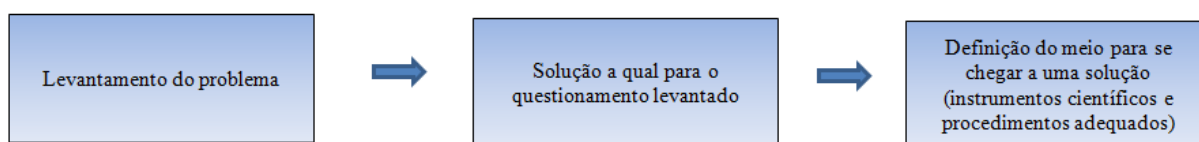


Figura 6: Procedimentos do método científico

Fonte: Adaptado de Rampazzo (2005).

3.1 Tipo de Pesquisa

Uma pesquisa científica está relacionada em um primeiro momento com um problema específico, com a investigação de determinado fenômeno (GIL, 1999; RAMPAZZO, 2005; LAKATOS e MARCONI, 2001; CERVO e BERVIAN, 1996). A partir da definição do problema buscam-se alternativas de procedimentos metodológicos com a intenção de obter

respostas e delineamento de uma pesquisa científica. Na etapa de delineamento da pesquisa científica é que encontra-se a pesquisa quantitativa como uma alternativa de estudo.

A pesquisa quantitativa se mostra necessária, normalmente, quando há a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de uma amostra de uma população (DIAS, 2000). A autora afirma também que este tipo de pesquisa utiliza-se de medidas ou padrões numéricos para testar hipóteses ou conceitos cotidianos. Hayati Karami e Slee (2006) ampliam o pensamento de Dias (2000) acrescentando que os resultados da pesquisa quantitativa podem ser reproduzidos em diferentes regiões ou ambientes e também generalizáveis para uma população estudada.

Por meio da concepção de Gil (1999) e de Raupp e Beuren (2006) a abordagem da pesquisa quantitativa pode ser implementada por meio de uma tipologia descritiva. Para os autores a pesquisa descritiva pode envolver a descrição das características de uma população a ser estudada por meio da relação entre variáveis. Malhotra (2004), por sua vez, complementa o pensamento a respeito da pesquisa descritiva mencionando que esta tipologia, por meio do seu pré-planejamento e estruturação, favorece a quantificação das diferentes causas sociais de um fenômeno.

Em virtude das argumentações levantadas pelos pensadores mencionados e com a possibilidade de mensuração do desenvolvimento regional sustentável na Região das Hortênsias é que o presente trabalho se fundamenta sob uma abordagem quantitativa de características descritivas.

3.2 Estratégia de pesquisa

A estratégia de pesquisa é utilizada para a validação e inter-relação dos conhecimentos científicos acerca do que se pretende pesquisar. Neste sentido, de acordo com Gil (1999, p.70), as pesquisas do tipo *survey*:

se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

O método *survey* de pesquisa é fundamentalmente quantitativo, e se caracteriza por pesquisas que se delineiam por meio de questionamentos como: Por quê? O que? Como? E Quanto? (FREITAS *et al.*, 2000). Com estas indagações percebe-se que a *survey* envolve a

coleta de dados que permite inferir características de indivíduos e de seus respectivos ambientes (FORZA, 2002).

Percebe-se que outros autores como Bryman (1989) e Freitas *et al.* (2000) comungam da mesma opinião anteriormente referenciada além de aprofundá-la. Tal fato pode ser perceptível quando mencionam que a coleta de dados em uma pesquisa *survey* envolve peculiaridades como as ações/opiniões de uma amostra, indicando o resultado como representação da população em questão. Os mesmos autores do assunto em epígrafe ponderam que a coleta da amostra é geralmente realizada através de um instrumento de pesquisa, que geralmente se configura na forma de questionário.

Na possibilidade de contribuição sobre a pesquisa *survey*, Babbie (1999) advoga que o *survey* é similar a censos, porém aquele se diferencia no exame da amostra da população, ao passo que, este se caracteriza apenas pela enumeração de toda a população.

Segundo Forza *et al.* (2002), Freitas *et al.* (2000), Pinsonneault e Kraemer (1993) e Hair *et al.* (2005) a pesquisa *survey* pode ser classificada basicamente em três tipos quanto ao seu propósito:

- Exploratória: utilizada durante os períodos iniciais de pesquisa, com o objetivo de fornecer informações preliminares para *surveys* mais aprofundados, testando teorias;
- Descritiva: utiliza-se quando, através da compreensão de determinado fenômeno, pretende-se descrever sua distribuição em uma população e;
- Causal: aborda-se quando um fenômeno já está descrito de maneira teórica, utilizando de conceitos modelos e proposições bem definidos.

Pondera-se que a exposição e a atenção dos procedimentos metodológicos abordados nas várias fases de uma pesquisa são essencialmente relevantes, tanto quanto a apresentação dos dados. Com base na explanação teórica realizada no presente trabalho, percebe-se inicialmente o método *survey* exploratório, já que houve a busca por literatura que referendasse o tema. Em um segundo momento ponderou-se por um procedimento descritivo através do emprego de métodos univariados (testes). E por fim, a pesquisa concentrou-se no delineamento causal com a utilização das análises de regressão.

3.3 Modelo conceitual e hipóteses

O modelo conceitual de pesquisa utilizado nesse trabalho concerne ao descrito pelos autores Chow e Chen (2011). Os autores, por meio de referências da literatura de Richards e Gladwin (2007) e na busca por medidas e questões relevantes sobre o assunto a respeito de desenvolvimento sustentável nas organizações, identificaram critérios de seleção para a formulação de um estudo sobre DSC (Desenvolvimento Sustentável nas Corporações).

O primeiro critério de seleção destacado pelos entrevistados foram os itens selecionados para a tomada de decisões referentes ao futuro do desenvolvimento sustentável. O segundo critério refere-se à confiança dos dados levantados além da eficiência na utilização dos recursos disponíveis. Por fim tem-se como terceiro critério de análise, a adequação dos impactos referentes ao ambiente e o planejamento em longo prazo de uma localidade.

Os autores Chow e Chen (2011) coletaram a opinião de 25 representantes de empresas sobre as práticas de desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, a identificação das práticas, que concernem ao DSC para as organizações, pôde-se agrupá-las em 22 parâmetros, dos quais 15 foram validados e que envolvem três variáveis dependentes do desenvolvimento sustentável: SOC (Social- que refere-se às práticas sociais que contribuem para o desenvolvimento sustentável das organizações), ECO (Econômico - refere-se às práticas econômicas que contribuem para o desenvolvimento sustentável das organizações), e AMB (Ambiental - refere-se às práticas ambientais que contribuem para o desenvolvimento sustentável das organizações), conforme pode ser visualizado no quadro 2:

Variáveis	Descrição
SOC1	A empresa se preocupa com a geração de emprego, saúde e segurança para a comunidade
SOC2	A empresa reconhece e age de forma a financiar iniciativas da comunidade local
SOC3	A empresa protege e atende os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais
SOC4	A empresa mostra preocupação com o aspecto visual das suas instalações e operações
SOC5	A empresa comunica a sociedade os riscos provenientes de impactos ambientais
SOC6	A empresa considera o interesse de todos os interessados nas suas decisões de investimento, criando com isso um diálogo sobre o desenvolvimento econômico
ECO1	A empresa conseguiu aquisição de receita com a venda de resíduos
ECO2	A empresa igualou o número de insumos necessários para a fabricação de um produto ao mesmo número de utilização dos mesmos (não gerou resíduos)
ECO3	A empresa reduziu custos por meio da gestão de resíduos
ECO4	A empresa trabalha juntamente com os funcionários do governo para proteger seus interesses
ECO5	A empresa cria novas tecnologias que podem ser aproveitadas e aplicadas em outras áreas do negócio
ECO6	A empresa diferencia processo e produto com base nos esforços de marketing ambiental para processo e desempenho do produto
AMB1	A empresa reduziu o consumo de energia
AMB2	A empresa reduziu o número de resíduos e emissões decorrentes de suas operações
AMB3	A empresa reduziu os impactos sobre o habitat natural e as espécies de animais
AMB4	A empresa reduziu o impacto ambiental decorrente de seus produtos e serviços
AMB5	A empresa reduziu o impacto ambiental por meio do estabelecimento de parcerias
AMB6	A empresa reduziu o risco de acidentes ambientais provocados por lançamentos de dejetos
AMB7	A empresa tem reduzido o número de compras de produtos químicos, componentes e materiais não renováveis
AMB8	A empresa reduziu o uso de combustíveis tradicionais, substituindo algumas fontes de energia por outras menos poluentes
AMB9	A empresa empreendeu ações voluntárias (por exemplo, ações que não são exigidos por regulamentos) para restaurações ambientais
AMB10	A empresa empreendeu ações para auditoria ambiental, divulgação pública, treinamento de funcionários

Quadro 2: Variáveis do modelo de Chow e Chen (2011)

Fonte: Adaptado pelo autor de Chow e Chen (2011).

Posteriormente a primeira etapa Chow e Chen (2011) notaram que as variáveis os resultados dos estimadores para SOC, ECO e AMB corroboram com o modelo de Bansal (2005), Chan (2005), e Sharma e Vredenburg (1998) sobre medidas genéricas e validação do DSC. Tal estudo também pode proporcionar uma replicação em outros ambientes que compõem o desenvolvimento sustentável, como uma região turística por exemplo.

A partir da exposição da construção do modelo e das argumentações expostas pelos autores Chow e Chen (2011), o presente estudo visa replicar o desenho de pesquisa sob o

aspecto do desenvolvimento regional sustentável na Região das Hortênsias. Cabe ressaltar que com a finalidade de adequação, replicação e validade do estudo em um outro ambiente, foram utilizados os 22 parâmetros iniciais de Chow e Chen (2011). Conforme as possibilidades de aplicabilidade do modelo formularam-se as seguintes hipóteses para o estudo do Desenvolvimento Regional Sustentável na Região das Hortênsias:

Hipótese 1: A dimensão ambiental afeta de forma positiva o desenvolvimento regional sustentável.

Hipótese 2: A dimensão social afeta de forma positiva para o desenvolvimento regional sustentável.

Hipótese 3: A dimensão econômica afeta de forma positiva para o desenvolvimento regional sustentável.

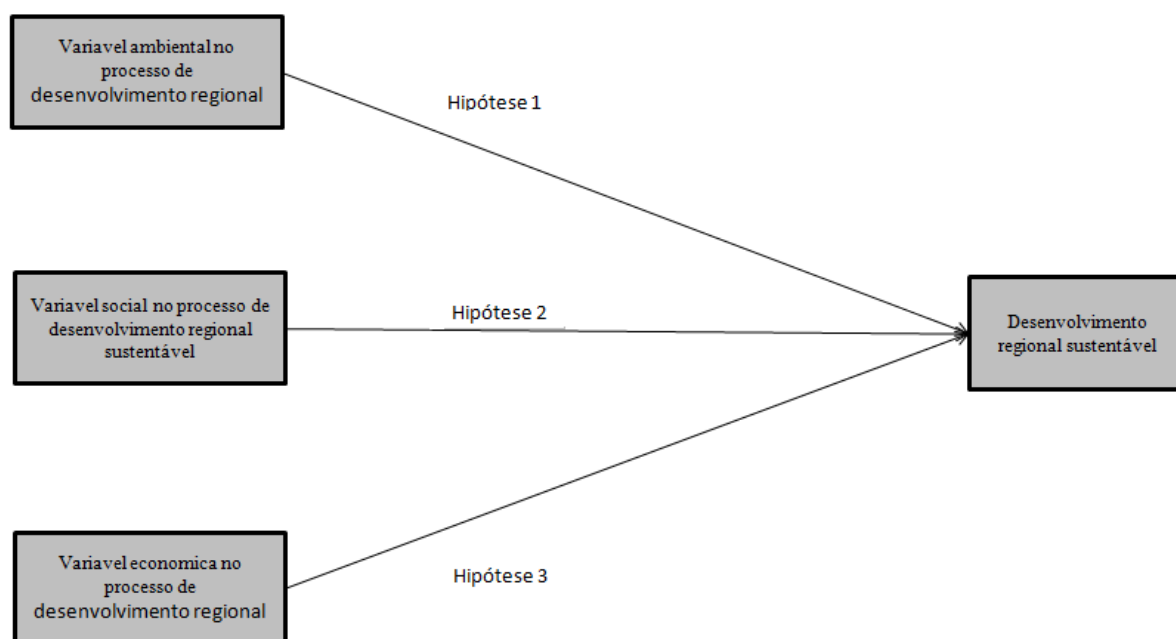


Figura 7: *Framework* da pesquisa

Fonte: Adaptado de Chow e Chen (2011).

As hipóteses 1, 2 e 3 correspondem consecutivamente a reprodução do modelo no aspecto do desenvolvimento regional sustentável na Região das Hortênsias, destacando-se, que tais hipóteses foram dimensionadas com base nas relações existentes do modelo de Chow e Chen (2011).

3.4 Constructos e variáveis do modelo

Segundo Cooper e Schindler (2001) os constructos concernem a um projeto ofertado especificamente para uma determinada pesquisa e/ou criação teórica. Malhotra (2004) acrescenta à conceituação de constructo, mencionando que é uma característica que pressupõe medição.

Em seus estudos Hair *et al.* (2005) e Cooper e Schindler (2001) afirmam que a construção de um constructo advém da percepção de algum fenômeno e construção de conceitos por meio de ideias mais simples. Hair *et al.* (2007) também afirmam que apesar das definições e especificações de *constructo* com fundamentação nas relações causais estabelecidas, evidencia-se a necessidade de indicadores que mensurem-no.

Neste sentido de possibilidades de mensuração dos constructos, é que observam-se as variáveis como instrumento de nível empírico (COOPER e SCHINDLER, 2001). Os mesmos autores defendem também que as variáveis correspondem à conversão das proposições em hipóteses com a finalidade de elaboração dos testes estatísticos.

Ao prosseguir na discussão da relação entre os constructos e as variáveis e as abordagens do modelo de Chow e Chen (2011) pode-se expor três *constructos*: a esfera ambiental no processo de desenvolvimento regional sustentável que contempla dez variáveis; a esfera social que engloba seis variáveis e por fim a esfera econômica que também envolve a construção de seis variáveis.

Ressalta-se que a construção dos *constructos* e variáveis do presente estudo obedeceu a tradução reversa realizada por três especialistas. A partir dessa etapa seguiu-se para a adaptação das questões do modelo de Chow e Chen (2011). Tal fato foi possível por meio da análise das questões ambientais, sociais e econômicas que influenciam no processo de DRS segundo a literatura utilizada neste estudo.

Pondera-se que para a constituição do *constructo* da esfera ambiental e suas respectivas variáveis observou-se que, de acordo com Mattos *et al.* (2005, p.105) “a consciência dos problemas ambientais aparece como um ponto importante a respeito do crescimento material e econômico e da qualidade de vida”. Os mesmos autores ponderam que sob esta perspectiva pode-se fazer três observações acerca da importância ambiental para o desenvolvimento, são elas: a) equidade social, b) prudência ecológica, e c) eficiência econômica.

Frey (2003) em seus argumentos complementa o pensamento de Mattos *et al.* (2005) ao afirmar que a exigência de modelos inovadores de gerenciamento regional perpassa pela formação de uma agenda que contemple os interesses ambientais de uma localidade. Nesta percepção é que há a possibilidade de adequação, da variável referente aos aspectos ambientais do modelo de Chow e Chen (2011), para a mensuração dos mesmos aspectos no DRS:

Constructo	Variável
Esfera ambiental no processo de desenvolvimento regional sustentável (AMB)	1. O município incentiva a redução do consumo de energia
	2. O município incentiva a redução da quantidade de resíduos
	3. O município preocupa-se com a preservação dos animais e das plantas
	4. O município promove a redução do impacto ambiental em suas ações públicas e privadas
	5. As parcerias realizadas no município (contratação de serviço lixo, reciclagem, tratamento de resíduos) visam a redução do impacto ambiental
	6. O município reduz os riscos provenientes de acidentes ambientais bem como promove o tratamento de água e esgoto
	7. O município reduz a compra de produtos não renováveis e materiais poluentes
	8. O município reduz o uso de combustíveis tradicionais, substituindo algumas fontes de energia, menos poluentes
	9. O município realiza ações ambientais de maneira voluntária (exemplo, ações que não são exigidas por regulamentação)
	10. O município promove discussões públicas e incentiva o engajamento das pessoas em ações ambientais

Quadro 3: Constructo e variável ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor.

No constructo, que relaciona a esfera social, pôde-se evidenciar por meio das citações de Leydesdorff e Etzkowitz (2003), Dallabrida (1999) e Cooke e Leydesdorff (2006) que esta dimensão é que fornece base para a concertação social que envolve os vários atores de uma localidade.

Outros autores argumentam que a promoção de uma economia local está entrelaçada à esfera social de uma região (MOLLOY, MCFEELY e CONNOLLY, 1999, HUDSON, 2005; GOMEZ e HELMSING, 2008). Os autores afirmam também que esta concepção de desenvolvimento sustentável, envolvendo a esfera social, possibilita a estruturação de um amplo leque de atividades que têm o potencial de: a) proporcionar oportunidades para a população local e comunidades; b) envolver todas as fases do processo de regeneração da

economia local; c) criação de emprego, a partir da identificação das necessidades básicas para a operacionalização de iniciativas.

Diante das argumentações destacadas infere-se que a esfera social pode ter uma grande parcela de contribuição para o DRS. Portanto, por meio da junção do modelo de Chow e Chen (2011) e dos critérios sociais de desenvolvimento sustentável é que se pretende mensurar os parâmetros sociais, conforme exposto no quadro 4:

Constructo	Variável
Esfera social no processo de desenvolvimento regional sustentável (SOC)	1. O município, nos últimos dez anos, melhorou o índice de emprego ou investe em saúde e segurança da comunidade
	2. O município reconhece e age de forma a financiar iniciativas sociais da comunidade
	3. O município reconhece os direitos e reivindicações da comunidade local
	4. O município demonstra preocupação com o aspecto visual sua comunidade (praças, empresas, monumentos)
	5. O município comunica os impactos ambientais sofridos à sociedade
	6. O município, através do diálogo, considera os interesses da comunidade para as decisões de investimentos

Quadro 4: Constructo e variáveis sociais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por conseguinte, encontra-se nas explanações de Junqueira (2000), Buarque (2006), Brose (2000) Malecki e Moriset (2008), Amin e Thrift (1994); Cooke e Morgan (1998), Macleod e Jones (1999), Maskell et al. (1998), Maskell (2001), Maskell e Malmberg (1999, 2007), Morgan (1997), Scott (1988, 1996), Storper (1995, 1997), Mackinnon, Cumbers e Chapman (2002) a confirmação de que é de grande importância, devido à contribuição, analisar a parcela econômica que se revela no desenvolvimento regional sustentável. Munasinghe (2002), por sua vez, afirma que o dimensionamento de um constructo econômico de forma equilibrada para com o ambiente é que pode contribuir para um processo de desenvolvimento regional sustentável.

Clark e Clarke (2010) e Defra (2002) em suas definições a respeito da governança para o desenvolvimento regional sustentável, defendem a importância dos fatores econômicos. Neste sentido adapta-se a variável dependente econômica do modelo de Chow e Chen (2011) ao processo de DRS, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Constructo	Variável
Esfera econômica no processo de desenvolvimento regional sustentável (ECO)	1. O município obtém ganhos financeiros com a promoção da reciclagem
	2. As empresas e o governo do município estão preocupados com a gestão das contas (“não endividamento”)
	3. O município reduz custos por meio da gestão de resíduos
	4. O município realiza parcerias com o Estado e o governo federal para proteger os interesses da comunidade
	5. O município está preocupado em promover a inovação (adoção de novas tecnologias) para gerir melhor seus recursos
	6. O município se esforça para atrair investimentos e/ou turistas preocupando-se com as questões ambientais

Quadro 5: Constructo e variáveis econômicas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio da junção das variáveis independentes AMB (ambiental), ECO (econômica) e SOC (social) e de seus estimadores defendidos pelos autores anteriormente citados é que formulou-se o constructo DRS (Desenvolvimento regional Sustentável) e seus respectivos parâmetros:

Variável dependente	Variáveis independentes
Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)	1. A esfera ambiental contribui para o DRS
	2. A esfera social contribui para o DRS
	3. A esfera econômica contribui para o DRS

Quadro 6: Variável dependente e variáveis independentes

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com as contribuições do modelo de Chow e Chen (2011) mensurou-se o DRS na Região das Hortênsias por meio do framework de pesquisa exposto na figura 9:

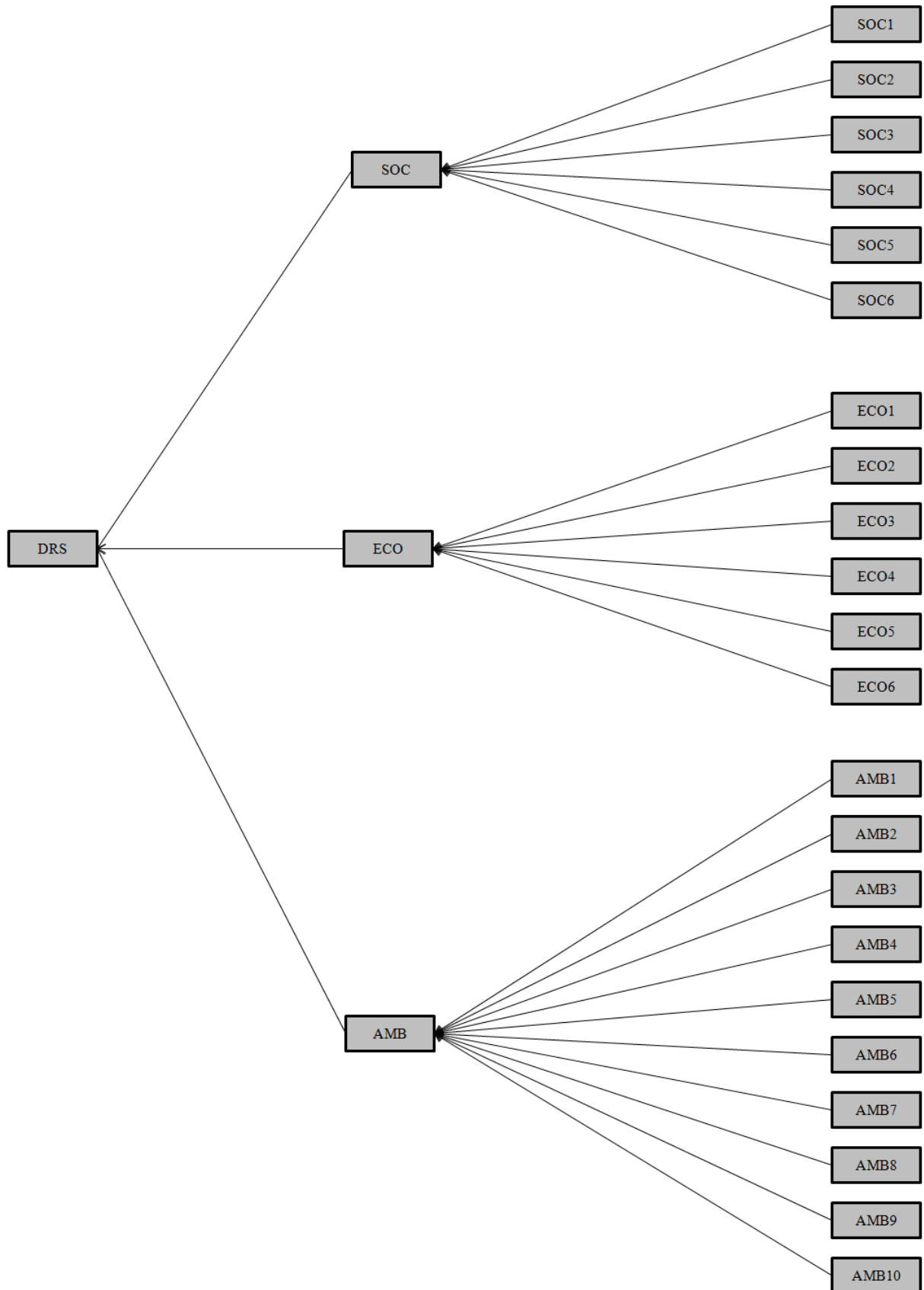


Figura 8: Framework do desenvolvimento regional sustentável.
Fonte: Elaborada pelo autor.

3.5 Amostra

De acordo com Silva e Menezes (2001) estuda-se a amostra de uma população devido as dificuldades em se mensurar o universo da pesquisa, já que este constitui a totalidade dos indivíduos que possuem a mesma característica definidas para um determinado estudo. Os mesmos autores reafirmam que diante das dificuldades de abrangência da totalidade dos fatos por meio de estudos populacionais, pois envolve componentes numerosos, torna-se viável estudar uma parcela da mesma denominada de amostra.

A amostra é toda fração (independente de seu tamanho) obtida de uma população/universo (VIEIRA, 2003). A etapa de definição da amostragem é fundamental nas pesquisas quantitativas, pois inclui procedimentos como a definição do fenômeno que se deseja pesquisar em determinada população (TORRES, 2004).

A amostra do presente estudo considerou aspectos que fundamentam a mensuração do DRS. A partir da aplicabilidade do modelo de Chow e Chen (2011) para o DRS na Região das Hortênsias, vislumbrou-se a possibilidade de encontrar nas figuras representativas do Estado, da sociedade civil e das organizações uma amostra para o estudo.

Cabe ressaltar que na presença de dificuldades para se encontrar um estudo que demonstre os representantes do Estado, da sociedade civil e das organizações, ponderou-se pela escolha de políticos e/ou funcionários públicos (representantes do Estado), professores (representantes da sociedade civil) e empresários e/ou gerentes das empresas locais (representantes das organizações).

Ao escolher os estratos amostrais, constatou-se a incompatibilidade quanto ao número exato de professores, políticos e empresários e/ou gerentes das empresas existentes na Região das Hortênsias. Tal fato pode ser remetido à volatilidade dos cargos e diferenciação dos métodos de estudo que contemplem a mensuração desta amostra específica.

Neste contexto de impossibilidade de quantificar um número exato de funcionários públicos efetivos, cargos comissionados, secretários de governo, subsecretários de governo, professores e empresários e/ou gerentes das empresas, que consistiram na amostra do estudo, optou-se por classificar a população como infinita. Tal fato fundamenta-se em Castanheira (2006), pois o autor explicita que na presença de dificuldades para quantificar o número de elementos de uma população, esta por sua vez se caracteriza como infinita. Ao considerar a população infinita optou-se, inicialmente, por uma amostra de 450 elementos representativos do Estado, sociedade e organizações, dos quais 150 serão aplicados em Gramado, 150 em

Canela e 150 em Nova Petrópolis. Ressalta-se que se o respondente atuasse em duas funções contidas no instrumento de pesquisa, ponderou-se, no momento da coleta, pela que é exercida há mais tempo, devido a uma maior experiência no exercício da mesma.

Por meio dos critérios de coleta dados estabelecidos obtiveram-se 466 questionários validados na maioria das categorias de análises sobre o perfil, conforme demonstrado na tabela 4:

	Gênero	Função	Faixa etária	Renda familiar	Município em que trabalha
Nº de questionários respondidos	466	466	466	451	466

Tabela 1: Categorias do perfil da amostra

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se por meio da tabela 4 que o item renda *mensal familiar*, foi o único que não obteve o número de 466 questionários válidos para a caracterização da amostra.

3.6 Levantamento dos dados

De acordo com Dencker (2001) o delineamento do instrumento de coleta é realizado de acordo com o problema de pesquisa e suas respectivas variáveis operacionais. O autor afirma também, que os dados levantados devem possuir uma relação para com a questão que se pretende esclarecer.

Goeldner, Ritchie e Mcintosh (2002) por sua vez ponderam que o sucesso da coleta de dados está diretamente ligada à qualidade e organização da pesquisa, desde a competência dos entrevistadores, quanto a supervisão da pesquisa como um todo. Gil (1999) complementa a colocação de Goeldner, Ritchie e Mcintosh (2002) ao descrever que normalmente o levantamento é caracterizado através do preenchimento de questionários.

Os questionários segundo Triola (2005) procuram mensurar ou avaliar determinados fenômenos. Para tanto, em uma estratégia *survey*, este instrumento de pesquisa deve ser preferencialmente reduzido, pois envolve algumas características, tais como: facilidade relacionada à sua aplicação, menor probabilidade de recusa por parte dos respondentes e maior agilidade para editar e tabular as respostas (CHURCHILL e IACOBUCCI, 2009) .

Com o intuito de validação do questionário deste estudo, consultou-se três professores especialistas no tema. Este procedimento foi complementado com a aplicação de 25 questionários *pré-testes* ao mesmo público da pesquisa. Tal procedimento não indicou a necessidade de alterações no questionário.

Posteriori ao procedimento de validação e aquisição de confiabilidade do instrumento de pesquisa, organizou-se o mesmo em três blocos distintos. O primeiro concerne ao perfil da amostra, no qual foi possível coletar dados como função exercida, faixa de renda, faixa etária e gênero.

O segundo bloco seguiu a adaptação do modelo de Chow e Chen (2011) para questões parâmetros das variáveis independentes. Para tanto, utilizou-se a disposição de opções de múltipla escolha de resposta única. Esta configuração foi permitida uma vez que se utilizou de escala *Likert* de cinco pontos, os quais foram dispostos em: 1) Discordo fortemente; 2) Discordo; 3) Indiferente; 4) Concordo e 5) Concordo fortemente, conforme destacado no apêndice 1. E, por fim, respeitando a escala *Likert* de cinco pontos o último bloco observou o posicionamento do público pesquisado quanto ao DRS da Região das Hortênsias.

A coleta de dados da pesquisa, a respeito do DRS, concentrou-se entre os representantes do Estado, organizações e sociedade civil, que segundo Morais e Etges (2009), são os atores que compõem o desenvolvimento regional sustentável. Para a realização desta etapa da pesquisa utilizou-se de entrevistas pessoais realizadas na Região das Hortênsias no ano de 2012. Ressalta-se que os meios empregados para a coleta dos dados observam as recomendações de Malhotra (2006) em uma pesquisa *survey*.

3.7 Procedimentos adotados para análise dos dados

Segundo Vergara (2003) a pesquisa descritiva concerne a um enfoque quantitativo com utilização de teste de hipóteses com propósitos de compreensão de determinado fenômeno. Tal explanação permite que, por meio de orientação e observância do método descritivo, a presente pesquisa tivesse em sua análise de dados, a utilização do software SPSS 20.0. O emprego deste software tornou-se importante uma vez que o estudo teve como proposta metodológica a verificação do modelo de Chow e Chen (2011) sob a perspectiva do DRS na Região das Hortênsias.

Ao priorizar a aplicabilidade do modelo de Chow e Chen (2011) para a identificação da influência das esferas ambiental, social e econômica por meio da estatística descritiva, considerou-se a verificação do estudo adaptado para o desenvolvimento regional sustentável. Salienta-se que nesta pesquisa a verificação tornou-se possível com o emprego da distribuição de frequência, média e desvio padrão, além do uso do teste paramétrico T em presença de normalidade dos dados, juntamente com ANOVA (Analysis of Variance), análise fatorial exploratória, coeficiente alfa e análise de regressão.

Com a finalidade de identificar a probabilidade de se ter obtido o resultado observado e, em decorrência de tal fato, ter a possibilidade de rejeitar ou não parâmetros descritas anteriormente, utilizou-se, o teste de T de Student. O teste T de acordo com Hair *et al.* (2003) envolve a avaliação da ocorrência de diferenças verdadeiras ou por acaso existentes entre médias oriundas de duas amostras, podendo ser também classificado como um tipo específico de ANOVA.

A ANOVA concerne à determinação, por meio de pressupostos estatísticos, se amostras de dois grupos populacionais ou mais são diferentes em relação a uma variável dependente de uma medida (HAIR *et al.*, 2005). Neste trabalho a ANOVA foi empregada com a finalidade de determinar a existência de diferenças entre a influência das dimensões ambiental, social e econômica no DRS.

Ressalva-se que o coeficiente alfa (ou Alfa de Cronbach) também foi empregado para verificação de confiabilidade dos constructos do modelo. Field (2009) defende que a confiabilidade de um constructo é a consistência de uma medida, podendo variar entre os valores com medidas menos confiáveis, mais próximos de 0,7 e indicadores com elevada confiabilidade que se aproximam de 0,8.

Para a identificação de padrões lineares que indicassem entre os constructos a força e o direcionamento das relações ponderou-se pelo uso do coeficiente de correlação de Pearson e a regressão fatorial múltipla entre as variáveis independentes (AMB, SOC e ECO) e a variável dependente (DRS).

Outra possibilidade de análise estatística implementada, nesse trabalho, foi a regressão linear. Este instrumento estatístico foi utilizado com a finalidade de informar a respeito da positividade ou negatividade da relação entre a variável dependente e as variáveis independentes (FIELD, 2009). No presente estudo aplicou-se a regressão no relacionamento da variável de saída (DRS) e as variáveis predictoras (AMB, SOC e ECO).

4 CARACTERIZAÇÃO REGIÃO DAS HORTÊNSIAS

4.1 Região das Hortênsias

De acordo com a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR, 2012), a Região das Hortênsias tem sua estrutura baseada na cultura europeia. Tal afirmativa pode ser encontrada nas manifestações culturais, culinária, e arquitetura da região (SOUZA, 2003).

Ao fazer uma abordagem histórica fundamentando-se nas explicações de Tomazzoni (2007) e Boff (2007), observa-se que na Região das Hortênsias há evidências dos preceitos culturais europeus que originaram as características sociais. Complementa-se relatando que “nos estudos antropológicos da formação dessa Região, são evidentes as adversidades geográficas e ambientais enfrentadas pelos imigrantes alemães a partir de 1834 e dos imigrantes italianos a partir de 1875” (TOMAZZONI, 2007, p.184). O mesmo autor menciona em outro momento de sua obra que a Região das Hortênsias foi originada do fator trabalho de imigrantes italianos e alemães, e portanto, esta conjuntura permitiu uma

ação transformadora da realidade ambiental, que determina a organização e consolidação de uma região economicamente desenvolvida. São aspectos de natureza subjetiva, como determinação, persistência, dedicação e competência que viabilizam a existência de uma região desenvolvida nos setores primário, secundário e terciário (TOMAZZONI, 2007, p. 185).

Especificamente a Região das Hortênsias compreende espacialmente uma microrregião pertencente à serra gaúcha (SETUR, 2011) e é formada por cinco municípios Gramado, Canela, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula e Picada Café dos quais se destacam os três primeiros (TOMAZZONI, 2007), conforme demonstrado da figura 6:



Figura 9: Mapa da Região das Hortênsias

Fontes: Visão – Agência de Desenvolvimento da Região das Hortênsias.

Boff (2007, p.33) complementa os comentários a respeito da Região das Hortênsias afirmando que a delimitação territorial não se atém apenas a aspectos físicos, mas também relativos ao desenvolvimento e planejamento regional, pois,

tem como referência a divisão do Estado do Rio Grande do Sul por regiões de Coredes - Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Juntos, esses Conselhos representam o Fórum dos Coredes do RS, que foi criado pela Lei Estadual (AL/RS) 10.283, de 17/10/1994. São instâncias de planejamento regional, cujo objetivo é apresentar alternativas de desenvolvimento a partir de decisões originadas por seus agentes locais (Comudes municipais) em cada contexto regional.

Ainda explanando sobre o contexto do desenvolvimento regional na região das hortênsias com base no turismo, ponderam-se ações compartilhadas entre os atores das cidades. Destaca-se que tais ações são possibilitadas mediante as características econômicas e sociais da região. Boff (2007, p.41) fundamenta a citação anterior ao argumentar que na Região das Hortênsias:

destacam-se as atividades planejadas e executadas de forma integrada entre entidades e instituições vinculadas ao Projeto Anual da Região das Hortênsias. Nesse projeto, os municípios de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco

de Paula, representados pelas entidades municipais (públicas e privadas), unem-se para oferecer ampla oferta de opções para o turismo. O referido projeto caracteriza-se como uma das principais iniciativas da organização social da região, com a finalidade de desenvolver o turismo regional por meio de ações integradas entre governo e sociedade organizada.

Nesta perspectiva de importância do desenvolvimento para a região, no qual se destaca o turismo, é que Tomazzoni (2007) juntamente com Curtir e Hoffmann (2009) ressaltam a exploração de parques naturais e a gastronomia de origem europeia pelas empresas locais.

Esta congruência dos fatores naturais e infraestrutura local fazem com que a Região das Hortênsias se torne um importante atrativo turístico do Rio Grande do Sul (SETUR, 2011). De acordo com Rigatti (2002, p. 72):

(...) assim, matas, quedas d'água, frio rigoroso no inverno, temperatura amena no verão, compõem o quadro segundo o qual se consolida a atratividade do produto turístico para essas áreas. No entanto, os fatores de atração não são exclusivamente associados a esses aspectos ligados à natureza do lugar, mas e em grande medida às cidades em si, sua infra-estrutura turística - acomodações, alimentação - arquitetura peculiar - independentemente da avaliação crítica que dela se possa fazer -, sua estrutura urbana, seus atrativos mais ligados ao consumo turístico no sentido um pouco mais estrito.

Pela importância dos principais municípios que envolvem a Região das Hortênsias que é foco de estudo deste trabalho, em seguida descrevem-se algumas das importantes características das respectivas cidades: Gramado, Canela e Nova Petrópolis.

1.1 Municípios

a) Município de Gramado

O município de Gramado tem sua história iniciada pela imigração alemã e italiana. Tal descrição pode ser inferida de relatos históricos como o do Arquivo Histórico do Município (2005), no qual é mencionado que:

(...) os pioneiros que chegaram em 1875 foram os lusos José Manuel Correa e Tristão de Oliveira, mas a cidade possui forte tradição de imigrações alemã e italiana. Tristão Francisco de Oliveira e sua esposa Leonor subiram a serra abrindo picadas e construíram o primeiro rancho de tábuas. José Manuel Correa, sua esposa e cinco filhos chegaram ponteando uma tropilha de gado. O governo estadual concedeu-lhes uma sesmaria, onde criavam gado e cultivavam erva-mate para industrialização e comercialização. Em 1904, Gramado passou a integrar o 5º Distrito de Taquara, com sede na Linha Nova. No ano de 1913, com a transferência da sede distrital para o local onde está situada a cidade, chegaram

alguns empreendedores que contribuíram de maneira decisiva para o progresso do distrito. Dois anos mais tarde, foi criada a Paróquia São Pedro, padroeiro de Gramado. Em 1918, o Banco Nacional do Comércio iniciou seus serviços e, um ano depois, instalaram-se os Correios.

Daros e Barroso (2000, p.60) corroboram do mesmo pensamento ao manifestarem que “Gramado cresce e as famílias se somam em colonização. Os italianos vindos pelo Norte, da colônia de Caxias do Sul e os alemães, vindos por São José do Hortênsio, Dois Irmãos e São Leopoldo”.

Por meio das descrições históricas pode-se verificar que Gramado tem em suas origens uma vocação de cidade hospitaleira, que se intensificou com o incremento da atividade turística propiciada pela chegada do trem em 1921 (TOMAZZONI, DORION e ZOTTIS, 2008; BLUM, 1987). Tal acontecimento desencadeou também, segundo o mesmo autor, o aumento da oferta hoteleira na cidade.

Atualmente Gramado, segundo a prefeitura do município de Gramado- PMG (2012), é um dos três municípios turísticos mais frequentados do Brasil. A cidade que tem o ponto forte a gastronomia e sua infraestrutura, baseia-se economicamente principalmente no setor de serviços (IBGE, 2007).

De acordo com a FEE (2010) alguns dados socioeconômicos e demográficos podem ser visualizados na Tabela 1:

População	32.273 habitantes
Área do município	237,0 km ²
Densidade Demográfica	136,2 hab/km ²
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais	2,82%
PIB (Produto Interno Bruto) per capita	R\$ 15.527
Exportações totais	US\$ 10.185.131
Município de origem	São Sebastião do Caí e Taquara
Data de criação	15/12/1954 - (Lei nº . 2522)

Tabela 2: Dados socioeconômicos e demográficos do Município de Gramado
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da FEE (2010).

b) Município de Canela

Segundo a SETUR – Secretaria Estadual de Turismo, Tomazzoni (2008), Dorion e Zottis (2008) a cidade de Canela tem esta denominação devido a uma árvore caneleira utilizada pelos tropeiros para descanso e construção de pousada. A PMC-Prefeitura Municipal de Canela- complementa o resgate da história do município destacando que:

o primeiro morador do território foi Joaquim da Silva Esteves, o qual obteve em 1821 da Coroa o título de "Senhor do Campestre do Canella(...)". O Coronel João Corrêa Ferreira da Silva foi o desbravador do povoado, construiu uma estrada de ferro, iniciando a obra por volta de 1913 sendo esta concluída em 1925, ligando Canela a Taquara. Em 1913, foi criada a "Companhia Florestal Riograndense", esta Companhia comprava pinheiros e terras nas redondezas do Caracol. Para exploração desses pinheiros foram instaladas cinco serrarias. Foi contratado por esta Companhia o Sr. Helmut Schmitt, prático em locação de estradas e instalações de serrarias, e por conta da Companhia Florestal, este mandou construir diversas estradas, desde a localidade do Caracol até o Banhado Grande, Esteinho, Ferradura, Tubiana, etc.

Em 02 de março de 1926, Canela foi catalogada pelo Ato nº 309 como 6º Distrito de Taquara, tendo por sede Canela. O movimento emancipacionista tomou maior vulto a partir de 1942. Em 28 de dezembro de 1944, pela Lei Estadual nº 717, foi criado o município de Canela, tendo sido instalado a 01 de janeiro de 1945, sendo nomeado como primeiro prefeito o Sr. Nelson Schneider.

A história do crescimento do município se confunde com o desenvolvimento do setor de turismo. Tal fato pode ser evidenciado nos relatos do início da atividade industrial, pois Canela, além de congrega imigrantes alemães e italianos, era trajeto de tropeiros que tinham como destino as cidades de Parobé, Taquara, São Leopoldo e Porto Alegre, dando início a atividade turística (PMC, 2011).

Atualmente, Canela representa junto com Gramado “a polarização dos principais fluxos turísticos internos do Rio Grande do Sul” (ALONSO, 2010, p.58). A economia da cidade em epígrafe concentra-se principalmente no setor de serviços, seguidos pela indústria e agropecuária respectivamente (IBGE, 2007). Outros dados socioeconômicos e demográficos podem ser resumidos conforme a tabela 2:

População	39.229 habitantes
Área (2010)	254,6 km ²
Densidade Demográfica	154,1 hab/km ²
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais	4,21%
PIB (Produto Interno Bruto) per capita	R\$ 9.015
Exportações totais	US\$ 1.951.333
Município de origem	Taquara
Data de criação	28/12/1944 - (Decreto-Lei nº. 717)

Tabela 3: Dados socioeconômicos e demográficos do Município de Canela
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da FEE (2010).

c) *Município de Nova Petrópolis*

O município de Nova Petrópolis fruto de colonização alemã, segundo a prefeitura do município, ainda conserva aspectos peculiares da cultura europeia, tais como: danças e músicas folclóricas, os trajes típicos, a gastronomia germânica e a arquitetura enxaimel. Segundo Souza (2003, p.2) a:

Antiga “Colônia Provincial de Nova Petrópolis”, foi fundada, em 1858, por imigrantes alemães. Desde o início da colonização houve preocupação com a questão educacional e cultural. Frente ao descaso da administração provincial com esses aspectos, os imigrantes tomaram para si a organização e administração escolar. Fundaram inúmeras associações religiosas e recreativas, como sociedades de canto, de tiro ao alvo e de bolão, onde cultivavam os costumes de sua região de proveniência, mantendo, inclusive, o uso da língua de origem (...). A emancipação do município, no final da década de 1950, desencadeou mudanças no processo de desenvolvimento econômico social com o incremento de outras atividades como a indústria coureiro-calçadista, malhas, móveis e metalurgia.

Assim como Gramado e Canela, atualmente, a principal atividade econômica do município é o setor de serviços com destaque para o turismo (IBGE, 2007). Algumas características socioeconômicas e demográficas destacadas pela FEE (2010) podem ser observadas na tabela 3:

População	19.045 habitantes
Área	291,1 km ²
Densidade Demográfica	65,4 hab/km ²
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais	0,02%
PIB (Produto Interno Bruto) per capita	R\$ 18.417
Exportações totais	US\$ 1.549.651
Município de origem	São Sebastião do Caí e São Leopoldo
Data de criação	15/12/1954 (Lei nº. 2518)

Tabela 4: Dados socioeconômicos e demográficos do Município de Nova Petrópolis
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da FEE (2010).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Descrição do perfil da amostra

Ao seguir-se a proposta da presente pesquisa, de mensuração do impacto das variáveis AMB, SOC e ECO no desenvolvimento regional sustentável por meio da adaptação do modelo de Chow e Chen (2011), pôde-se delinear um instrumento de pesquisa que concentra a amostra em representantes do Estado, das organizações e sociedade dos municípios de Gramado, Canela e Nova Petrópolis. Para tanto, a coleta dos dados foi realizada no mês de Junho de 2012 em ambientes, nos quais, concentram-se o público em epígrafe (empresas, prefeituras, escolas, colégios e secretarias e governo).

Na pesquisa coletaram-se dados de respondentes que representassem o poder público (funcionário público, cargo comissionado, secretários, subsecretários que exercem a função no momento da coleta) e de representantes da sociedade (professores que exercem a função no momento da coleta).

5.2 Município de Gramado

Com o intuito de mensurar o desenvolvimento regional sustentável, na cidade de Gramado foram aplicados 150 questionários. De acordo com o instrumento de pesquisa estratificou-se os respondentes por função exercida no ambiente de coleta de dados (quadro 7):

Cidade de Gramado				
	Representantes do poder público		Representantes das organizações	Representantes da Sociedade
Ambiente da coleta de dados	Prefeitura	Secretaria municipal de administração	Empresas	Escolas e Colégios
Público pesquisado	<ul style="list-style-type: none"> • Cargos comissionado; • Funcionário público efetivo; • Secretário de governo e; • Subsecretário de governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Cargo comissionado; • Funcionário público efetivo; • Secretário de governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresário e; • Gestor (gerente). 	<ul style="list-style-type: none"> • Professores
Nº de quest. aplicados	50 questionários		50 questionários	50 questionários

Quadro 7: Locais de coleta de dados e número de questionários aplicados em Gramado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na cidade de Gramado mensurou-se a frequência de 150 respondentes, dos quais 50 (33,33% do percentual coletado na cidade de Gramado) representam o poder público, 50 (33,33% do percentual coletado na cidade de Gramado) as organizações e 50 (33,33% do percentual coletado na cidade de Gramado) a sociedade civil. Cabe ressaltar que na cidade em questão os ambientes de coleta foram a prefeitura e secretaria de saúde, empresas, escolas e colégios.

A estratificação do público também permitiu à coleta de dados que caracterizassem a porcentagem da amostra quanto a frequência de respostas por gênero em relação a função exercida, como exposto na quadro 8:

Função	Frequência	Frequência do gênero masculino	Porcentagem do gênero masculino	Frequência do gênero feminino	Porcentagem do gênero feminino
Cargo Comissionado	19	8	5,33%	11	7,33%
Funcionário público efetivo	27	8	5,33%	19	12,66%
Secretário	2	1	0,66%	1	0,66%
Subsecretário	2	0	0,00%	2	1,33%
Empresário	28	7	4,66%	21	14%
Gestor (gerente)	23	10	6,66%	13	8,66%
Professor	49	9	6%	40	26,66%

Quadro 8: Porcentagem dos entrevistados de Gramado por gênero e função exercida
Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 8 explicita que dos 150 respondentes, 71,30% correspondem ao gênero feminino e 28,64% representam o masculino. Percebe-se também que na função exercida de professor concentra a maior disparidade, na qual 26,66% são representantes do gênero feminino e 6% do masculino, ou seja, uma diferença de 20,66%. Por outro lado, a função de “Gestor (gerente)” foi a que demonstrou menor disparidade entre os gêneros, com uma diferença aproximada de dois pontos percentuais (2%).

Por meio do quadro 8 também pode ser extraída a informação da quantidade de pessoas por função exercida e suas respectivas porcentagens por gênero em relação amostra. A função com maior número de respondentes foi a de professor com 49 indivíduos (32,66%), e a menor encontra-se nos cargos de “secretário de governo e “subsecretário de governo” (2,66% conjuntamente).

Para a caracterização da amostra observou-se no questionário a faixa etária dos respondentes. A importância destes dados é evidenciada quando se compara com o cargo ocupado, de acordo com o Gráfico 1:

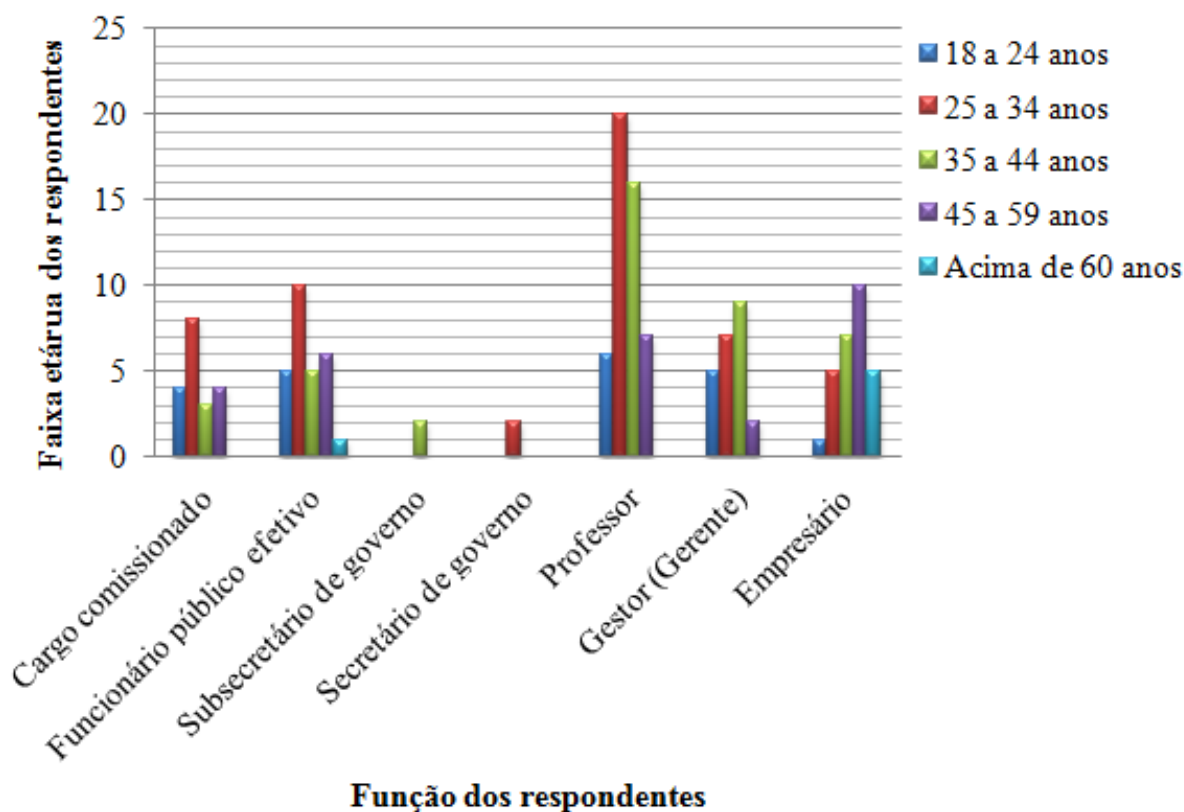


Gráfico 1: Faixa etária e função da amostra da cidade de Gramado
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 1 identifica-se que os respondentes em sua maioria (52 respondentes – aproximadamente 34,66% da amostra da cidade de Gramado) tem uma variação de 25 a 34 anos.

Outro dado importante mensurado e, exposto no Gráfico 1, é a variação da idade por função. A menor diferença foi precebida na função “cargo comissionado”, na qual, há um intervalo de 3,33 pontos percentuais, ou seja, 8 respondentes (5,33% da amostra que representa a cidade de Gramado) se enquadram na faixa etária dos 25 a 34 anos, e 3 respondentes (2% da amostra que representa a cidade de Gramado) tem entre 35 e 44 anos de idade.

A maior variação demonstrada no cruzamento dos dados entre a faixa etária e as funções exercidas na cidade de Gramado, como demonstrado no Gráfico 1, é a de professor. A amostra diagnosticou que a maioria das pessoas questionadas, 20 professores (13,33% da amostra que representa a cidade de Gramado), tem entre 25 e 34 anos de idade, enquanto que o menor número de respondentes se enquadra nas faixas dos 18 a 24 anos e 45 a 59, os quais, conjuntamente representam 9,32% da amostra relativa a cidade de Gramado.

Por meio do Gráfico 1 pode-se afirmar também que a faixa etária que tem maior expressividade é a dos 25 a 34 anos, a qual, é maioria nas funções de “cargo comissionado”, “funcionário público efetivo” e “professor” concentra 52 respondentes (34,66% da amostra que representa a cidade de Gramado). No entanto, a faixa etária que compreende a idade acima de 60 anos é a que demonstrou menor número de coleta, com 6 indivíduos (4,00% amostra que representa a cidade de Gramado).

No que se refere a renda das pessoas também puderam ser obtidos dados comparativos da amostra relativa a Gramado, conforme é verificado no Gráfico 2:

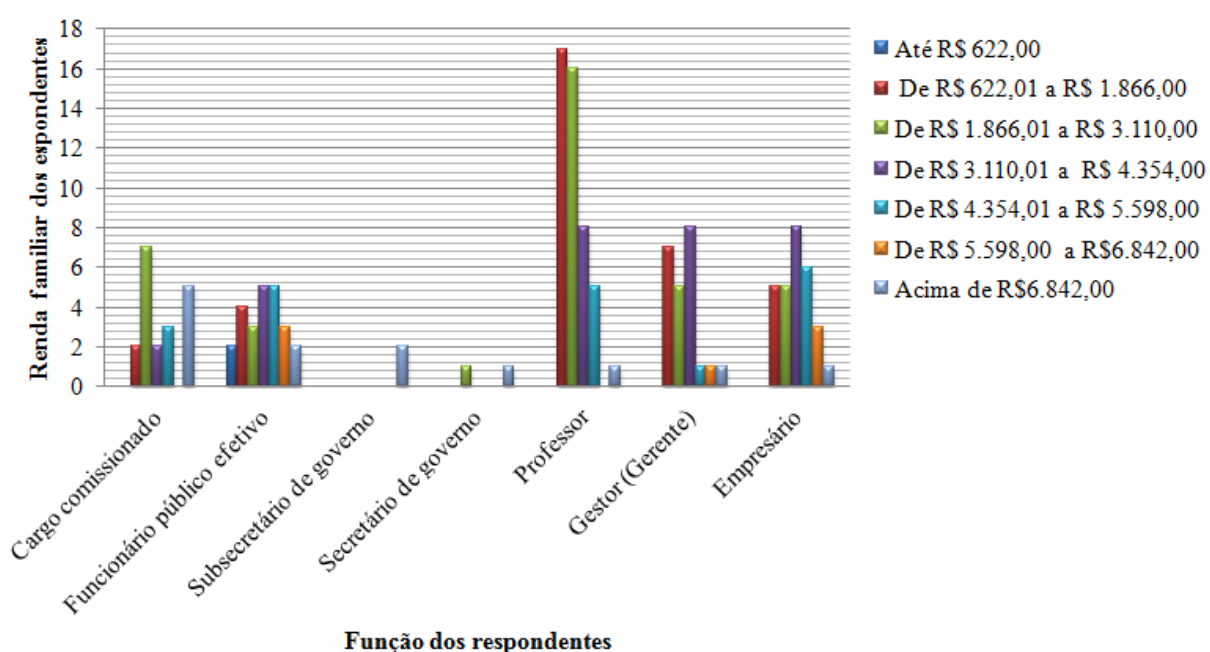


Gráfico 2: Faixa de renda familiar e função exercida da amostra da cidade de Gramado
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao fazer o cruzamento de dados relacionando a renda familiar e a função exercida observa-se no Gráfico 2 que a maior disparidade entre o maior valor e o menor encontra-se no cargo de professor. Nesta função percebe-se que a maioria dos indivíduos (16 pessoas- 10,66% da amostra) tem renda familiar entre os valores de R\$ 622,01 a R\$ 1.866,00 (equivalente entre um e dois salários mínimos vigentes no ano de 2012), e apenas um indivíduo (0,66% da amostra) obtém renda familiar acima de R\$6.842,00 (onze salários mínimos).

Através do Gráfico 2 nota-se que a menor renda familiar encontra-se entre os funcionários públicos efetivos (2 indivíduos obtém renda familiar até R\$622,00,

corespondendo a 1,33% da amostra). No entanto, a maior renda familiar observada destaca-se na função de professor, com um indivíduo (0,66% da amostra).

O Gráfico 2 também fornece a informação de que o maior número de pessoas pesquisadas na cidade de Gramado, independentemente da função, tem renda média familiar entre R\$ 622,01 a R\$ 1.866,00. Ou seja, 37 pessoas (24,66% da amostra) se enquadram na faixa de renda familiar em destaque.

Releva-se que com a coleta dos dados da presente pesquisa foi possível realizar as análises dispostas acima. Sob estas considerações, afirma-se que também é possível analisar a cidade de Canela, conforme é exposto no bloco consecutivo.

5.3 Município de Canela

A estratificação da amostra da cidade de Canela por representantes do Estado, das organizações e da sociedade podem ser visualizadas no quadro 9:

Cidade de Canela				
	Representantes do poder público		Representantes das organizações	Representantes da Sociedade
Ambiente da coleta de dados	Prefeitura	Secretaria municipal de saúde; Secretaria municipal de administração	Empresas	Escolas e Colégios
Público pesquisado	<ul style="list-style-type: none"> • Cargo comissionados; • Funcionário público efetivo; • Secretário de governo e; • Subsecretário de governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Cargo comissionado; • Funcionário público efetivo; • Secretário de governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresário e; • Gestor (gerente). 	<ul style="list-style-type: none"> • Professores
Nº de quest. aplicados	51 questionários		51 questionários	52 questionários

Quadro 9: Locais de coleta de dados e número de questionários aplicados em Canela
Fonte: Elaborado pelo autor.

Na cidade de Canela obtiveram-se 154 questionários, dos quais 51 (33,11% da amostra coletada na cidade de Canela) foram aplicados a representantes do poder público, 51 (33,11%

da amostra coletada na cidade de Canela) a empresários ou gestores (representantes das organizações) e 52 (33,76%) a indivíduos que representam a sociedade.

Através do quadro 8 verificou-se que, diferentemente da cidade de Gramado, os dados coletados no município de Canela concentraram-se em 6 ambientes. Para a mensuração de opiniões sobre o DRS questionou-se representantes do poder público na prefeitura, secretaria municipal de administração e secretaria municipal de saúde. Os dados relacionados a indivíduos que representam as organizações foram coletados junto a empresários e gestores (gerentes). E, nas escolas e colégios coletaram-se os dados dos representantes da sociedade civil.

Outro aspecto que pode ser comparado com relação a coleta nos municípios de Gramado e Canela se relaciona à estratificação da amostra e suas inferências de gênero e função exercida. Tal perspectiva pode ser diagnosticada por meio da observação do quadro 9:

Função	Frequência	Frequência do gênero masculino	Porcentagem do gênero masculino	Frequência do gênero feminino	Porcentagem do gênero feminino
Cargo Comissionado	23	10	6,49%	13	8,44%
Funcionário público efetivo	24	7	4,54%	17	11,03%
Secretário	3	0	---	3	1,94%
Subsecretário	1	1	0,64%	0	---
Empresário	30	13	8,44%	17	11,03%
Gestor (gerente)	21	7	4,54%	14	9,09%
Professor	52	3	1,94%	49	31,81%

Quadro 10: Porcentagem dos respondentes de Canela por gênero e função exercida

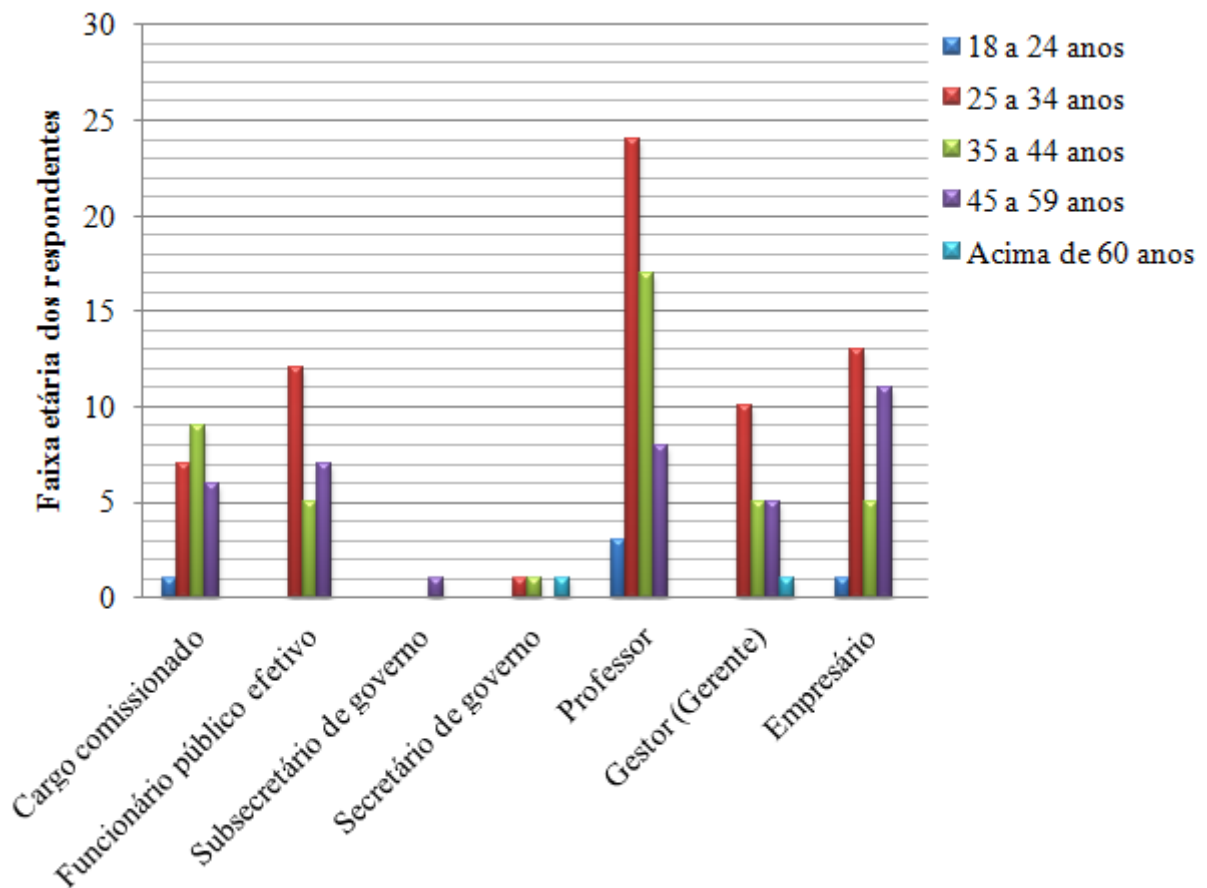
Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se com o quadro 10 que o gênero feminino representa cerca de 73,34% (113 pessoas) da amostra da cidade de Canela, enquanto que o masculino engloba aproximadamente 26,59% (40 pessoas). Ressalta-se que estes dados, os quais configuram que a maioria das pessoas pertencerem ao gênero feminino, se aproximam das características da amostra coletada em Gramado.

A partir do quadro 9 pode-se inferir que, também semelhante a cidade de Gramado, a função de professor concentra maior disparidade entre os gêneros. Nesta função em destaque há uma diferença de aproximadamente 90,38 pontos percentuais (47 pessoas) na cidade de Canela.

Todavia, dentre cargos que os dois gêneros apresentaram participação amostral, o “cargo comissionado” foi o que demonstrou menor disparidade com cerca de 13,04 pontos percentuais (3 pessoas). Tais referências divergem da cidade de Gramado, na qual a menor disparidade se encontra na função de gestor (gerente).

A amostra pertencente a cidade de Canela também permite análises e comparações entre o cargo exercido pelos respondentes e suas respectivas faixas etárias. Estas ponderações podem ser extraídas por meio de diagnósticos obtidos do Gráfico 6:



Função dos respondentes

Gráfico 3: Faixa etária e Função da amostra da cidade de Canela
Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 6 demonstra que a faixa dos 25 a 34 anos concentra maior número de indivíduos pesquisados (67 pessoas pesquisadas - 14,34% da amostra da pesquisa e 43,50% da amostra relativa à cidade de Canela).

Na variação de idade por função a maior disparidade entre as pessoas mais experientes e as jovens fica evidenciada é no cargo de professor. Nesta função em destaque 3 professores (0,64% da amostra total e 1,94% da amostra de Canela) tem entre 18 e 24 e 24 tem entre 25 e 34 anos (5,13% da amostra total e 15,58% da amostra da cidade Canela).

Todavia, a menor diferença observada, por função (considerando funções que demonstraram, por meio da amostra, no mínimo três faixas etárias), na amostra do município de Canela, concentra-se sob o cargo de funcionário público efetivo. Neste cargo a faixa etária com maior participação amostral é a de 25 a 34 anos com 12 pessoas (7,79% da amostra de Canela e 2,56% da amostra total) em detrimento da idade entre 35 e 44 anos que incorpora 5 pessoas (3,24% da amostra de Canela e 1,07% da amostra total). Ou seja, uma diferença de 7 pessoas (4,55% em relação a amostra de Canela).

A relação da renda da amostra e o cargo exercido é explicitada no Gráfico 7:

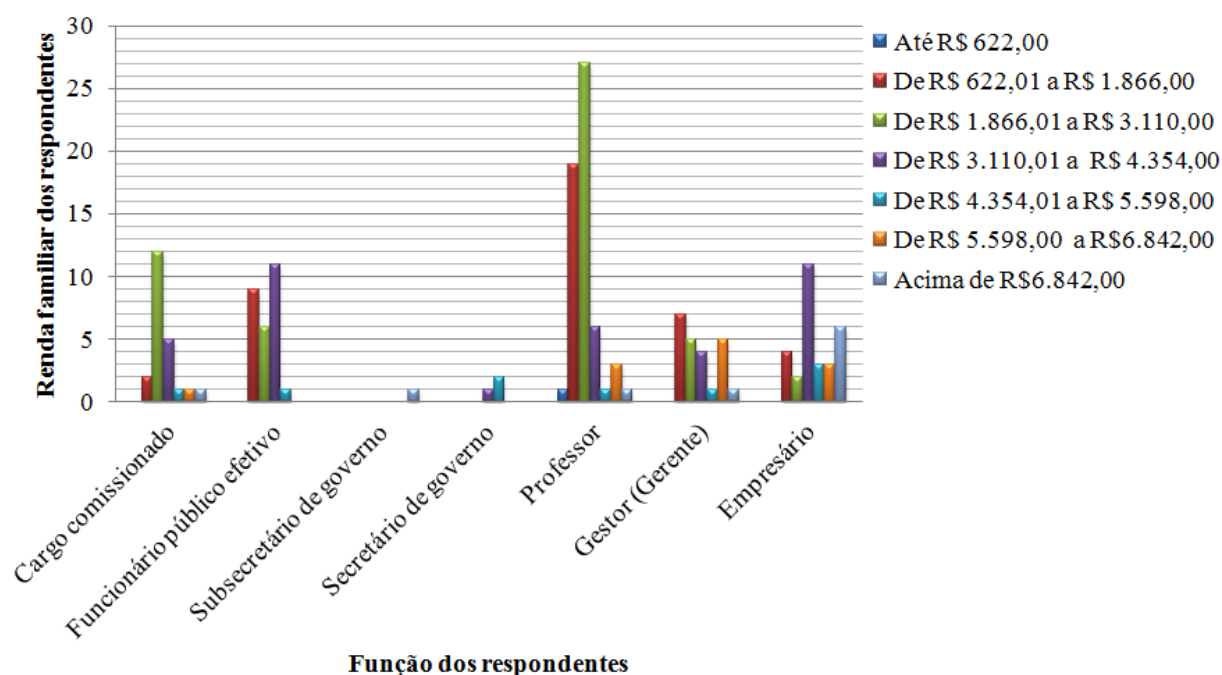


Gráfico 4: Faixa de renda familiar e função da amostra da cidade de Canela
Fonte: Elaborado pelo autor.

Da mesma forma como verificado na cidade de Gramado, a maior disparidade diagnosticada entre as rendas familiares encontra-se na função de professor. Neste cargo o menor (até R\$622,00) e o maior valor observado (acima de R\$ 6842,00) agrupam um

indivíduo cada um. O conjunto dos dois indivíduos representa cerca de 1,3% da amostra da cidade de Canela.

A função de professor também é a que concentra maior participação amostral em uma única faixa de renda familiar. Ou seja, 27 pessoas (cerca de 17,53% da amostra de Canela) obtém renda familiar em torno de R\$ 1.866,01 a R\$ 3.110,00.

Pode-se afirmar também com fundamentação no Gráfico 7 que a maioria dos indivíduos questionados (52 pessoas- cerca de 33,73% da amostra da cidade de Canela) concentram-se na terceira faixa de renda, que varia de R\$ 1.866,01 a R\$ 3.110,00.

5.4 Município de Nova Petrópolis

No quadro 11 é demonstrado a estratificação do público pesquisado e o ambiente da cidade de Nova Petrópolis, no qual, os dados foram coletados:

Cidade de Nova Petrópolis				
	Representantes do poder público		Representantes das organizações	Representantes da Sociedade
Ambiente da coleta de dados	Prefeitura; Secretaria municipal de administração e fazenda	Câmara de vereadores;	Empresas	Escolas e Colégios
Público pesquisado	<ul style="list-style-type: none"> • Cargo comissionado; • Funcionário público efetivo; • Secretário de governo e; 	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionário público efetivo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresário e; • Gestor (gerente). 	<ul style="list-style-type: none"> • Professores
Nº de quest. aplicados	53		51	58

Quadro 11: Locais de coleta de dados e número de questionários aplicados em Nova Petrópolis

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na cidade de Nova Petrópolis foram questionados 162 indivíduos (cerca de 34,76% da amostra total). A amostra coletada se dividiu-se em: 53 questionários (32,71% da amostra da cidade de Nova Petrópolis) aplicados a representantes do poder público-cargo comissionado, funcionário público efetivo e secretário de governo; 51 (31,48% da amostra da cidade de

Nova Petrópolis) instrumentos de pesquisa foram obtidos juntamente à gestores e empresários e 58 (35,80% da amostra da cidade de Nova Petrópolis) foram coletados junto aos professores.

A coleta de dados na cidade de Nova Petrópolis se diferenciou quanto aos ambientes pesquisados dos municípios de Gramado e Canela. Esta diferença consiste na aplicação de questionários na câmara municipal de vereadores, local no qual, pode se ter licença para realização da pesquisa.

A presente pesquisa também permitiu a mensuração da amostra estratificada da cidade Nova Petrópolis diante do gênero do entrevistado e a função, a qual, ocupam no momento da coleta. Estas inferências podem ser agrupadas no quadro 11:

Função	Frequência	Frequência do gênero masculino	Porcentagem do gênero masculino	Frequência do gênero feminino	Porcentagem do gênero feminino
Cargo Comissionado	6	1	0,61%	5	3,08%
Funcionário público efetivo	46	17	10,49%	29	17,90%
Secretário	1	8	4,93%	16	9,87
Empresário	24	3	1,85%	55	33,95%
Gestor (gerente)	27	6	3,70%	21	12,96%
Professor	58	1	0,61%	57	

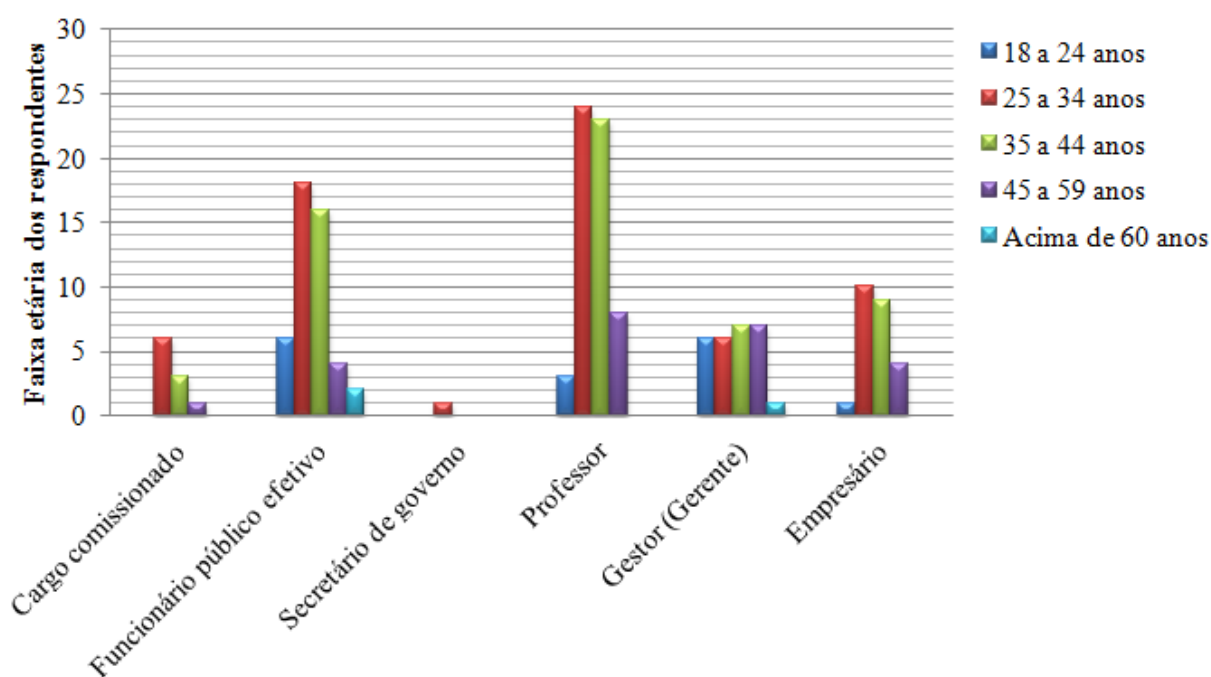
Quadro 12: Porcentagem dos respondentes de Nova Petrópolis por gênero e função exercida
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que a frequência do gênero feminino, que representa aproximadamente 77,76% do conjunto amostral, é mais elevada em todas as funções estabelecidas para esta pesquisa. Esta perspectiva analítica se iguala aos dados encontrados nas cidades de Gramado e Canela.

Outra característica similar às cidades de Gramado e Canela se assegura quanto a disparidade entre os gêneros por função. Ou seja, a maior disparidade de gênero encontrada por função se encontra no cargo de professor, no qual concentra 98,27% dos pesquisados.

Um dado que distingui a amostra coletada na cidade de Nova Petrópolis dos demais municípios participantes desta pesquisa é a menor diferença de gêneros encontrada nas funções. O “cargo comissionado” foi o que assegurou menor disparidade, com aproximadamente 3,08% (porcentagem referente a amostra da cidade de Nova Petrópolis) das pessoas sendo do gênero feminino e 0,61% masculinos (porcentagem referente a amostra da cidade de Nova Petrópolis).

Por meio da análise gráfica é possível identificar a faixa etária dos indivíduos e suas respectivas funções, conforme pode ser verificado no Gráfico 11:



Função dos respondentes

Gráfico 5: Faixa de renda familiar e função da amostra da cidade de Petrópolis
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 5 nota-se que a faixa etária de 25 a 34 anos é a que concentra maior participação amostral, com aproximadamente 40,12% (65 pessoas) da amostra relativa a cidade de Nova Petrópolis. Afirma-se por meio desta constatação que as três cidades, Gramado, Canela e Nova Petrópolis, concentraram a maioria da amostra (184 pessoas- aproximadamente 39,48% da amostra total da pesquisa) na faixa etária em epígrafe.

No município de nova Petrópolis a maior disparidade entre faixas etárias encontradas foi na função de funcionário público efetivo. Neste cargo em discussão, 6 pessoas (3,70% da amostra relativa a cidade de Nova Petrópolis) afirmaram que se enquadram na faixa dos 18 aos 24 anos. No extremo desta faixa, que compreende o intervalo acima de 60 anos, a amostra

obteve 2 respondentes (equivalente aproximadamente a 1,62% da amostra). Tal fato totaliza uma diferença de 4 (aproximadamente 2,47% da amostra de Nova Petrópolis) pessoas para a equidade das faixas.

Contudo, a maior equidade entre as faixas extremistas, destacada no Gráfico 5, concentra-se sob a função de empresário. Neste cargo a amostra identificou 1 pessoa (0,61% da amostra da cidade de Nova Petrópolis) na faixa dos 18 aos 24 anos e 4 pessoas (2,46%) entre 45 e 59 anos de idade, o que, sugere uma diferença de 3 indivíduos (1,85%).

Ao prosseguir na apresentação das características da amostra coletada na cidade de Nova Petrópolis pôde-se extrair informações da faixa de renda e função dos pesquisados. Esta possibilidade analítica é verificada através das demonstrações do Gráfico 6:

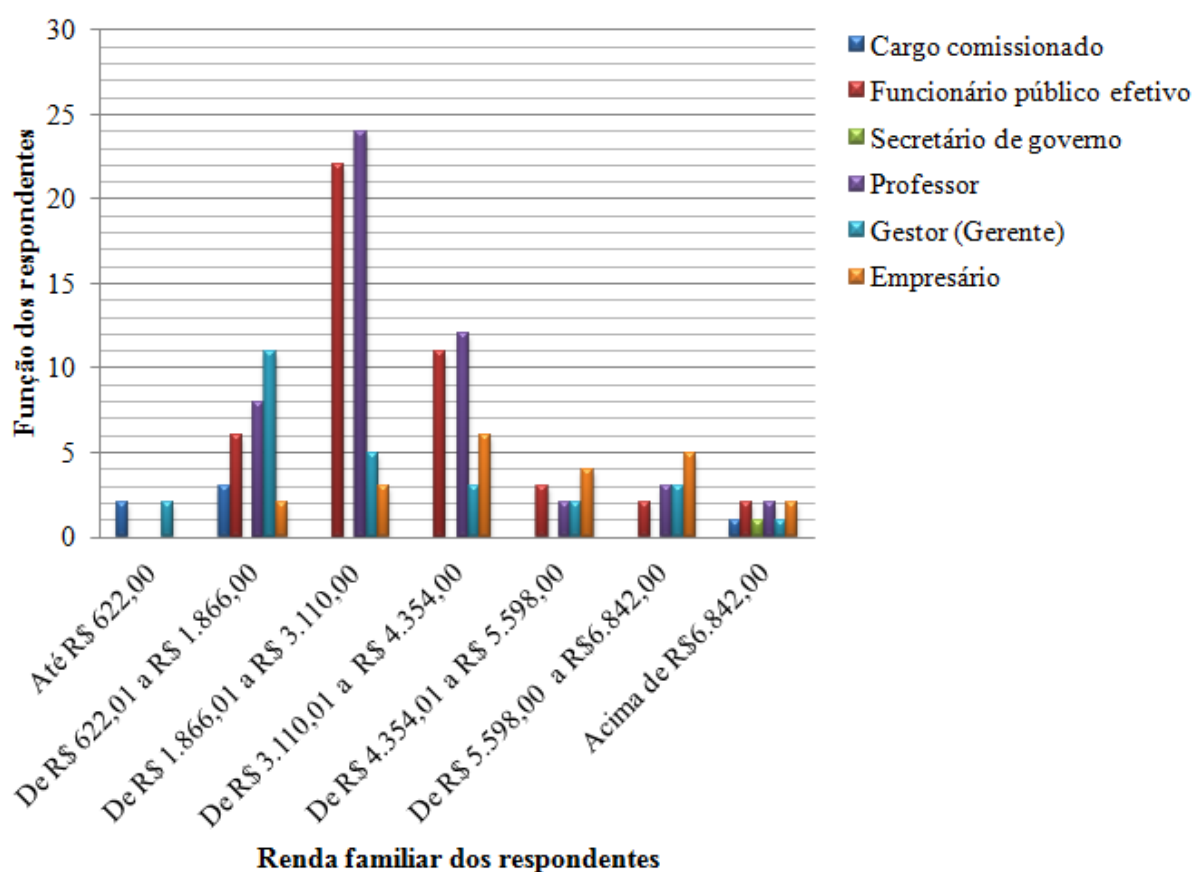


Gráfico 6: Função da e faixa de renda familiar da amostra da cidade de Petrópolis
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se por meio da análise do Gráfico 6 que a maior participação dos indivíduos, 54 pessoas (33,33% da amostra da cidade de Nova Petrópolis), é demonstrada no terceiro intervalo de renda familiar que varia de R\$ 1866,00 à R\$ 3110,00.

No Gráfico 6 pode ser observado que, assim como verificado na cidade de Gramado, a maior disparidade diagnosticada entre as rendas familiares encontra-se na função de professor. Neste cargo o menor (até R\$622,00) e o maior valor observado (acima de R\$ 6000) agrupam um indivíduo cada um. Tal dado representa cerca de 1,2% da amostra da cidade de Canela.

A função de professor também é a que concentra maior participação amostral em uma única faixa de renda familiar. Ou seja, 27 pessoas (cerca de 16,16% da amostra de Canela) obtém renda familiar em torno de R\$ 1.866,01 a R\$ 3.110,00.

Pode-se afirmar também com fundamentação no Gráfico 6 que a maioria dos indivíduos questionados (52 pessoas- cerca de 31,13%) concentram-se na terceira faixa de renda, que varia de R\$ 1.866,01 a R\$ 3.110,00.

5.5 Nível de influência das variáveis social, econômica e ambiental no desenvolvimento regional sustentável – Teste de significância

De acordo com o objetivo de *verificar o impacto das dimensões econômicas, sociais e ambientais a partir da percepção dos atores locais (sociedade, Estado e Organizações) no processo de desenvolvimento regional sustentável na Região das Hortênsias no estado do Rio do Grande do Sul*, o presente estudo ponderou pela adoção de uma adaptação do tema ao modelo conceitual de Chow e Chen (2011). Esta formulação possibilitou a utilização de três constructos que mensurem a esfera ambiental, social e econômica.

Com a finalidade de agrupar os três primeiros constructos citados formulou-se um quarto estimador (DRS) que assegura a interligação das três variáveis independentes social (SOC) ambiental (AMB) e econômico (ECO), conforme descrito no método de pesquisa.

Para tanto, apresenta-se neste bloco a média das estimativas relacionadas aos constructos em epígrafe. Releva-se que este trabalho ajuizou no instrumento de pesquisa a utilização de uma escala *Likert* de cinco pontos, na qual, segundo Nunnally (1978) possibilita a interpretação de quanto maior a média encontrada, mais elevada é a significância do estimador a ser avaliado.

Ao apresentar os dados pode-se verificar na Tabela 6, por ordem decrescente, as médias dos estimadores do constructo *esfera ambiental no processo de desenvolvimento regional sustentável*.

Variáveis	Descrição	Média	σ
AMB 5	As parcerias realizadas no município (contratação de serviço de lixo, reciclagem, tratamento de resíduos) visam a redução do impacto ambiental	3,62	1,077
AMB 3	O município preocupa-se com a preservação dos animais e das plantas	3,52	1,192
AMB 6	O município reduz os riscos provenientes de acidentes ambientais, bem como promove o tratamento de água e esgoto	3,40	1,196
AMB 4	O município promove a redução do impacto ambiental em suas ações públicas e privadas	3,39	1,032
AMB 10	O município promove discussões públicas e incentiva o engajamento das pessoas em ações ambientais	3,25	1,154
AMB 9	O município realiza ações ambientais de maneira voluntária (por exemplo, ações que não são exigidas por regulamentação)	3,18	1,180
AMB 2	O município incentiva a redução da quantidade de resíduos	3,14	1,185
AMB 7	O município reduz a compra de produtos não renováveis e materiais poluentes	3,06	1,055
AMB 1	O município incentiva a redução do consumo de energia	2,95	1,222
AMB 8	O município reduz o uso de combustíveis tradicionais, substituindo algumas fontes de energia menos poluentes	2,56	1,174

Tabela 5: Média das variáveis que mensuram a *esfera ambiental no processo de desenvolvimento regional sustentável*

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao considerar que na escala *Likert* de cinco pontos (1 a 5) o valor médio é igual a 3 (NUNALLY, 1978) nota-se, por meio da interpretação dos dados, que a maioria das variáveis do constructo *esfera ambiental no processo de desenvolvimento regional sustentável* (AMB5, AMB6, AMB3, AMB4, AMB10, AMB9, AMB2 e AMB7) obtiveram médias significativas (acima de 3) e apenas duas (AMB1 e AMB8) não demonstraram esse resultado.

Percebe-se que a variável *as parcerias realizadas no município (contratação de serviço de lixo, reciclagem, tratamento de resíduos) visam a redução do impacto ambiental* (AMB5) é a que obteve maior média (3,62). Ou seja, para os respondentes as organizações, Estado e sociedade estão empenhados em reduzir o impacto sobre o meio ambiente por meio de estabelecimento de parcerias.

Para Signorini (2000) e Albuquerque (2004) o estabelecimento de parcerias, como as expostas anteriormente na variável AMB5, em prol do desenvolvimento regional sustentável

pode ser justificado por meio de aspectos que sócio culturais, nos quais, se inserem o capital social e o comprometimento do Estado, da sociedade e organizações diante de uma região.

Este fato pode ser percebido quando debate-se sobre as três cidades analisadas. Os municípios em destaque têm atrelados em sua vocação desenvolvimentista a atividade turística (TOMAZZONI, 2007; BOFF, 2007), que se estabelece de maneira mais eficiente por meio da interligação entre os atores (Estado, sociedade e organizações) (HALL, 2005).

Outra argumentação possível é que a interligação entre os atores é um discurso em favor da democracia (TEODÓSIO, 2011) e que pode ser sustentado por meio da intervenção estatal (Estado desenvolvimentista) no processo de desenvolvimento regional (STROH, 1994; GRANOVETTER, 1973; LIMA e SIMÕES, 2010).

A AMB3 (*O município preocupa-se com a preservação dos animais e das plantas*), variável que mensura a opinião dos respondentes com relação a preservação da fauna e da flora dos municípios em debate, foi a que obteve segunda maior média estatística (3,52). Ou seja, segundo os respondentes a fauna e flora é um fator significativo ambientalmente.

A afirmativa anteposta também pode ser fundamentada por meio das características turísticas das cidades. Ou seja, a preocupação com a preservação dos animais e plantas dos municípios de Gramado, Canela e Nova Petrópolis se justifica, uma vez que, pode ser um fator promulgador da atividade turística (PICKERING, HARRINGTON, WORBOYS, 2003) como um atrativo componente da paisagem destas localidades (BENI, 2007).

Todavia, as variáveis AMB8 (*O município reduz o uso de combustíveis tradicionais, substituindo algumas fontes de energia por outras menos poluentes*) e AMB1 (*O município incentiva a redução do consumo de energia*) foram as que apresentaram menor média com significância de 2,56 e 2,95 respectivamente. Com estes dados pode-se diagnosticar que para os respondentes o Estado, as organizações e a sociedade não priorizam a redução do uso de combustíveis tradicionais e de energia como fatores ambientais.

De acordo com o IPCC (2007) e Habert *et al.* (2012) a utilização de combustíveis tradicionais tem profundos impactos sobre o meio ambiente. Para os autores, a gestão sustentável de uma região deve relevar de maneira conjunta as duas variáveis que apresentaram menor significância neste estudo.

Com os novos paradigmas a respeito do desenvolvimento regional sustentável, acredita-se que há uma maior necessidade de mudança no que se refere ao desenvolvimento de políticas de energia (HABERT *et al.*, 2012; PULSELLI *et al.*, 2008 e ASIF *et al.*, 2007). Para autores como Kesselring, e Winter (1994), Schulz *et al.* (2008) e Pfeiffer *et al.* (2005) a

redução do consumo de combustíveis tradicionais e de energia é um fator primordial para se discutir o desenvolvimento sustentável de uma região.

Sheinbaum, Ruíz e Ozawa (2011) por meio de seus estudos empíricos em países da América Latina, constataram que, devido à dependência de combustíveis e energia advindos de fontes tradicionais, o Brasil foi um dos que apresentaram, durante o período de 1990 a 2006, a menor redução de utilização desses insumos. Os mesmos autores, ao relatarem experiências de parcerias entre Estado e organizações, demonstram indicadores que pode-se reduzir de forma significativa o uso destes combustíveis.

Não obstante, pode-se ajuizar que estas constatações do Brasil, mencionadas pelos autores anteriormente citados, podem ser reflexos de posicionamentos como os observados em municípios de Gramado, Canela e Nova Petrópolis, que tem em sua matriz energética forte ligação com o uso de combustíveis tradicionais e uma menor preocupação com a redução do consumo de energia.

No que se refere ao desvio padrão percebe-se que a variável AMB1 apresentou maior índice (1,222). Ou seja, esta variável demonstrou maior dispersão de opiniões quando considerada a média dos respondentes.

O segundo constructo a ser analisado é o da *Esfera social no processo de desenvolvimento regional sustentável*, conforme demonstrado na Tabela 7:

Variáveis	Descrição	Média	σ
SOC4	O município demonstra preocupação com o aspecto visual da sua comunidade (praças, empresas, monumentos)	4,10	1,021
SOC1	O município, nos últimos dez anos, melhorou o índice de emprego ou investe em saúde e segurança da comunidade	3,64	,991
SOC3	O município reconhece os direitos e reivindicações da comunidade local	3,38	1,033
SOC2	O município reconhece e age de forma a financiar iniciativas sociais da comunidade	3,34	1,044
SOC6	O município, através do diálogo, considera os interesses da comunidade para as decisões de investimentos	3,22	1,085
SOC5	O município comunica os impactos ambientais sofridos à sociedade	2,92	1,135

Tabela 6: Média das variáveis que mensuram a *esfera social no processo de desenvolvimento regional sustentável*

Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que dentre as variáveis que buscam mensurar a *esfera social no processo de desenvolvimento regional sustentável* apenas a SOC 5 (*O município comunica os impactos ambientais sofridos à sociedade*) não obteve média acima de 3 (2,92).

Ressalva-se que a variável SOC5 também foi a que obteve maior desvio padrão (1,135). Ou seja, indicou maior variabilidade na média.

A variável SOC4 [*O município demonstra preocupação com o aspecto visual da sua comunidade (praças, empresas, monumentos)*] foi a que apresentou maior média estatística (4,10). Este valor elevado pode ser explicitado também pela priorização da atividade turística como fonte de desenvolvimento na região. Segundo Tomazzoni (2007) e Curtis e Hoffmann (2009) as cidades, que compreendem este estudo, exploram sua arquitetura de origem europeia e seus parques como atrativos turísticos. Tal fato proporciona uma percepção no aspecto visual das cidades em destaque.

A segunda variável com maior média foi a SOC1 (*O município, nos últimos dez anos, melhorou o índice de emprego ou investe em saúde e segurança da comunidade*). Como as cidades de Gramado, Canela e Nova Petrópolis pertencem à mesorregião metropolitana de Porto Alegre (FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, 2012) e observou-se nos últimos anos 5 anos uma queda no nível de desemprego (IBGE, 2012; FEE, 2012), a média da variável SOC1 pode ser explicada pela percepção das pessoas diante destes fatos.

Na Tabela 7 pode-se verificar que opostamente à variável com maior média encontra-se a SOC5 (*O município comunica os impactos ambientais sofridos à sociedade*) que concentra menor média (2,92). Este fato pode ser analisado pela perspectiva das organizações e pelo posicionamento do Estado e sociedade.

Na primeira perspectiva citada anteriormente, esclarece Sanches (2000), pode-se argumentar que a comunicação entre organizações e grupos de interesses (os quais pode se citar o Estado e a sociedade civil) a respeito de impactos ambientais, é norteador de sucesso ambiental de empresas. Ou seja, segundo a mesma autora, envolve uma gestão ambiental proativa.

Por meio do posicionamento do Estado, releva-se que cabe ao Estado não assumir uma postura insulada, como retrata Evans (1993), diante da falta de diálogo com a sociedade. E, a comunidade, tem um papel estratégico na articulação na multiplicação dos canais de informação das questões referentes ao desenvolvimento regional sustentável (JACOBI, 2000) o qual inclui a comunicação dos impactos ambientais à comunidade.

Ao prosseguir com as análises da média das variáveis, expõe-se na Tabela 8 o terceiro constructo (*Esfera econômica no processo de desenvolvimento regional sustentável*):

Variáveis	Descrição	Média	σ
ECO6	O município se esforça para atrair investimentos e/ou turistas preocupando com as questões ambientais	3,85	1,146
ECO4	O município realiza parcerias com o Estado e o governo federal para proteger interesses da comunidade	3,70	1,040
ECO2	As empresas e o governo do município estão preocupados com a gestão das contas (“não endividamento”)	3,51	1,116
ECO5	O município está preocupado em promover a inovação (adoção de novas tecnologias) para gerir melhor seus recursos	3,44	1,108
ECO1	O município obtém ganhos financeiros com a promoção da reciclagem	2,90	1,204
ECO3	O município reduz custos por meio da gestão de resíduos	2,84	1,125

Tabela 7: Média das variáveis que mensuram a *esfera econômica no processo de desenvolvimento regional sustentável*

Fonte: Elaborado pelo autor.

No constructo *esfera econômica no processo de desenvolvimento regional sustentável* a variável ECO6 (*O município se esforça para atrair investimentos e/ou turistas preocupando-se com as questões ambientais*) foi a que demonstrou maior média com 3,51. Esse valor, assim como o de outras variáveis dos constructos SOC e ECO, pode ser justificado pelo fato das cidades estudadas serem ligadas a atividade turística.

Percebe-se que na Região das Hortênsias o turismo é uma das principais atividades econômicas (TOMAZZONI, 2007). E, segundo Cunha e Cunha (2005), as localidades turísticas podem atrair maiores investimentos quando estão propícias a uma interligação competitiva entre Estado, organizações e sociedade.

A variável ECO4 (*O município realiza parcerias com o Estado e o governo federal para proteger os interesses da comunidade*) foi a que obteve segunda maior média com o valor de 3,70 de significância. Tal constatação remete ao fato de que os respondentes reconhecem de maneira positiva a existência de parcerias entre o Estado e o município para os interesses da comunidade diante do processo de desenvolvimento regional sustentável.

Bandeira (1999) advoga que, apesar de imprescindíveis para o desenvolvimento regional, as parcerias entre Estado e municípios são relações difíceis de acontecerem ou serem percebidas. O autor acrescenta que um dos motivos para a ocorrência deste fato é a falta de organização da sociedade e de organizações formando uma rede bem articulada.

No extremo da Tabela 8 observa-se que a variável ECO3 (*O município reduz custos por meio da gestão de resíduos*), juntamente com o estimador ECO1 (*O município obtém*

ganhos financeiros com a promoção da reciclagem) demonstrou menos média entre os respondentes. Ou seja, segundo os representantes do Estado, das organizações e da sociedade não há uma redução de custos por meio da gestão de resíduos e obtenção de ganhos por meio da reciclagem.

Esta percepção dos grupos pesquisados pode ter uma inferência conjunta, já que está intimamente relacionado à redução de custos por meio da gestão de resíduos (DEMAJOROVIC, 1995). O autor explicita também que a gestão de resíduos é um componente importante para as questões que envolvem desenvolvimento sustentável de um ambiente.

Autores como Kaseva e Moirana (2010) recomendam que a promoção da atividade turística em localidades com vocação para a mesma, como é o caso das cidades estudadas, podem obter ganhos sustentáveis ambientalmente e economicamente. Esta afirmativa fundamenta-se em exemplos de ambientes turísticos (localidades em países como Tanzânia) que, por meio da reciclagem de resíduos e gestão dos mesmos, ponderam uma política de desenvolvimento regional sustentável.

A variável ECO1 também demonstrou maior desvio padrão (1,204). Tal fato revela que a opinião dos respondentes tem maior índice de variabilidade de opiniões no que se refere a nota dada na variável em epígrafe.

O último constructo a ser analisado diante da sua média é o DRS (*Dê uma nota de 1 a 10, sendo 10 a nota mais alta, para o Desenvolvimento Sustentável de sua Região*), conforme é apresentado na Tabela 9:

Variável	Descrição	Média	σ
DRS	Dê uma nota de 1 a 10, sendo 10 a nota mais alta, para o Desenvolvimento Sustentável de sua Região	6,56	1,790

Tabela 8: Média da variável dependente DRS

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se pela Tabela acima exposta que a amostra tem uma média elevada (6,56) com relação a *avaliação do desenvolvimento regional sustentável da região*. Ou seja, os respondentes ponderam que a interligação entre Estado, organizações e município é positiva para o processo de desenvolvimento regional sustentável.

Esta percepção da amostra coletada pode ser um indicador importante para avaliar as análises das relações entre o Estado, organizações e sociedade diante do processo de

desenvolvimento regional sustentável. Esta afirmativa é relevada por meio de obras como a de Vasconcellos e Garcia (1998), na qual é retratada que o processo em epígrafe envolve diferentes setores econômicos e sociais com a finalidade de melhorar o bem estar do ambiente.

Ao prosseguir as análises dos dados deste trabalho, apresentar-se-á no próximo bloco o *Teste T de Student*.

5.6 Teste de hipótese univariado – Teste t de Student

Conforme discutido no método do presente estudo, o presente trabalho utilizou-se do teste paramétrico T de *Student* em suas análises. Tal possibilidade analítica justifica-se, uma vez que, pode haver diferenças entre comportamento, atitudes ou características, entre um grupo, que influenciam na percepção de determinado fato (LORENZI-CIOLDI, 1994; HAIR, BABIN, MONEY, SAMUEL, 2005). Para tanto, cabe ressaltar que este teste tem, como um de seus objetivos, verificar a existência de dicotomias quantitativas entre dois grupos amostrais independentes para uma mesma variável (STUDENT, 1908; HAIR *et. al.*, 2005).

A presente pesquisa considerou como *H0* (Hipótese nula), sendo a hipótese de igualdade das médias entre os dois grupos de gêneros pesquisados (feminino e masculino). E, *H1* (Hipótese alternativa), a hipótese na qual, os dois grupos tem variâncias diferentes a respeito das variáveis do modelo testado.

Com o resultado do teste t, que confrontou o cruzamento do gênero masculino e feminino diante das variáveis escalares do modelo, obteve-se que a hipótese *H0* é válida para o presente estudo. Ou seja, pode-se afirmar que não existem evidências estatísticas significativas entre as médias pesquisadas (Sig. < 0,05). Portanto, optou-se por não apresentar separadamente este teste.

Com o intuito de verificar a variância de médias de dois ou mais grupos estatísticos distintos para uma mesma variável utilizou-se como indicação o teste ANOVA (HAIR, 2005). Neste estudo o teste em discussão será apresentado analiticamente a seguir.

5.7 ANOVA

Neste estudo observou-se, para o teste ANOVA, o cruzamento de quatro variáveis ordinais elencadas no questionário (*faixa etária, renda familiar, grupos que representam a sociedade, Estado e organizações e o município, no qual, trabalha cada respondente*), com os estimadores que formam os constructos SOC (6 estimadores) ECO (6 estimadores) e AMB(10 estimadores).

O teste ANOVA, geralmente, é demonstrado em Tabelas (HAIR, 2007). O presente trabalho apresenta em forma de Tabelas os resultados do cálculo da estatística F (contribuição de uma variável para a precisão dos dados), que avalia as diferenças entre as médias de grupos, e os graus de liberdade considerando o nível de significância = 0,05 (máxima taxa de erro permitida) (HAIR *et al.*, 2007). Portanto, nesse estudo apresentar-se-ão, os níveis de significância descritiva da ANOVA (o sig), o teste F e os estimadores que demonstraram tais diferenças.

Ressalta-se que em uma pesquisa quantitativa pode haver a necessidade de agrupamento das variáveis ordinais. Esta indicação se deve ao fato de a amostra de algum grupo específico ser pequena ou por motivos teóricos conceituais (HAIR *et al.*, 2007). Nesta dissertação, para o teste ANOVA, agrupou-se em 5 categorias as variáveis ordinais de faixa de renda (pessoas que tem renda familiar de até três salários mínimos, indivíduos que tem renda familiar de 3 a 4, 4 a 5, 5 a 6 e acima de 6 salários mínimos) e faixa etária em 4 grupos (18 a 24 anos, 25 a 34, 35 a 44 e acima de 45 anos) por motivos de representatividade da amostra. As variáveis ordinais referentes à função exercida foram agrupadas em três grupos (representantes do Estado, das organizações e da sociedade) devido a motivos teóricos e conceituais que envolvem o estudo.

Na Tabela 10 demonstra-se os resultados referentes ao cruzamento dos dados entre as variáveis ordinais referentes a faixa etária e o constructo ECO.

Variáveis	Faixa Etária/Média				F	Sig.
	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	Acima de 45 anos		
ECO6 - O município se esforça para atrair investimentos e/ou turistas preocupando-se com as questões ambientais	4,33	3,83	3,77	3,79	2,840	0,038

Tabela 9: Cruzamento entre faixa etária e variável ECO6

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao constructo ECO, percebe-se que a única variável que demonstrou diferenças de opiniões significativas entre os membros dos quatro grupos de faixa etária foi a ECO6. Os dados inferidos, a partir de 463 respondentes desta categoria, permitem afirmar que a faixa etária que concentra os indivíduos entre 18 e 24 anos (9% da amostra) apresentam maiores médias (4,33), seguido do grupo de respondentes acima de 45 anos (3,79).

Esta disparidade de pensamentos de um assunto em comum entre faixas etárias distintas pode ser explicada devido as diferenças de comportamento e atitudes de gerações (LOEVINGER, 1959; MORAGAS, 1997; RUSCHEL e CASTRO, 1998). Para os autores mencionados, tais posicionamentos desiguais diante de um fato em comum pode ser resultado das relações díspares e dos distintos papéis sociais de cada geração.

A análise desta variável e sua ligação com o DRS pode ser aprofundada quando se relaciona as regiões turísticas, como a estudada neste trabalho, e a competitividades destes destinos. Para Ferreira (2005) as regiões turísticas devem ser adequar ao novo processo de competitividade que releve desafios atuais e futuros como questões econômicas, ambientais e sociais. Para tanto, o mesmo autor menciona a importância de atrair investimentos (turistas) capazes de promoverem políticas de crescimento e fomento do DRS.

No constructo ambiental notou-se que as variáveis AMB3, AMB 5 e AMB6 foram as que apresentaram diferenças significativas em seus indicadores, como pode ser visualizada na Tabela 11:

Variáveis	Faixa etária/Média				F	Sig.
	18 a 24	25 a 34	35 a 44	Acima de 45		
AMB3 - O município preocupa-se com a preservação dos animais e das plantas	4	3,37	3,55	3,54	3,321	0,020
AMB5 - As parcerias realizadas no município (contratação de serviço de lixo, reciclagem, tratamento de resíduos) visam a redução do impacto ambiental	3,95	3,49	3,62	3,75	2,632	0,050
AMB6 - O município reduz os riscos provenientes de acidentes ambientais, bem como promove o tratamento de água e esgoto	3,83	3,40	3,45	3,17	3,118	0,026

Tabela 10: Cruzamento entre faixa etária e variáveis AMB3, AMB5 e AMB6
 Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas três variáveis ambientais que apresentaram diferentes sig., os respondentes mais jovens (18 a 24 anos) apresentaram médias superiores aos demais (AMB3=4; AMB5=3,95; AMB6=3,96). Ou seja, percebe-se que os mais jovens tem uma opinião mais positiva com relação aos assuntos que envolvem redução do impacto ambiental, promoção do tratamento de água e esgoto e preservação da fauna e flora.

Releva-se que no cruzamento de dados entre a variável ordinal *Faixa etária* e as variáveis escalares sociais (SOC's) do modelo de pesquisa não indicaram diferenças significativas estatisticamente no teste ANOVA. Portanto, pode-se afirmar que a diferença de idades entre os respondentes não interfere na opinião da relação entre questões sociais e DRS.

Outro cruzamento possível, utilizando o teste ANOVA, foi entre a variável ordinal *Renda familiar* e as variáveis escalares do modelo. Neste contexto, apresenta-se na Tabela 12 os resultados das diferenças significativas identificadas no teste e obtidas a partir da utilização da variável dependente SOC.

Variáveis	Renda Familiar/Média					F	Sig.
	Até R\$1866,00	De R\$1866,01 a R\$3110,00	De R\$ 3110,01 a R\$4334,00	DE R\$ 4334,01 a R\$ 5598,00	Acima de R\$ 5598,01		
SOC4 - O município demonstra preocupação com o aspecto visual da sua comunidade (praças, empresas, monumentos)	3,99	3,98	4,23	4,30	4,37	2,718	0,029
SOC6 - O município, através do diálogo, considera os interesses da comunidade para as decisões de investimentos	3,27	3,03	3,43	3,47	3,20	2,492	0,043

Tabela 11: Cruzamento entre faixa etária e variáveis SOC4 e SOC6

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 12 indica que as variáveis SOC4 e SOC6 foram as que apresentaram diferenças significativas com relação às médias aferidas. Na SOC4 há uma semelhança de um posicionamento menos positivo entre os respondentes que compreendem a faixa de renda até R\$3110,00 [até R\$1866,00 (3,99) e de R\$1866,01 até R\$4354,00 (3,98)]. O estrato que tem os valores de renda familiar acima de R\$ 3110,01 [de R\$ 3110,01 a R\$4334,00 (4,23), de R\$ 4334,01 a R\$ 5598,00 (4,30) e acima de R\$ 5598,01 (4,37)] também converge para um mesmo posicionamento, porém, com médias mais elevadas, ou seja, são mais positivos com relação a esta variável.

O próximo constructo cruzado com as variáveis escalares *Renda familiar* é o ECO. Obteve-se que 4 variáveis apresentaram diferenças significativas (sig.<0,05), como pode ser verificado na Tabela 13:

Variáveis	Renda Familiar/Média					F	Sig.
	Até R\$1866,00	De R\$1866,01 a R\$3110,00	De R\$ 3110,01 a R\$4334,00	De R\$ 4334,01 a R\$ 5598,00	Acima de R\$ 5598,01		
ECO1 - O município obtém ganhos financeiros com a promoção da reciclagem	2,95	2,67	3,20	3,14	2,83	3,187	0,013
ECO2 - As empresas e o governo do município estão preocupados com a gestão das contas (“não endividamento”)	3,33	3,38	3,75	3,66	3,79	3,405	0,009
ECO3 - O município reduz custos por meio da gestão de resíduos	2,88	2,62	3,09	3,11	2,77	2,962	0,020
ECO6 - O município se esforça para atrair investimentos e/ou turistas preocupando-se com as questões ambientais	3,91	3,59	4,12	3,87	4,05	3,803	0,005

Tabela 12: Cruzamento entre renda familiar e variáveis ECO1, ECO2, ECO3 e ECO6
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao confrontar os dados das variáveis escalares do constructo ECO com a *Renda familiar* por meio do teste ANOVA e representados na Tabela 13, extraíram-se duas variáveis (ECO4 e ECO5) devido seus sig. apresentarem valores maiores que 0,05. Tal constatação respalda a afirmativa de que a *Renda familiar* é uma variável escalar que influencia de maneira decisiva na percepção do constructo ECO do modelo de DRS.

De acordo com os dados mensurados percebe-se que na variável ECO1 três faixas de renda familiar concentram as médias mais baixas [respondentes que tem renda familiar: até R\$1866,00 (2,95), de R\$1866,01 a R\$3110,00 (2,67) e acima de R\$ 5598,01 (2,83)]. Pode-se afirmar com esta perspectiva estatística que, dentre as faixas analisadas, as pessoas com menor renda familiar juntamente com as de maior renda familiar estabelecem um juízo mais enfático negativamente a respeito *da obtenção de ganhos financeiros por meio da reciclagem*.

Na variável ECO2 foi a que obteve maior equilíbrio entre as médias por faixa de renda familiar apresentando sig.= 0,009. A variável ECO3 demonstra que os pesquisados de apenas duas faixa de renda [de R\$ 3110,01 a R\$4334,00 (3,09) e de R\$ 4334,01 a R\$ 5598,00 (3,11)] responderam mais significativamente da importância dada pelo município e empresas diante da *preocupação coma gestão das contas (não endividamento)*. A variável ECO6 foi última variável do constructo ECO verificada (Sig. 0,005) e apresentou distorções de médias em dois grupos distintos de faixa de renda [grupos de médias mais elevadas -de R\$ 3110,01 a

R\$4334,00 (4,12) e acima de R\$ 5598,01 (4,05)- e de médias mais baixas- até R\$1866,00 (3,91), de R\$1866,01 a R\$3110,00 (3,59) e de R\$ 4334,01 a R\$ 5598,00 (3,87)] .

Pode-se afirmar também que a percepção negativa do conjunto de variáveis escalares do constructo ECO (ECO1, ECO2, ECO3 e ECO6), está relacionada com uma compreensão menos enfática dos fatores de gestão econômica da região. Ou seja, para os respondentes estas questões econômicas que estão ligadas ao DRS não são observadas de maneira efetiva pelo município (sociedade, Estado e organizações).

Para Pereira (1997) o Estado tem um papel importante na questão da gestão econômica ligada ao processo de desenvolvimento. O autor sugere um processo de reestruturação do estado, por meio da administração pública gerencial. Ou seja, redução de custos e elevação da eficiência por parte do Estado diante da administração pública no processo de desenvolvimento.

Releva-se que o papel das organizações no processo de DRS fundamenta-se na contribuição com o ambiente no qual estão inseridas (ALIGLERI, 2011). Esta perspectiva pode permitir às organizações da região estudada maiores incentivos as questões que envolvem as variáveis ECO1(*O município obtém ganhos financeiros com a promoção da reciclagem*), ECO 2 [*As empresas e o governo do município estão preocupados com a gestão das contas (“não endividamento”)*], ECO 3 (redução de custos por meio da gestão de resíduos) e ECO6 (*O município se esforça para atrair investimentos e/ou turistas preocupando-se com as questões ambientais*).

Defende-se que por parte da sociedade cabe a promoção de redes de cooperação social que subsidiem o aspecto de desenvolvimento econômico (VIEIRA, 1994; SACHS, 2004). Esta perspectiva se relaciona com o fortalecimento das relações e premissas do capital social (LIMA, 2006).

No cruzamento dos dados com a *renda familiar* também foi possível perceber distorções de pensamentos no que se refere a algumas variáveis escalares do constructo AMB, conforme é demonstrado na Tabela 14:

Variáveis	Renda Familiar/Média					F	Sig.
	Até R\$1866,00	De R\$1866,01 a R\$3110,00	De R\$ 3110,01 a R\$4334,00	De R\$ 4334,01 a R\$ 5598,00	Acima de R\$ 5598,01		
AMB1 - O município incentiva a redução do consumo de energia	3,12	2,70	3,15	2,97	2,92	2,658	0,032
AMB2 - O município incentiva a redução da quantidade de resíduos	3,38	2,93	3,35	3,17	2,98	3,193	0,013
AMB4 - O município promove a redução do impacto ambiental em suas ações públicas e privadas	3,49	3,15	3,67	3,51	3,36	3,865	0,04
AMB7 - O município reduz a compra de produtos não renováveis e materiais poluentes	3,08	2,74	3,38	3,31	3,20	6,102	0,000
AMB8 - O município reduz o uso de combustíveis tradicionais, substituindo algumas fontes de energia. menos poluentes	2,72	2,38	2,74	2,79	2,36	2,601	0,036

Tabela 13: Cruzamento entre renda familiar e variáveis AMB1, AMB2, AMB4, AMB7 e AMB8

Fonte: Elaborado pelo autor.

O constructo ambiental demonstrou que dentre o conjunto de 4 variáveis escalares que apresentaram $\text{sig} < 0,05$, a AMB1 e AMB2 demonstraram maiores médias (3,12 e 3,38 respectivamente) na percepção do grupo que tem renda familiar até R\$1866,00. A AMB4 e AMB7 obtiveram maiores médias (3,67 e 3,38 respectivamente) no grupo que tem renda familiar na faixa de R\$ 3110,01 a R\$4334,00. E , a AMB8 apresentou maior média no grupo que tem renda familiar entre R\$ 4334,01 a R\$ 5598,00.

A insatisfação das pessoas entrevistadas pode ser justificada por meio de análises sobre o desenvolvimento de um ambiente envolvendo o crescimento econômico e sua relação positiva com os aspectos ambientais (ROMEIRO, 2001). Corroborando, Narayan (2000) por meio de seus estudos, afirma que esta situação se estabelece pelo fato de que as pessoas da sociedade contemporânea, independentemente de renda estabelecida, ampliam a definição de bem estar social, na qual, deve ser compreendido e relevado os fatores ambientais.

Por conseguinte analisar-se-á o cruzamento de dados da variável ordinal *representantes do Estado, sociedade e organizações* e as variáveis escalares do modelo. Lembra-se que, por indicação estatística devido a quantidade amostral (HAIR et al. 2007) e para a realização desta análise conforme o propósito do estudo, agruparam-se as categorias de “função” contidas no questionário em: a) Estado (pessoas que exercem cargo comissionado no poder público; vereadores; funcionários públicos efetivos; secretários e subsecretários); b)

Sociedade (professores) e c) Organizações (Gestores e/ou gerentes e empresários). Neste sentido, as primeiras variáveis a serem verificadas são as SOC's, conforme pode ser detalhado na Tabela 15:

Variáveis	Faixa etária/Média			F	Sig.
	Estado	Sociedade	Organizações		
SOC1 - O município, nos últimos dez anos, melhorou o índice de emprego ou investe em saúde e segurança da comunidade	3,99	3,32	3,73	13,994	0,000
SOC2 - O município reconhece e age de forma a financiar iniciativas sociais da comunidade	3,73	2,97	3,32	21,811	0,000
SOC3 - O município reconhece os direitos e reivindicações da comunidade local	3,71	3,05	3,40	16,739	0,000
SOC4 - O município demonstra preocupação com o aspecto visual da sua comunidade (praças, empresas, monumentos)	4,26	3,76	4,29	13,915	0,000
SOC5 - O município comunica os impactos ambientais sofridos à sociedade	3,12	2,66	3,01	7,180	0,001
SOC6 - O município, através do diálogo, considera os interesses da comunidade para as decisões de investimentos	3,56	2,84	3,29	18,872	0,000

Tabela 14: Cruzamento entre faixa etária e variáveis escalares do constructo SOC
Fonte: Elaborado pelo autor.

É relevante observar que o constructo SOC é formado por 6 variáveis, e que, todas apresentaram diferentes sig. ao serem confrontadas com os representantes do Estado, sociedade e organizações. Nota-se que em 5 variáveis (SOC1, SOC2, SOC3, SOC5 e SOC6) o grupo que representa o Estado obteve médias mais elevadas quando comparado aos demais. Por outro lado, percebe-se que em todas as variáveis sociedade é o grupo que manifesta maior índice de insatisfação com relação às questões sociais que envolvem o DRS.

Para autores como Frey (2003) as transformações econômicas e sociais pelas quais passaram a sociedade propõe que o processo de desenvolvimento de uma localidade envolva inovadoras práticas de gestão que correspondam anseios não somente econômicos das organizações, mas também da comunidade. Estas argumentações puderam ser verificadas empiricamente no momento em que as médias mais baixas do constructo SOC correspondem aos representantes da sociedade.

Com relação as 6 variáveis ECO é possível afirmar que houveram diferentes sig, em todas, conforme pode ser observado na Tabela 16:

Variáveis	Faixa etária/Média			F	Sig.
	Estado	Sociedade	Organizações		
ECO1 - O município obtém ganhos financeiros com a promoção da reciclagem	2,88	2,57	3,28	3,719	0,000
ECO2 - As empresas e o governo do município estão preocupados com a gestão das contas (“não endividamento”)	3,86	3,10	3,58	19,592	0,000
ECO3 - O município reduz custos por meio da gestão de resíduos	3,01	2,54	2,99	8,781	0,000
ECO4 - O município realiza parcerias com o Estado e o governo federal para proteger os interesses da comunidade	4,12	3,25	3,73	29,560	0,000
ECO5 - O município está preocupado em promover a inovação (adoção de novas tecnologias) para gerir melhor seus recursos	3,63	3,17	3,53	7,541	0,001
ECO6 - O município se esforça para atrair investimentos e/ou turistas preocupando-se com as questões ambientais	4,01	3,57	3,99	7,658	0,001

Tabela 15: Cruzamento entre faixa etária e variáveis escalares do constructo ECO

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 16 destaca que dentre as 6 variáveis verificadas o Estado (representantes do Estado) médias significativamente maiores em 5 delas (ECO2, ECO3, ECO4, ECO5 e ECO6). Os representantes das organizações se destacaram com maior média na ECO1(3,28).

Na análise das três dimensões, observou-se que os representantes da sociedade indicaram notas inferiores, comparativamente com os outros segmentos, em todas as variáveis do constructo ECO. Por conseguinte, este fato demonstra maior insatisfação com relação as variáveis escalares destacadas na Tabela anteposta.

De acordo com Romeiro (2001) a atual ponderação econômica, chamada de economia da sustentabilidade, concerne o envolvimento do Estado na correção de falhas de mercado (o qual envolve as organizações). Neste sentido, percebe-se que pode haver uma maior insatisfação de uma comunidade em relação as premissas econômicas que envolvem o DRS.

Ao prosseguir com as análises do teste ANOVA, apresenta-se na Tabela 17 o cruzamento dentre variáveis escalares do constructo AMB e os grupos de representantes do Estado, sociedade e organizações.

Variáveis	Faixa etária/Média			F	Sig.
	Estado	Sociedade	Organizações		
AMB1 - O município incentiva a redução do consumo de energia	3,10	2,73	3,03	4,044	0,018
AMB2 - O município incentiva a redução da quantidade de resíduos	3,27	2,89	3,29	5,843	0,003
AMB3 - O município preocupa-se com a preservação dos animais e das plantas	3,71	3,12	3,74	13,871	0,000
AMB4 - O município promove a redução do impacto ambiental em suas ações públicas e privadas	3,51	3,03	3,66	16,518	0,000
AMB5 - As parcerias realizadas no município (contratação de serviço de lixo, reciclagem, tratamento de resíduos) visam a redução do impacto ambiental	3,86	3,25	3,77	15,132	0,000
AMB6 - O município reduz os riscos provenientes de acidentes ambientais, bem como promove o tratamento de água e esgoto	3,49	3,11	3,64	7,990	0,000
AMB7 - O município reduz a compra de produtos não renováveis e materiais poluentes	3,10	2,75	3,36	12,961	0,000
AMB8 - O município reduz o uso de combustíveis tradicionais, substituindo algumas fontes de energia. menos poluentes	2,68	2,35	2,65	3,701	0,025
AMB9 - O município realiza ações ambientais de maneira voluntária (por exemplo, ações que não são	3,42	2,83	3,30	11,436	0,000
AMB10 - O município promove discussões públicas e incentiva o engajamento das pessoas em ações ambientais	3,43	3,00	3,32	5,895	0,003

Tabela 16: Cruzamento entre faixa etária e variáveis escalares do constructo AMB

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao realizar o teste ANOVA entre as variáveis escalares do constructo AMB e os grupos que representam o Estado a sociedade e as organizações, evidenciou-se que todos os estimadores rejeitaram a hipótese nula. Ou seja, pode-se afirmar que os grupos que representam o Estado, a sociedade e as organizações tem opiniões diferentes quanto aos aspectos das questões ambientais indagadas pelo estudo. Advoga-se também que a variável AMB4 foi a que apresentou maior índice de diferença (F) entre médias estipuladas aos grupos (16,518).

Outra afirmativa possível é que com a análise destas últimas variáveis escalares do constructo AMB o grupo que representa a sociedade foi o que apresentou o posicionamento mais incisivo de insatisfação. Ou seja, assim como nas outras variáveis desta análise os representantes da sociedade indicaram as menores notas para as variáveis do constructo AMB. Para autores como Mohammadi (2010), Teye, Sönmez e Sirakaya (2002), Dola e Mijan

(2006), D'Amore, (1992), Green (1995), Leslie (1993) Murphy (1988) o processo de DRS de regiões turísticas, como é o caso das cidades deste estudo, torna-se mais eficiente no momento em que são consideradas a participação da comunidade local no planejamento e execução de planos de desenvolvimento sustentável para o turismo.

Na análise por grupo, a maioria das variáveis do constructo AMB (AMB2, AMB3, AMB4, AMB5, AMB6 e AMB7) obteve maior avaliação por parte das organizações. Apesar de autores como Riquel (2010), Hart e Ahuja (1996), Klassen e McLaughlin (1996), Russo e Fonts (1997) e Juiz e Douglas (1998) se posicionarem afirmando, por meio de estudos empíricos, que há efeitos negativos sobre os negócios quando se releva os aspectos ambientais, Rodríguez-Antón, Alonso-Almeida e Rubio (2012), Williams, Medhurst e Drew (1993), Worrell *et al.* (1995) e Cordeiro e Sarkis (1997) defendem que, em ambientes de atividades turísticas, pode haver repercussões positivas, pois aumenta a qualidade do produto ou serviço prestado, melhora da eficiência, oriundo de um reforço das relações com as partes interessadas e também melhora a imagem da marca das organizações.

Percebeu-se com a análise de variância que há uma diferença de pensamento entre os representantes do Estado, sociedade e organizações. A discussão que envolve as variáveis do desenvolvimento DRS e sua relação com os atores em epígrafe pode ser aprofundada quando se possibilita o compartilhamento de responsabilidade e comprometimento do Estado, sociedade e organizações (BANDEIRA, 1999).

Neste sentido, para OECD (2005), Jørgensen *et al.* (2008) e Čuček, Clemen e Kravanja (2012) o desenvolvimento de uma região de maneira sustentável requer o equilíbrio dos componentes ambientais, econômicos e sociais. Autores como Herva et al, (2011), Valentin e Spangenberg (2000), Nurse (2006) e Ilskog (2008) completam relatando que o equilíbrio mencionado anteriormente pode ser resultado de uma integração, em uma região e promovida pelos atores em epígrafe neste estudo, de dimensões institucionais, culturais, ambientais, sociais, econômicas e sustentáveis.

A próxima ANOVA envolverá o cruzamento das variáveis escalares do constructo SOC e o posicionamento das pessoas que trabalham em cada município. Tais dados podem ser visualizados na Tabela 17:

Variáveis	Faixa etária/Média			F	Sig.
	Município de Gramado	Município de Canela	Município de Nova Petrópolis		
SOC1 - O município, nos últimos dez anos, melhorou o índice de emprego ou investe em saúde e segurança da comunidade	3,86	3,34	3,74	12,285	0,000
SOC2 - O município reconhece e age de forma a financiar iniciativas sociais da comunidade	3,38	3,11	3,55	7,409	0,001
SOC3 - O município reconhece os direitos e reivindicações da comunidade local	3,47	3,16	3,54	6,089	0,002
SOC4 - O município demonstra preocupação com o aspecto visual da sua comunidade (praças, empresas, monumentos)	4,47	3,66	4,21	28,757	0,000
SOC6 - O município, através do diálogo, considera os interesses da comunidade para as decisões de investimentos	3,14	3,09	3,43	4,498	0,012

Tabela 17: Cruzamento entre município no qual trabalha os respondentes e as variáveis escalares do constructo SOC

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se, de acordo com a Tabela 17, que as variáveis SOC1, SOC2, SOC3, SOC4 e SOC6 demonstraram sig. < 0,05. Ou seja, pode-se afirmar que há diferença de pensamento entre as pessoas que trabalham nos diferentes municípios da pesquisa diante das variáveis demonstradas na Tabela x.

Percebe-se que a o município de Canela foi o que demonstrou menores médias. Tais dados permite afirmar que a população desse município tem um posicionamento mais negativo quanto às questões sociais que envolvem o DRS.

A variável SOC4 (O município demonstra preocupação com o aspecto visual da sua comunidade (praças, empresas, monumentos) foi a que obteve as maiores média nos entre os respondentes [município de Gramado (4,47); município de Canela (3,66) e município de Nova Petrópolis (4,21)]. E, a variável SOC6 foi a que demonstrou menores médias [município de Gramado (3,14); município de Canela (3,09) e município de Nova Petrópolis (3,43)].

Como somente uma variável do constructo SOC foi extraída, os dados sugerem que, apesar da esfera social ser importante para o DRS pela literatura, a mesma apresenta um índice de ponderação negativo. Ou seja, os respondentes demonstraram uma insatisfação

quanto às atitudes do Estado, organizações e sociedade no que se refere aos aspectos sociais do DRS.

O segundo constructo (ECO) também demonstrou diferenças entre o pensamento entre os respondentes que trabalham nos municípios do estudo. Estes dados podem ser visualizados na Tabela 18:

Variáveis	Faixa etária/Média			F	Sig.
	Município de Gramado	Município de Canela	Município de Nova Petrópolis		
ECO1 - O município obtém ganhos financeiros com a promoção da reciclagem	3,23	2,80	2,69	8,284	0,000

Tabela 18: Cruzamento entre município no qual trabalha os respondentes e as variáveis escalares do constructo ECO

Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que no constructo ECO apenas a variável ECO1(O município obtém ganhos financeiros com a promoção da reciclagem) foi a que apresentou diferenças de opiniões entre os municípios pesquisados. A Tabela 18 demonstra, também, que o município de Nova Petrópolis foi o que demonstrou menor média (2,69) e, conseqüentemente um posicionamento mais negativo dos respondentes.

Os dados podem sugerir que as o Estado, as organizações e a sociedade estão pouco envolvidos com a obtenção de ganhos financeiros por parte da reciclagem de acordo com os respondentes. Percebe-se que a utilização da reciclagem ainda é um fator incipiente no processo de DRS.

O *constructo* AMB também demonstrou diferenças de opiniões entre os municípios pesquisados. Conforme o teste ANOVA as variáveis AMB1 (com sig.= 0,009) e AMB2 (com sig = 0,000) foram as que indicaram tal disparidade de pensamento, conforme pode ser notado na Tabela 19:

Variáveis	Faixa etária/Média			F	Sig.
	Município de Gramado	Município de Canela	Município de Nova Petrópolis		
AMB1 - O município incentiva a redução do consumo de energia	2,72	2,97	3,15	4,747	0,009
AMB6 - O município reduz os riscos provenientes de acidentes ambientais, como promove o tratamento de água e esgoto	3,47	3,66	3,08	9,447	0,000

Tabela 19 Cruzamento entre município no qual trabalha os respondentes e as variáveis escalares do constructo AMB

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como pode ser visualizado na Tabela 19 há uma percepção mais negativa por parte dos respondentes diante do papel do Estado, das organizações e da sociedade diante das variáveis AMB1 (O município incentiva a redução do consumo de energia) e AMB6 (O município reduz os riscos provenientes de acidentes ambientais, bem como promove o tratamento de água e esgoto). Nota-se que o município de Gramado demonstrou menor média na variável AMB1 (2,72) enquanto que na AMB6 o município de Nova Petrópolis se posicionou com maior insatisfação (média = 3,08).

Salienta-se que a redução do consumo de energia, bem como a redução de riscos de acidentes ambientais e promoção do tratamento de água e esgoto são fatores que contribuem para o DRS. De acordo com Dowbor (2001) e Rico (2004) as questões ligadas a AMB6 estão relacionadas com a melhor qualidade de vida da sociedade e sua preocupação com a sustentabilidade ambiental. Sachs (2007) acrescenta que outra preocupação da atual sociedade tem sido a constante busca por redução do consumo de energia e, conseqüentemente, contribuição para a promoção do DRS. Ao prosseguir na apresentação e análise dos dados deste trabalho, são dispostos no próximo subcapítulo os testes de confiabilidade e análise fatorial da adaptação do modelo de Chow e Chen (2011).

5.8 Análise fatorial e alfa

De acordo com as afirmativas de Hair *et al.* (2007, p. 91) a análise fatorial, através de um conjunto de métodos estatísticos, envolve o “conhecimento da estrutura e das inter-

relações das variáveis” de um modelo. Portanto, de acordo com o mesmo autor e, Malhotra (2006), por meio da redução de dados é possível determinar a dimensão latente e o grau de cada variável.

Ressalta-se que para a literatura existem dois modelos de análise fatorial: a) exploratória e b) confirmatória (TABACHINICK e FIDELL, 2007). A AFE (análise fatorial exploratória) busca relacionar e avaliar as dimensões propostas (HAIR *et al.*, 2007) como é o caso do presente trabalho. Ou seja, esta dissertação procura demonstrar com a análise fatorial, como alguns estimadores podem ser avaliados para representar as três variáveis independentes e, conseqüentemente, se relacionarem com o DRS, originadas da adaptação do modelo de Chow e Chen (2011). Destaca-se que para a análise fatorial do presente estudo segue-se o formato de rotação fixa, no qual, as variáveis independentes são cruzadas com seus respectivos estimadores.

Para a análise de fidedignidade de escala das variáveis do modelo utilizou-se o coeficiente *Alfa* ou *Alfa de Cronbach*. Esta medida mensura a média dos coeficientes resultantes das diversas maneiras de dividir os estimadores das escalas utilizadas em uma pesquisa. Para Hair *et al.* (2007) no intuito de mensuração da confiabilidade dos dados, o coeficiente alfa, pode variar em um intervalo de 0 a 1, no qual, os valores entre 0,60 e 0,70 estão no limite inferior de aceitabilidade.

Para a realização destes procedimentos estatísticos foi utilizado o *Reability Analysis do Software SPSS* – versão PAWS *Statistics 20*. Destaca-se que para a aplicação destes testes estatísticos respeitou-se a variável dependente (DRS), as variáveis independentes (SOC, ECO e AMB) e adaptou-se os estimadores (SOC1 a SOC6, ECO1 a ECO5 e AMB1 a AMB10) à realidade do desenvolvimento regional sustentável dos municípios em estudo.

O primeiro constructo analisado foi o SOC, conforme pode ser percebido em seqüência no quadro 13:

Alfa (α)	0,844		
KMO	0,870		
Variância Explicada	56,961		
Bartlett	977,029		
Sig.	0,000		
	Variáveis	Carga Fatorial	
	Comunalidade		
SOC1	O município, nos últimos dez anos, melhorou o índice de emprego ou investe em saúde e segurança da comunidade	0,776	0,602
SOC2	O município reconhece e age de forma a financiar iniciativas sociais da comunidade	0,811	0,658
SOC3	O município reconhece os direitos e reivindicações da comunidade local	0,828	0,686
SOC4	O município demonstra preocupação com o aspecto visual da sua comunidade (praças, empresas, monumentos)	0,661	0,437
SOC5	O município comunica os impactos ambientais sofridos à sociedade	0,631	0,399
SOC6	O município, através do diálogo, considera os interesses da comunidade para as decisões de investimentos	0,798	0,637

Quadro 13: Resultado estatístico das variáveis independentes do constructo SOC

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar as variáveis do constructo SOC percebe-se que o KMO obteve uma média elevada, ou seja, acima de 0,50 (HAIR *et al.*, 2006) bem como o teste de Bartlett. No que se refere a variância verificou-se que a mesma demonstrou um índice próximo a 60% (56,96%).

Para o enquadramento das variáveis do modelo por meio do conjunto de dados coletados priorizou-se pela análise dos componentes principais (TABACHINICK e FIDELL, 2007). Portanto, verificou-se no quadro 13 que apesar das cargas elevadas duas variáveis, SOC4 [*O município demonstra preocupação com o aspecto visual da sua comunidade (praças, empresas, monumentos)*] e SOC5 (*O município comunica os impactos ambientais sofridos à sociedade*), apresentaram comunalidades abaixo de 0,5, se configurando, portanto, como baixas.

Neste sentido, sugere-se pelos argumentos dos autores anteriormente citados a exclusão destas variáveis destacadas anteriormente. Esta recomendação justifica-se pelo fato de que os testes estatísticos demonstraram uma importância não significativa destes estimadores para a adaptação do modelo de Chow e Chen (2011) na mensuração do DRS.

Por meio da exclusão das variáveis discutidas anteriormente percebe-se, que os parâmetros de mensuração da variável independente SOC demonstraram alterações estatísticas, conforme pode ser visualizado no quadro 14:

Alfa (α)	0,841	
KMO	0,815	
Variância Explicada	67,832	
Bartlett	680,371	
Sig.	0,000	
Variáveis	Carga Fatorial	Comunalidade
SOC1 – O município, nos últimos dez anos, melhorou o índice de emprego ou investe em saúde e segurança da comunidade	0,851	0,640
SOC2 – O município reconhece e age de forma a financiar iniciativas sociais da comunidade	0,843	0,725
SOC3 – O município reconhece os direitos e reivindicações da comunidade local	0,800	0,710
SOC6 – O município, através do diálogo, considera os interesses da comunidade para as decisões de investimentos	0,799	0,639

Quadro 14: Resultado estatístico das variáveis independentes do constructo SOC após exclusão das variáveis SOC4 e SOC5

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar da análise dos dados revelar uma baixa na média do KMO, o mesmo ficou dentro do aceitável que é entre 0 e 1 segundo Palant (2007). Friel (2009) complementa relatando que o valor do KMO, adquirido com os dados deste estudo, se enquadra na categorização de “bom” para adequação do método de análise fatorial para este estudo.

Observa-se que o critério de extração das variáveis priorizou as comunalidades devido ao método sugerido. Porém, ressalta-se que o critério de extração poderia ponderar também pelas cargas, uma vez que as duas variáveis retiradas (SOC4 e SOC5) apresentaram menor indicador estatístico.

Na nova configuração dos estimadores SOC's verificou-se também que as comunalidades elevaram-se, bem como cargas fatoriais. Outra estimativa importante foi que o alfa (coeficiente de fidedignidade) resultou em uma média elevada (0,841) e elevou a confiabilidade de mensuração da escala.

Quanto ao teste de esfericidade de Bartlett pode-se inferir que apesar de decair seu indicador, o mesmo ficou dentro do aceitável. Por outro lado, a variância explicada foi um importante índice que obteve elevação com a retirada das variáveis SOC4 e SOC5. Ou seja, na nova configuração as quatro variáveis restantes (SOC1, SOC2, SOC3 e SOC6) explicam 67,832% do constructo SOC. Com estas análises afirma-se que para a realidade do DRS empregada nos municípios de Gramado, Nova Petrópolis e Canela não há uma mensuração do constructo SOC por parte das variáveis retiradas.

A segunda variável independente a ser analisada é a ECO. Suas ponderações podem ser extraídas diante das especificações do quadro 15:

Alfa (α)	0,798	
KMO	0,791	
Variância Explicada	50,104	
Bartlett	710,500	
Sig.	0.000	
	Variáveis	Carga Fatorial
	Comunalidade	
	ECO1 - O município obtém ganhos financeiros com a promoção da reciclagem	0,767
	ECO2 - As empresas e o governo do município estão preocupados com a gestão das contas (“não endividamento”)	0,763
	ECO3 - O município reduz custos por meio da gestão de resíduos	0,708
	ECO4 - O município realiza parcerias com o Estado e o governo federal para proteger os interesses da comunidade	0,690
	ECO5 - O município está preocupado em promover a inovação (adoção de novas tecnologias) para gerir melhor seus recursos	0,678
	ECO6 - O município se esforça para atrair investimentos e/ou turistas preocupando-se com as questões ambientais	0,632
		0,400
		0,501
		0,476
		0,581
		0,588
		0,460

Quadro 15: Resultado estatístico das variáveis independentes do constructo ECO

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 15 demonstra que alguns índices como o KMO, que apresentou indicador de 0,791 e o teste de Bartlett, que destacou o indicador de 710,500, estão dentro de níveis aceitáveis pela literatura (HAIR *et al.*, 2006). Entretanto, pondera-se que a variância apresentou valor de 50,104, o que, representa pouco acima do valor mínimo aceitável de mensuração (0,50).

Em presença do mesmo critério de análise dos componentes principais (TABACHINICK e FIDELL, 2007) para aumentar a confiabilidade do constructo, defende-se que a variável, ECO1 (*O município obtém ganhos financeiros com a promoção da reciclagem*) demonstrou menor comunalidade. Logo, indica-se a retirada da mesma do modelo. Posteriormente a esse ajuste, a variável ECO3, também demonstrou menor comunalidade (0,628) e, portanto, foi excluída do modelo.

O quadro 16 demonstra os novos valores e a possibilidade da nova configuração do constructo ECO a partir da retirada das variáveis escalares discutidas no parágrafo anterior.

Alfa (α)	0,781	
KMO	0,750	
Variância Explicada	60,617	
Bartlett	484,955	
	Variáveis	Carga Fatorial
	ECO2 - As empresas e o governo do município estão preocupados com a gestão das contas (“não endividamento”)	0,745
	ECO4 - O município realiza parcerias com o Estado e o governo federal para proteger os interesses da comunidade	0,801
	ECO5 - O município está preocupado em promover a inovação (adoção de novas tecnologias) para gerir melhor seus recursos	0,825
	ECO6 - O município se esforça para atrair investimentos e/ou turistas preocupando-se com as questões ambientais	0,740
		Comunalidade
		0,555
		0,642
		0,680
		0,547

Quadro 16: Resultado estatístico das variáveis independentes do constructo ECO após exclusão das variáveis SOC4 e SOC5

Fonte: Elaborado pelo autor.

Advoga-se, por meio dos dados estatísticos, que a exclusão das variáveis ECO1 e ECO3 influenciou de maneira positiva no equilíbrio dos índices. Apesar da redução do indicador KMO e da esfericidade de Bartletts obterem uma redução, houve uma elevação das comunalidades e das cargas fatoriais.

Com a nova configuração alocada no quadro 13, afirma-se que a variância teve uma elevação em seu indicador. Este fato demonstra que com a permanência das variáveis ECO2, ECO4, ECO5 e ECO6 e retirada dos estimadores ECO1 e ECO3 há uma probabilidade de 60,617% de explicação constructo ECO.

Acrescenta-se que com a obtenção de 0,781 do *Alfa de Cronbach* assegurou a confiabilidade do constructo ECO e, com fundamentação neste equilíbrio do constructo, não houve sugestão de retirada de outras variáveis escalares.

As últimas variáveis escalares que serão analisadas e verificadas, quanto a sua adequabilidade ao método de Análise Fatorial, são as AMB's referentes ao constructo AMB do DRS. As relações podem ser diagnosticadas através do quadro 17:

Alfa (α)	0,919	
KMO	0,916	
Variância Explicada	58,123	
Bartlett	2320,930	
Variáveis	Carga Fatorial	Comunalidade
AMB1 - O município incentiva a redução do consumo de energia	0,743	0,553
AMB2 - O município incentiva a redução da quantidade de resíduos	0,812	0,659
AMB3 - O município preocupa-se com a preservação dos animais e das plantas	0,770	0,592
AMB4 - O município promove a redução do impacto ambiental em suas ações públicas e privadas	0,808	0,652
AMB5 - As parcerias realizadas no município (contratação de serviço de lixo, reciclagem, tratamento de resíduos) visam a redução do impacto ambiental	0,745	0,555
AMB6 - O município reduz os riscos provenientes de acidentes ambientais, bem como promove o tratamento de água e esgoto	0,728	0,530
AMB7 - O município reduz a compra de produtos não renováveis e materiais poluentes	0,794	0,631
AMB8 - O município reduz o uso de combustíveis tradicionais, substituindo algumas fontes de energia. menos poluentes	0,716	0,512
AMB9 - O município realiza ações ambientais de maneira voluntária (por exemplo, ações que não são exigidas por regulamentação)	0,717	0,514
AMB10 - O município promove discussões públicas e incentiva o engajamento das pessoas em ações ambientais	0,784	0,614

Quadro 17: Resultado estatístico das variáveis independentes do constructo AMB

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diferentemente dos outros dois constructos o AMB demonstrou um equilíbrio estatístico nas suas variáveis independentes. O *Alfa de Cronbach*, por sua vez, assinalou o indicador 0,919 de confiabilidade dos dados e a sugestão para não retirada de alguma variável.

As comunalidades juntamente com as cargas fatoriais também se apresentaram com indicadores elevados, com destaque para a AMB2. No que se refere ao modelo, afirma-se que estas variáveis escalares têm 58,123% (variância explicada) de probabilidade para mensurar a variável AMB.

De acordo com Hair *et al.* (2007) a Análise fatorial permite que realize o agrupamento de variáveis independentes de acordo com os padrões estabelecidos nas análises. Portanto, para avaliação da adaptação do modelo de Chow e Chen (2011) no DRS pôde-se diagnosticar que houve alterações a nos estimadores que mensuram os fatores ECO, SOC e AMB. Tal fato delineou um novo desenho de pesquisa, conforme pode ser visualizado na figura 10:

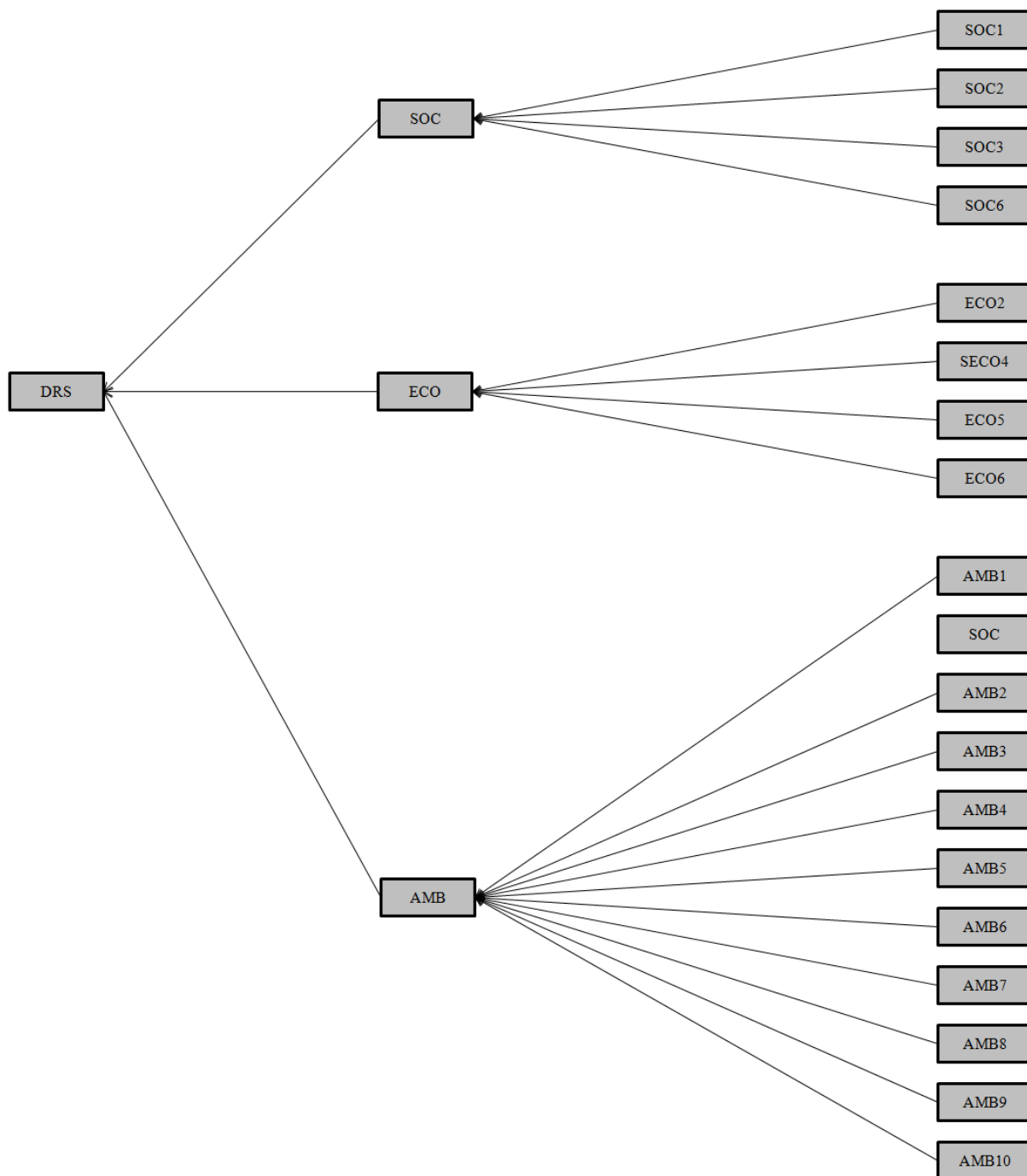


Figura 10: Desenho de pesquisa após a análise fatorial
Fonte: Elaborado pelo autor.

O novo desenho de pesquisa foi formulado a partir da retirada dos estimadores das variáveis: a) SOC – SOC4 e SOC5; b) ECO – ECO1 e ECO3. O próximo subcapítulo será destinado às análises de correlação e regressão como forma de atender os objetivos do presente estudo.

5.9 Análise de correlação

Orientado por um dos objetivos deste trabalho, que é a mensuração da relação entre as variáveis independentes e os parâmetros do modelo de Chow e Chen (2011), o presente subcapítulo visa atender este propósito. Logo, para se verificar a relação e interdependência das variáveis SOC, ECO e AMB, juntamente, com o constructo DRS utilizar-se-á de Análises de Correlação e Regressão.

A matriz de correlação verifica a associação entre as variáveis independentes, que no caso do estudo são a SOC, ECO e AMB e a variável dependente (DRS). Segundo Hair *et al.* (2005) por meio da correlação é possível perceber o grau de intercorrelação entre as variáveis métricas de um modelo e mensurar a força da mesma através do *coeficiente de correlação*. O autor esclarece também que, a mensuração das relações lineares entre duas ou mais variáveis pode ser examinada através da análise regressão.

Para a realização das análises de correlação tornou-se necessário a unificação dos estimadores e alocação dos mesmos a cada grupo de parâmetros (ECO, SOC e AMB) que os mesmos representassem. Este procedimento ponderou pelos resultados obtidos na Análise Fatorial desse estudo. Portanto, considerou-se as médias das variáveis SOC1, SO2, SOC3 e SOC6 para o constructo *Esfera social no processo de desenvolvimento regional sustentável*; ECO2, ECO4, ECO5 e ECO6 para o constructo *Esfera econômica no processo de desenvolvimento regional sustentável* e AMB1, AMB2, AMB3, AMB4, AMB5, AMB6, AMB7, AMB8, AMB9, AMB10 para o constructo *Esfera ambiental no processo de desenvolvimento regional sustentável*.

Posteriormente, a unificação dos estimadores e alocação dos mesmos aos respectivos constructos calculou-se a média de cada variável independente, como pode ser visualizados na Tabela 20:

Variáveis independentes	Estimadores	Média	σ
SOC	SOC1, SO2, SOC3 e SOC6	3,3999	0,85393
ECO	ECO2, ECO4, ECO5 e ECO6	3,6230	0,86353
AMB	AMB1, AMB2, AMB3, AMB4, AMB5, AMB6, AMB7, AMB8, AMB9, AMB10	3,2190	0,87930

Tabela 20: Média das variáveis independentes do modelo de estudo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe ressaltar que o questionário foi constituído por questões fundamentadas em uma escala *Likert* de mensuração. Esse instrumento de pesquisa, que utilizou de uma escala com amplitude de cinco pontos (Discordo fortemente, discordo, nem concordo e nem discordo, concordo e concordo fortemente), possibilitou a mensuração das médias dos parâmetros.

A Tabela 17 demonstra de forma crescente as médias das variáveis SOC (3,3999), ECO (3,6230) e AMB (3,2190). Afirma-se que as médias apresentam índices satisfatórios, uma vez que, encontram-se acima do ponto crítico (3). Ou seja, os estimadores da Tabela em destaque estão relacionados positivamente no que se refere ao DRS.

O procedimento anterior permitiu a realização da *Correlação de Pearson* entre as variáveis do novo desenho de pesquisa. De acordo com Hair *et al.* (2005) o coeficiente de Pearson permite um grau de associação que pode variar de acordo com a Tabela 19:

Varição do coeficiente	Força da correlação
±0,91 -- ±1,00	Muito forte
±0,71 -- ±0,90	Alta
±0,41 -- ±0,70	Moderada
±0,21 -- ±0,40	Pequena mas definida
±0,01 -- ±0,20	Leve, quase imperceptível

Tabela 21: Valores dos intervalos da matriz de correlação
Fonte: Adaptado de Hair *et al.* (2005).

A Tabela 21, fundamenta no posicionamento de Hair *et al.* (2005) sobre o coeficiente de correlação, permite analisar os níveis de interrelação entre as variáveis. Nota-se que a escala de variação assume os intervalos de -1,00 a + 1,00, sendo que quanto mais próximo ao limite positivo (1,00) mais satisfatório estatisticamente se torna o constructo. O Quadro 18 demonstra a matriz de correlação obtida:

Matriz de Correlação de Pearson				
	SOC	ECO	AMB	DRS
SOC - Esfera social no processo de desenvolvimento regional sustentável	1			
ECO - Esfera econômica no processo de desenvolvimento regional sustentável	0,772**	1		
AMB - Esfera ambiental no processo de desenvolvimento regional sustentável	0,587**	0,720**	1	
DRS - Desenvolvimento regional sustentável	0,561**	0,638**	0,699**	1
** . Correlação significativa em nível 0.01.				

Quadro 18: Matriz de correlação de Pearson

Fonte: Elaborado pelo autor.

A matriz identidade acima exposta demonstrou que, variando de moderada a alta, todas as variáveis asseguram correlação entre si. Ao seguir os procedimentos de correlação estabelecidos por Hair *et al.* (2005), percebe-se que a maior correlação encontrada foi entre a variável ECO e a SOC. Essas constatações podem ser equiparadas com argumentos de autores como Fernández e Rivero (2009), os quais, consideram em suas análises, que as questões sociais e econômicas são intimamente interligadas quando se referem ao DRS de regiões turísticas.

Dentre o cruzamento com variáveis independentes, pode-se afirmar também que variável AMB demonstrou sua maior correlação com o parâmetro SOC, as quais indicaram valores de interdependência igual a 0,720. Afirma-se com este dado que as variáveis em destaque se correlacionam de maneira elevada. Segundo Pfueller, Lee e Laing (2011) a percepção do aspecto social contribui de maneira efetiva no que se refere ao DRS. Os autores destacam que estas possibilidades são oriundas das relações de meio ambiente com as comunidades locais.

Com base no Quadro 17 afirma-se que foram obtidas duas correlações fortes [SOC e ECO (0,772)- AMB e ECO (0,720)]. Tal fato indica que as dimensões em epígrafe apresentam uma força positiva de associação.

A variável dependente DRS assinalou sua maior correlação com o parâmetro AMB. Ou seja, segundo Hair *et al.* (2005) ambas as variáveis se relacionam de maneira “moderada”. Este resultado pode ser equiparado ao apresentado na análise fatorial, na qual, foi evidenciado que todos os estimadores concentram cargas elevadas para a mensuração do

parâmetro AMB. Ao prosseguir as análises dos dados coletados, no próximo subcapítulo discutir-se-á a análise de regressão.

5.10 Análise de regressão

Com a finalidade de identificar o nível de variância que pode ser explicado na variável dependente (DRS) pelos parâmetros ECO, SOC e AMB e confirmar os dados obtidos na correlação o presente trabalho utilizar-se-á neste momento da Análise de Regressão.

Ressalta-se que na Análise de Regressão foi utilizado do método *Stepwise*. De acordo com Hair *et al.* (2007) nesta técnica cada variável é adicionada ao modelo respeitando a hierarquia de poder adicional de previsão, sendo que as variáveis são comparadas entre si. Portanto, o quadro abaixo demonstra a variância explicada das variáveis do modelo:

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Erro padrão
AMB	0,710	0,505	0,503	1,310
AMB, ECO	0,741	0,550	0,547	1,251
AMB, SOC, ECO	0,748	0,559	0,555	1,239

Quadro 19: Variância explicada e variáveis do modelo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados representados no Quadro 15 demonstram que o acréscimo, conjuntamente, das variáveis independentes ao modelo é diagnosticado por $R^2=0,559$. Esta estimativa significa relatar que as variáveis AMB, SOC e AMB explicam 55,5% da adaptação do modelo de Cow e Chen (2011) na mensuração do DRS. Outra informação significativa pode ser descrita por meio do teste *F* da ANOVA da regressão, os quais são representados no quadro 20:

Modelo		Soma dos quadrados	Quadrados médios	F	Sig.
AMB	Regressão	583,425	583,425	340,085	,000 ^a
	Residual	572,985	1,716		
AMB, ECO	Regressão	635,621	317,810	203,212	,000 ^b
	Residual	520,789	1,564		
AMB, ECO e SOC	Regressão	646,611	215,537	140,366	,000 ^c
	Residual	509,799	1,536		

Quadro 20: Teste F da ANOVA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na demonstração do teste F da ANOVA no quadro acima, pôde-se verificar a comparação entre as variâncias explicada e residual. O quadro 20 indica que os valores F 's são significativos para a explicação do DRS por meio das variáveis independentes AMB, ECO e SOC. Segundo Hair *et al.* (2005) o elevado valor de F é diretamente proporcional ao nível de explicação da variância da variável dependente, que no estudo é a DRS.

Outro dado importante refere-se à significância que demonstrou nível de 0,000 em todos os acréscimos das variáveis. Este índice denota relatar que há uma probabilidade de 0,000 de que os resultados obtidos sejam eventos aleatórios e não verdadeiros (HAIR *et al.*, 2005), ou seja, não houve regressão como resultado de erros amostrais.

De acordo com Hair *et al.* (2007) é possível realizar a análise de regressão por meio da padronização das variáveis independentes. O mesmo autor enfatiza que este procedimento gera inúmeros coeficientes denominados *beta*, que por sua vez, visam eliminar as diferentes unidades de medidas e refletir o “impacto relativo sobre a variável dependente” (2007, p.164). As informações sobre o coeficiente *beta*, deste estudo, podem ser verificadas no quadro 21:

Coeficientes					
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
AMB	1,499	0,081	0,710	18,441	0,000
AMB ECO	1,033	0,112	0,490	9,230	0,000
	0,658	0,114	0,306	5,777	0,000
AMB ECO SOC	1,008	0,111	0,478	9,065	0,000
	0,428	0,142	0,199	3,012	0,003
	0,322	0,120	0,151	2,675	0,008
a. Variável dependente: DRS					

Quadro 21: Análise estatística dos coeficientes das variáveis independentes do modelo
Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 21 informa que as variáveis independentes AMB, ECO e SOC tem uma probabilidade significativa de impactar na variável dependente DRS. Destaca-se o parâmetro AMB, o qual apresentou um índice (0,710) mais significativo que as demais variáveis independentes.

Releva-se que apesar das variáveis ECO e SOC, apresentarem, respectivamente, sig. iguais a 0,003 e 0,008, na relação final das variáveis tais valores são baixos quando relevados os coeficientes betas das variáveis em discussão.

Os valores estatísticos obtidos pelo método *Stepwise* indicam que há influência de maneira positiva dos parâmetros SOC, ECO e AMB sobre a variável DRS. Em função deste pressuposto as hipóteses geradas e, os valores estatísticos podem ser verificado por meio de seus betas e da fundamentação teórica expostos no quadro 21:

Hipóteses	Betas	Fundamentação teórica utilizada para criação das variáveis
<i>H1 - A variável social afeta de forma positiva o desenvolvimento regional sustentável na Região das Hortênsias.</i>	$\beta=0,151$	Mauerhofer (2008, 2012), Ribeiro, Ferreira e Araújo (2011), Paterson, (2007) e Ebbesson (2010); Boström (2012), Psarikidou e Szerszynski (2012); Marcuse, (1998); Agyeman (2008); Bebbington e Dillard (2009); Steiner e Posch, (2006); Cassimir e Dutilh (2003); Boström (2012); Polese e Stren (2000); Ribeiro, Ferreira e Araújo, 2011 e Biart (2002)
<i>H2 - A variável econômica afeta de forma positiva o desenvolvimento regional sustentável na Região das Hortênsias.</i>	$\beta=0,199$	Dahl (2012); Silva e Quelhas (2006); Wilkinson <i>et al.</i> (2001); Ichikawa <i>et al.</i> (2002), Scricciu e Stringer (2008); Kronenberg e Tomasz Bergier (2012); Markowski (1993), Nowak (1994, 1996), Doniec <i>et al.</i> (2002), Kronenberg e Clift, (2004), Klos (1999), Lewandowska e Foltynowicz (2004), Lewicka-Strzałecka (2006), Kowalski <i>et al.</i> (2007), Kulczycka (2009) e, Gasparski (2005), Mielechow e Piskalski, (2009), Anam (2010), Kulczycka <i>et al.</i> (2011); Kronenberg e Mieszkowicz, (2011); Dasgupta <i>et al.</i> (2002) e Kronenberg e Tomasz Bergier (2012)
<i>H3 - A variável ambiental afeta de forma positiva o desenvolvimento regional sustentável na Região das Hortênsias).</i>	$\beta=0,478$	Kovanda e Weinzettel (2012); Zhu (2012); WCED (1987); UNCED, 1992; Du e Erfu (2012); Hak, Kovanda e Weinzettel (2012); Wilkinson <i>et al.</i> (2001); Hak, Kovanda e Weinzettel (2012); OECD (2005); UNEP (2007).

Quadro 22: Relação do coeficiente β e a teoria de construção das hipóteses

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por conseguinte a análise dos resultados, apresenta-se no próximo capítulo as considerações finais deste estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do objetivo estabelecido nesta pesquisa, pôde-se mensurar a importância das variáveis social, econômica e ambiental para o desenvolvimento regional sustentável dos municípios de Gramado, Canela e Nova Petrópolis da Região das Hortênsias. Para o atendimento deste propósito utilizou-se de um estudo quantitativo com estratégia *survey* de pesquisa e adaptação do modelo de Chow e Chen (2011) na realidade envolvida, como pode ser percebido no item 6.4.

As características do desenvolvimento regional sustentável de uma região, descritas na fundamentação do presente estudo (itens 2, 3, 4 e 5), propiciaram a escolha de três categorias de respondentes [a) professores; b) funcionários públicos efetivos; funcionários públicos de cargos comissionados, secretários de governo, subsecretários de governo e c) empresários ou gestores/gerentes] que representassem respectivamente a sociedade, o Estado e as organizações. A construção teórica do trabalho também favoreceu o desenvolvimento de três hipóteses de pesquisa (item 2), as quais, foram testadas com a aplicação do modelo.

Como resultado, este estudo, diagnosticou, através do teste de significância (item 7.5) que a maioria dos estimadores apresentaram médias elevadas no que se refere às indagações feitas aos respondentes. Descreve-se que o constructo AMB obteve todas suas médias elevadas, e os ECO e SOC ponderaram por médias menores. Afirma-se ainda, com referência na média obtida na variável DRS (Tabela 9), que os respondentes perceberam uma relação positiva entre este constructo em epígrafe e as variáveis independentes da adaptação do modelo de Chow e Chen (2011).

O emprego do Teste T confirmou que não há diferenças estatísticas significativas entre o cruzamento dos gêneros pesquisados (7,6). Porém, no que se refere ao resultado do teste ANOVA (item 7.7), verificou-se que entre os grupos de faixa etária a variável ECO6 (Tabela 10) assinalou diferenças estatísticas, bem como as AMB3, AMB5 e AMB6 (Tabela 11).

O teste ANOVA também indicou diferenças significativas no que se referiu ao cruzamento de *renda familiar* e os estimadores. Destaca-se que as variáveis SOC4 e SOC6, ECO1, ECO2, ECO3 e ECO6 e AMB1, AMB2, AMB4, AMB7 e AMB8 foram as que apresentaram diferenças de pensamento com fundamentação na renda dos respondentes, como pode ser verificado nas Tabelas 12, 13 e 14.

Ao agrupar os respondentes, por meio de fundamentação metodológica, nos três grupos direcionados pelo estudo (Estado, sociedade e organizações) verificou-se que o teste ANOVA apresentou significativas diferenças de pensamento (Tabela 15). Os resultados obtidos no cruzamento entre grupos e variáveis escalares no teste ANOVA, configurou que os professores tem um posicionamento de maior insatisfação diante dos parâmetros que mensuram as variáveis ECO, SOC e AMB do DRS.

Outro dado conclusivo deste trabalho pode ser inferido do coeficiente Alfa e da Análise Fatorial (item 7.8). Estas análises estatísticas, de avaliação dos estimadores diante da mensuração do DRS, consentiram afirmar que para a mensuração da variável SOC, as variáveis escalares SOC1, SOC2, SOC3 e SOC6 foram as que demonstraram eficácia (Quadro 13). O constructo ECO também obteve duas variáveis escalares retiradas, devido a retirada das variáveis ECO1 e ECO3 (quadro 15). Todavia, o constructo AMB demonstrou em todas suas variáveis escalares um bom índice estatístico, o que indicou a não retirada de nenhuma variável escalar (quadro16). Estes resultados permitiram a construção de um novo desenho de pesquisa, como pode ser verificado na figura 10.

Na matriz de correlação percebeu-se que há uma interdependência entre as variáveis independentes ECO, SOC e AMB e a variável dependente DRS (item 7.9) variando entre moderada e alta. A análise de regressão demonstrou que não há probabilidade das relações estabelecidas entre as variáveis serem resultados de erros amostrais (quadro19). E, como último resultado, o R^2 demonstrou as hipóteses $H1$, $H2$ e $H3$ do estudo tem um resultado probabilístico favorável (Figura 11).

Com estes resultados afirma-se que o modelo utilizado demonstrou-se adequado para a realidade estudada. Ou seja, acredita-se que pôde-se mensurar a importância das variáveis ECO, SOC e AMB no que se refere ao DRS de uma região turística. Outra inferência que pode ser destacada é que o DRS pode ter uma contribuição efetiva dos três atores retratados neste estudo (Estado, sociedade e organizações).

Ao desenvolver o presente trabalho nota-se a presença de limitações. Dentre as que merecem destaque elenca-se a dificuldade para indagar pessoa que representam o Estado, bem como, o número de cidades atendidas devido a limitações financeiras.

Outra limitação concerne na adaptação do modelo. A mesma, assegura apenas uma questão para a mensuração do DRS.

Este estudo também permite o desenvolvimento de trabalhos futuros. Neste sentido, sugere-se a replicação deste modelo em outras cidades turísticas. Esta abordagem poderá

ocasionar a formulação de novos modelos para o desenvolvimento regional sustentável de cidades turísticas.

REFERÊNCIAS

- AGYEMAN, J. Toward a just sustainability? Continuum. **Journal of Media and Cultural studies**, v.22, n.6, p.152-157, 2008.
- ALBUQUERQUE, F. Desarrollo econômico local y descentralización em América Latina. **Revista de la CEPAL**, n.82, abril 2004.
- ALIGLERI, L. M. **A adoção de ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a sua relação com os princípios ecológicos nas empresas**.170f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ALLEN, L. R.; LONG, P. T.; PERDUE, R. R.; Kieselbach, S. The impact of tourism development on residents' perceptions of community life. **Journal of Travel Research**, v.27, n.1, p.16–21, 1988.
- ALONSO, A. D.; OGLE, A. Tourism and hospitality small and medium enterprises and environmental sustainability. **Management Research Review**, v.33, n.8, p., 818 - 826, 2010.
- ALONSO, J. A. F. Mudanças estruturais e mobilidade espacial dos serviços na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): 1995-05. In, ALONSO, J. A. F.; MAMARELLA, R.; BARCELLOS, T. M. (Org.) **Território, economia e sociedade: transformações na região metropolitana de Porto Alegre**. PA. FEE. 2009,79 p.
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n.14. dez. 1996.
- AMARAL FILHO, J. Cultura, criatividade e desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**, v.2, n.1, 2009.
- AMIN, A. Spatialities of globalization. **Environment and Planning**, v.34, n.3, p. 385–399, 2002.
- AMIN, A.; THRIFT, N. **Globalisation, institutions and regional development**. Europe Oxford University Press, Oxford, 1994, 222p.
- AMORIM, M. A.; IPIRANGA, A. S. R.; MOREIRA, V. M. C. Um modelo de tecnologia social de mobilização de arranjos produtivos locais: uma proposta de aplicabilidade. **Cadernos EBAPE**, v.5, n.3, p.1-23, 2007.
- ANAM, L. Poland. In: VISSER, W.; TOLHURST, N. (Eds.), **The World Guide to CSR**. Greenleaf, Sheffield, 2010, 318p.

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. Por uma estratégia de civilização. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP/EDUSP, 2001. p.55-70.

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP/EDUSP, 2001.

ASIF M.; MUNEER T.; KELLEY R. Life cycle assessment: a case study of a dwelling home in scotland, **Building and Environment**, v.42, p.1391-1394, 2007.

AUSTER, R. V.; Silver, M. The state as a firm, economic forces in political development. In **Studies in Public Choica**. Boston and The Hague: Martinus Nijhoff, 1979.

BABBIE, E. Tipos de desenhos de pesquisa. In: BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, 111p.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 de setembro de 2012.

BANSAL, P. Evolving sustainably: a longitudinal study of corporate sustainable development. **Strategic Management Journal**, n.26, p.197–218, 2005.

BANSAL, P. The corporate challenges of sustainable development. **Academy of Management Executive**. v.16, n.2, p. 122–131, 2002.

BARBIER, E. B. The concept of sustainable economic development. **Environmental Conservation**, v.14, n.2, p.101- 110, 1987.

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos de partida. **Administração On Line**, v.1, n.4, 2000.

BARQUEIRO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Crus do Sul: EDUNISC. 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMGARTNER, R. J.; EBNER, D. Corporate sustainability strategies: sustainability profiles and maturity levels. **Sustainable Development**. v.18, n.2, p.76–89, 2010.

BEBBINGTON, J.; DILLARD, J. Social sustainability: an organizational-level analysis. In J. Dillard, V. Dujon, & M. King (Eds.), **Understanding the Social Dimension of Sustainability**. New York: Routledge, 2009, 157-173p.

BECKER, D. F. A economia política do desenvolvimento regional contemporâneo. **Redes**, v.7, n.3, p. 35-59, 2002.

BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

BECKMAN, B.; L. SACHIKONYE. Trade unions and party politics. In: BECKMAN, B. BHULUNGU, S.; SACHIKONYE, L. (eds) **Forthcoming, Trade Unions & Party Politics: Labour Movements in Africa**. Cape Town: HSRC Press, 2009.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 253 p.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac, 12.ed. 2007.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. **Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change**. Cambridge Univ. Press, Cambridge, 2003.

BERKES, F.; FOLKE, C. **Linking social and ecological systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience**. Cambridge Univ. Press, Cambridge, 1998.

BIART, M. Social sustainability as part of the social agenda of the European community', in RITT, T. (Ed.): **Soziale Nachhaltigkeit: von der umweltpolitik zur nachhaltigkeit?** Arbeiterkammer Wien: Informationen zur Umweltpolitik, 2002, 144p.

BLANCAS, F.J. M.; LOZANO-OYOLA, M.; GONZÁLEZ, M.; GUERRERO F.M.; CABALLERO, R. How to use sustainability indicators for tourism planning: the case of rural tourism in Andalusia (Spain). **Science Total Environment**, n.412–413, p.28–45, 2011.

BLAUG, M. Declining subsidies in tertiary education: an economic analysis. In.: BLAUG, M. **The economics of education and the education of an economist**. New York: New York University Press, 1987.

BLUM, S. **Gramado, simplesmente Gramado**. Gramado: Secretaria Municipal da Educação, 1987.

BOFF, V. A. **Turismo e desenvolvimento regional: um estudo comparado de duas regiões turísticas do estado do Rio Grande do Sul**. 2007.148f. Tese (Doutorado em Administração) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.13, Brasília: IPEA, 1996.

BOSTRÖM, M. A Missing Pillar? Challenges in theorizing and practicing social sustainability: Introduction to the special issue. **Sustainability: Science, Practice & Policy**, v.8, n.1, p.3-14, 2012.

BRITO, C. M. Sustainable community development: a brief introduction to the multi-modal systems method. **Systemic Practice and Action Research**, v.24, n.6, p.509- 521, 2011.

BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 2000.

BROUGHAM, J. E.; BUTLER, R. W. A segmentation analysis of residents' attitudes to the social impact of tourism. **Annals of Tourism Research**, v.8, n.4, p. 569–590, 1981.

BROWN, T. J.; DACIN, P. A. The company and the product: corporate association and consumer product responses. **Journal of Marketing**, v.61, n.1, p. 68–84, 1997.

BRUNNER, R.D.; STEELMAN, T.M.; COE-JUELL, L.; CROMLEY, C.M.; EDWARDS, C.M.; TUCKER, D.W. **Adaptive Governance: Integrating Science, Policy, and Decision Making**. New York: Columbia Univ. Pres, 2005.

BRYMAN, A. **Research methods and organization studies**. London: Unwin Hyman, London, 1989. 283 p.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUCHANAN, J.; TOLLISON, R. D.; TULLOCK, G. **Toward a Theory of Rent-Seeking Society**. College Station, TX: Texas A&M Press, 1980.

BUCKLEY, R. C. Sustainable tourism: Technical issues and information needs. **Annals of Tourism Research**, v.23, p. 925–928, 1996.

BUCKLEY, R. C. Sustainable tourism: Technical issues and information needs. **Tourism Research**, v.23, p. 925–928, 1996.

_____. Sustainable tourism: research and reality. **Annals of Tourism Research**, v.39, n.2, p.528–546, 2012.

BUTLER, R. W. Tourism: an evolutionary perspective. In NELSON, J. G.; BUTLER, R.; WALL, G. (Eds.), **Tourism & sustainable development: monitoring, planning, and managing**. Waterloo, Ontario: Department of Geography University of Waterloo, 1993, 43p.

CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P. da S.; PERIN, T. F. Mais além dos arranjos produtivos locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, V. 7, n.11, 2005.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2003.

_____. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo, Cultrix, 2006.

CARDOSO, T; RIBEIRO, J. C. Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para um pensamento e uma política regional alternativos, In: **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Organização: BECKER, Dinizar Femiiano; BANDEIRA, P. S. (org). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CARVALHO, F. C. Mercado, Estado e teoria econômica: uma breve reflexão. **Econômica**, v. I, n. 1, 1999.

CASAROTTO FILHO, N.; MINUZZI, J.; DOS SANTOS, P. C. F.. Competitividade sistêmica de distritos industriais no desenvolvimento regional: uma comparação. **Revista FAE**, Curitiba, v.9, n.2, p.121-134, jul./dez. 2006.

CASIMIR, G.J.; DUTILH, C.E. (2003) Sustainability: a gender studies perspective. **International Journal of Consumer Studies**, v.27, p.316–325, 2003.

CASSIOLATO, J. E. *et al.* **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTANHEIRA, N. P. **Estatística aplicada a todos os níveis**. 3. ed. Curitiba: IBPEX, 2006.

CASTTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATER, E. Tourism in the least developed countries. **Annals of Tourism Research**, v.14, n.2, p. 202–226, 1987.

CAVALCANTI, C.. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2011

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAN, R. Y. K. Does the natural-resource-based view of the firm apply in an emerging economy? a survey of foreign invested enterprises in China. **Journal of Management Studies**. v.3, n.42, p. 625–672, 2005.

CHANG, D.; KUO, L. R. The effects of sustainable development on firms' financial performance: an empirical approach. **Sustainable Development**, v.16, n.6, p.365–380, 2008.

CHOI, H. C.; SIRAKAYA, E. Sustainable indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, v.27,n.1274 – 1289, 2006.

CHON, K. S. **Hospitalidade: conceito e aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, 28p.

CHOW, W. S.; CHEN, Y. Corporate sustainable development: testing a new scale Basedon the mainland chinese context. **Journal of Business Ethics**, 2011.

CHRISTMANN, P. Effects of 'best practices' of environmental management on cost advantage: the role of complementary assets. **Academy of Management Journal**. v.43, n.3, p.663–680, 2000.

CHURCHILL, G. A.; IACOBUCCI, D. **Marketing Research: methodological foundations** 10.ed. South-Western College Publishing: , 2005, 624p.

CLARK, J. R. A.; CLARKE, R. L. Local sustainability initiatives in english national parks: what role for adaptative governance? **Land use policy**, v.28, n.1, p.314-324, 2011.

_____. Geographies of multifunctionality: developing governance explanations. **Geography Compass, forthcoming**, 2010.

COCCOSSIS, H.; NIJKAMP, P. **Sustainable tourism development**. Michigan: Avebury, 1995.

COE, N. M. H.; MARTIN, H.; WAI-CHUNG, Y.; DICKEN, P.; HENDERSON, J. Globalizing regional development: a global production networks perspective. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.29, p.468–484, 2004.

COFFEY, W.; POLEÈSE, M. The concept of local development: a stages model of endogenous regional growth. **Papers in Regional Science**. v.55, n.1, p.1-12, 2005.

COHEN, E. The impact of tourism on the physical environment. **Annals of Tourism Research**, v.5, n.2, p. 215–237, 1978.

COOKE, P. e MORGAN, K. **The associational economy: firms, regions and innovation**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

COOKE, P.; LEYDESDORFF, L. Regional Development in the Knowledge Based Economy: the construction of advantages. **Journal of Technology Transfer**, n.31, v.1, 2006.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Business research method**. New York: McGraw-Hill., 2001.

CORDEIRO, J.; SARKIS, J. Environmental proactivism and firm performance: evidence from security analyst earning forecast. **Business Strategy and the Environment**, v.6, n.2, p.104-114, 1997.

COSENTINO, F.; PYKE, F.; SENGENBERGER, W. **Local and regional response to global pressure: the case of Italy and its industrial districts**, Research Series 103, (Geneva: International Institute for Labour Studies), 1996, 110 p.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. London: Sage, 1998.

ČUČEK L.; KLEMEŠ J. J.; KRAVANJA Z. A Review of Footprint analysis tools for monitoring impacts on sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v. 34, p.9-20, 2012.

CURTIS, L. F.; HOFFMANN, V. E. Características determinantes de redes: um estudo nos relacionamentos do setor hoteleiro das destinações turísticas. **Revista de Negócios**, v. 14, n. 1 p. 48 – 62, 2009.

DAHL, A. L. Achievements and gaps in indicators for sustainability. *Ecological Indicators*, v.17, p.14–19, 2012.

DALLABRIDA, V. R. **Novos paradigmas para o desenvolvimento regional**. Geonotas. Maringá, UEM, v.3, n. 1, 1999.

DALLABRIDA, V. R. Planejamento regional: algumas observações teóricas e análise da prática. In: **Redes**. v. 9, n. 1, p. 37-62, 2004.

_____.; BECKER, D. F. **Dinâmica territorial do desenvolvimento**. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. 2ª. Edição. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2008.

_____.; _____. **Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica**. In: *Desenvolvimento em Questão*, ano 1, n. 2. Ijuí: Editora UNIJUÍ, p. 73-98, jul./dez./2003.

_____.; BÜTTENBENDER, P. L. **Planejamento estratégico territorial: a experiência de planejamento o desenvolvimento na região Fronteira Noroeste-RS-Brasil**. Ijuí: Unijuí, 2006.

_____.; _____. **Gestão, inovação e desenvolvimento : oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

_____.; FERNÁNDEZ, V. R. **Desenvolvimento territorial : possibilidades e desafios considerando a realidade dos âmbitos espaciais periféricos**. Passo Fundo: Unijuí, 2008.

DALY, H.E. The steady-state economy: toward a political economy of biophysical equilibrium and moral growth. In: DALY, H.E., (Editor), **Economics, ecology, ethics: essays toward a steady-state economy**. Freeman: San Francisco, 1980, 324-356p.

D'AMORE, L. J. Promoting sustainable tourism: the Canadian approach. **Tourism Management**, v. 13, n.3, p. 258-262, 1992.

DAROS, M.; BARROSO, V. L. M. **Raízes de Gramado**. 2ª Ed. 2000.

DASGUPTA, S.; LAPLANTE, B.; WANG, H.; WHEELER, D. Confronting the environmental Kuznets curve. **Journal Economic Perspectives**, v.16, p.147–168, 2002.

DAVID, J. The question of freedom in Rousseau's writings Rousseau and freedom. **History of European Ideas**, v.37, n°3, p.403-405, 2011.

DAVIES, P. **Cosmic Jackpot: why our universe is just right for life**. Houghton Mifflin, Boston, 2007.

DEMAJOROVIC, J. Da política tradicional de tratamento do lixo à política de gestão de resíduos sólidos as novas prioridades. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.3, p.88-93, 1995.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5. ed. São Paulo: Futura, 2001.

DENG, S. M.; BURNETT, J. Water use in hotels in Hong Kong. **Hospitality Management**, v.21; n.1, p.57-66, 2002.

DESAI, N. Johannesburg and beyond making sustainable development a global reality. In: UNITED NATIONS. **Global challenge global opportunity: trends in sustainable development**. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em : 20 de nov. 2011.

DIAMOND, J. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DIAS, C.; FERNANDES, D. Pesquisa e métodos científicos. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://reocities.com/claudiaad/pesquisacientifica.pdf>>. Acesso em 15 de Setembro de 2012.

DICKEN, P. **Mudança Global**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DOLA, K.; MIJAN, D. Public participation in planning for sustainable development: operational questions and issues. **Sustainable Tropical Design Research & Practice**, v.1, n. 1, p. 1-8, 2006.

DONIEC, A.; REICHEL, J.; BULINSKA, M. Assessment of the potential of cleaner production implementation in Polish enterprises. **Journal of Cleaner Production**, v.10, p.299-304, 2002.

DRIML, S.; COMMON, M. Ecological economics criteria for sustainable tourism: application to the great barrier reef and wet tropics world heritage areas, Australia. **Journal of Sustainable Tourism**, v.4, n.1, p. 3–16, 1996.

DU, Z.; ERFU, D. Environmental ethics and regional sustainable development. **Journal Geographic Sciences**, v.22, n.1, p.86-92, 2012.

DYLLICK, T. HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**. v.11, n.2, p. 130–141, 2002.

EBBESSON, J. The rule of law in governance of complex socio ecological changes. **Global Environmental Change**, v. 20, n.3, p.414–422, 2010.

ECCLES, G. Marketing, sustainable development and international tourism. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v.7, n.7, p.20 -26, 1995.

ELI DA VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

- ELKINGTON, J. **A teoria dos três pilares**. São Paulo: MARKRON Books, 2001.
- ELLIOTT, S.R., Sustainability: an economic perspective. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 44, n.3, 2005.
- EROL, I.; CAKA, N.; EREL, D.; SARI, R. Sustainability in the Turkish retailing industry. **Sustainable Development**, v. 17, n. 1, p. 49–67, 2009.
- ESCOSURA, L. P. Gerschenkron revisited. european patterns of development in historical perspective. **Working Papers in Economic History**, n.10,p.5-79, 2005.
- ETZION, D. Research on organizations and the natural environment, 1992-present: a review. **Journal of Management**, v. 33, n.4, p. 637-664, 2007.
- EVANS, P.. O Estado como problema e solução. **Revista Lua Nova**, n. 28/29, 1993.
- FARRELL, B.; MCLELLAN, R. Tourism and physical environment research. **Annals of Tourism Research**, v.14, n.1, p.1–16, 1987.
- FEE - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ECONOMIA. **Resumo Estatístico RS - Municípios**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2012.
- FERNANDEZ, J. I. P.; RIVERO, M. S. Measuring tourism sustainability: proposal for a composite. **Tourism Economics**, v.15, p. 277-296, 2009.
- FERREIRA, L. D. **Estudo analítico das variáveis da macro envolvente de um destino turístico**. *Tékhe*, v.2, n.4, p.135-147, 2005.
- FIDELMAN, P.; EVANS, L.; FABINYI, M.; FOALE, S.; CINER, J.; ROSEN, E. Governing large-scale marine commons: Contextual challenges in the Coral Triangle. **Marine Policy**, v. 36, n.1, pp.42-53, 2012.
- FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.
- FIGGE, F.; HAHN, T. The cost of sustainability capital and the creation of sustainable value by companies. **Journal of Industrial Ecology**. v.9, n.4, p. 47–58, 2005.
- FOLKE, C., HAHN, T., OLSSON, P., NORBERG, J. Adaptive governance of social–ecological systems. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 30, p.441–473, 2005.
- FORZA, C. Survey research in operations management: a process-based perspective international. **International Journal of Operations & Production Management**, v.22, n.2, p.152-154, 2002.
- FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A.Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. São Paulo: **Revista de Administração da USP**, v.39, n.3, p.105-112, 2000.

FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia Política**, n.21, p.165-195, 2003.

GARROD, B.; FYALL, A. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? **Tourism Management**, v.19, n.3, p. 199–212, 1998.

GASPARSKI, W. Business expectations beyond profit. In: HABISCH, A.; JONKER, J.; WEGNER, M.; SCHMIDPETER, R. (Eds.), **Corporate Social Responsibility across Europe**. Springer, Berlin, 2005, 180 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research. **Academy of Management Review**. v.20, n.4, p. 874–907, 1995.

GOELDNER, C. R; RITCHIE, J. R. B; McINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8.ed. Tradução R. C. Costa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMEZ, G.M.; HELMSING, A.H.J. Selective spatial closure and local economic development: what do we learn from the argentine local currency systems? In: **World Development**. v.36, n.11, p.2489-2511, 2008.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento Sustentável: o desafio da nova geração. **Revista Espaço Acadêmico**, n.51, 2005.

GOODALL, A. H. Why have the leading journals in management (and other social sciences) failed to respond to climate change? **Journal of Management Inquiry**. v.17, n.4, p.408–420, 2008.

GORNI, P. M.; DREHER, M. T. **Desafios intersetoriais no desenvolvimento do turismo: uma leitura das parcerias em Blumenau**, SC. Caderno Virtual de Turismo. rio de Janeiro, v.11, n.1., p.1-17, 2011.

GOVERNA, F.; SALONE C. Italy and European spatial policies: Polycentrism, urban networks and local innovation practices . **European Planning Studies**, v.1, n.2, p.265-283, 2005.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. Chicago, v.78, n.6, p.1360-1380, 1973.

GREEN, H. **Planning for sustainable tourism development**. Tourism and the environment: a sustainable relationship?. London: Routledge, 1995.

HABERT, G.; CASTILLO, E.; VINCENS, E.; MOREL, J. C. Power: a new paradigm for energy use in sustainable construction. **Ecological Indicators**, v.23, p.109-115, 2012.

HAHN, T.; FIGGE, F. Beyond the bounded instrumentality in current corporate sustainability research: toward an inclusive notion of profitability. **Journal of Business Ethics**, v.104, n.3, p.325-345, 2011.

HAIR, J. F. JR.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Multivariate data analysis**. 6 ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006.

HAIR, J. F. Jr.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P.; PAGE, M. **Research methods for business**. The UK: John Wiley & Son Ltd, 2007.

HAIR JR, J.F.; R.E. ANDERSON; R.L. TATHAM; W.C. BLACK. **Análise Multivariada de Dados**. 5^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, 593p.

HAIR, J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W. **Multivariate data analysis**. 5.ed. Prentice Hall, 1998, 730p.

HAIR, J. F. Jr.; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HAK, T.; KOVANDA, J.; WEINZETTEL, J. A method to assess the relevance of sustainability indicators: application to the indicator set of the czech republic's sustainable development strategy. **Ecological Indicators**, v.17, p.46-57, 2012.

HALL, C. M. Rethinking collaboration and partnership: A public policy perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 7, n.3-4, p. 274-289, 1999.

_____.; LEW, A. A. **Sustainable tourism: a geographical perspective**. Harlow: Longman, 1998.

_____. **Tourism & politics: policy, power, & place**. Chichester, West Sussex: John Wiley & Son Ltd, 1994.

_____. Rural wine and food tourism cluster network development. In Hall, D.; Kirkpatrick, I.; Mitchell, M. (Eds.) **Rural tourism and sustainable business**. Channel View, Clevedon, 2005.

HART, S. L. A natural-resource based view of the firm. **The Academy of Management Review**. v.20, n.4, p.986-1014, 1995.

_____.; AHUJA, G. Does it pay to be green? An empirical examination of the relationship between emission reduction and firm performance. **Business Strategy and the Environment**, v.5, n.1, p.30-37, 1996.

HAYATI, D; KARAMI, E.; SLEE, B. Combining qualitative and quantitative methods in the measurement of rural poverty. **Social Indicators Research**, v.75, p.361-394, Springer, 2006.

HOFF, D. N. **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders**: a proposição de uma estrutura analítica. Tese (Doutorado

em Agronegócios) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2008.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21, n.55, 2001.

HUDSON, R. **The social economy beyond the local?** Developmental possibilities, problems and policy considerations. *Urbanistica*, Forthcoming. 2005. Disponível em: <<http://eprints.dur.ac.uk/archive/00000049/>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2011.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. 5ª ed. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1987

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas das cidades 2007**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2012.

ICHIKAWA, N.; TSUTSUMI, R.; WATANABE, K. Environmental Indicators of transition. **European Environment**, v.12, n.2, p. 64-76, 2002.

ILSKOG, E. Indicators for assessment of rural electrification e an approach for the comparison of apples and pears, v. 36, n.7, p.2665 – 2673, 2008.

IPCC, 2007. **Climate change 2007: mitigation**. Contribution of Working Group III to the Fourth Assessment Report. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

IPIRANGA, A. S. R.; AMORIM, M. A.; FARIA, M. V. C. M. Tecnologia social de mobilização para arranjos produtivos locais: uma proposta de aplicabilidade. **Cadernos EBAPE**, v.5, n.3, 2007.

JAAFAR, M.; MAIDEEN, S. A. Ecotourism-related products and activities, and the economic sustainability of small and medium island chalets. **Tourism Management**, v. 33, p.683-691, 2012.

JACOBI, P. Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

_____. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n.118, p.189-205, 2003.

JENSEN, M.; MECKLING, W. H. Theory of firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial in Economics**. v.3, p.305-360, 1976.

JORGENSEN, A.; BOCQ, A. L.; NAZARKINA, L.; HAUSCHILD, M. Methodologies for Social Life Cycle Assessment. **International Journal of Life Cycle Assessment**, v. 13, n. 2. p. 96 – 103, 2008.

JUDGE, W.; DOUGLAS, T. Performance implications of incorporating natural environmental issues into the strategic planning process: an empirical assessment. **Journal of Management Studies**, v. 35, n. 2, p.241-262, 1998.

JUNQUEIRA, R. G. P. Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 131-158, nov./dez. 2000.

KANTER, R.M. Collaborative advantage: the art of alliances. **Harvard Business Review**, p.96-108, Jul/Aug, 1994.

KASEVA, M. E.; MOIRANA, J. L. Problems of solid waste management on Mount Kilimanjaro: a challenge to tourism. **Waste Management and Research**, v.28, n.8, p. 695-704, 2010.

KATES, R. W. From the Unity of Nature to Sustainability Science: Ideas and Practice. **Working Paper**, n. 218, 2011.

KESSELRING, P.; WINTER, C.J. **World energy scenarios: a two-kilowatt society, plausible future or illusion?**. Energietage, PSI Villigen, 1994.

KITSIOU, D.; COCCOSSIS, H.; KARYDIS, M.; Multi-dimensional evaluation and ranking of coastal areas using GIS and multiple criteria choice methods. **Science of The Total Environment**, v.284, n.1-3, p.1-17, 2002.

KLASSEN, R.; MCLAUGHLIN, C. The impact of environmental management on firm performance. **Management Science**, v. 42, n. 8, p.1199-1214, 1996.

KLOS, Z. LCA in Poland: background and state-of-art. **International Journal of Life Cycle Assessment**, v 4, p. 249-250, 1999.

KO, T. G. **Assessing progress toward sustainable tourism development**. Unpublished Thesis, Sydney, Australia: University of Technology, 2001.

KORSTANJE, M. E. Turismo, desarrollo y sustentabilidad: reflexiones teórico-metodológicas. **Annals of Tourism Research**, v. 39, p.1725-1756, 2012.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

KOWALSKI, Z.; KULCZYCKA, J.; WZOREK, Z. Life cycle assessment of different variants of sodium chromate production in Poland. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, p.28-37, 2007.

KRONENBERG, J.; BERGIER, T. Sustainable development in a transition economy: business case studies from Poland. **Journal of Cleaner Production**, v.26, p.18-27, 2012.

_____.; CLIFT, R.; Industrial ecology in Poland. **Journal of Industrial Ecology**, v. 8, p.13-17, 2004.

_____.; MIESZKOWICZ, J. Planting trees for publicity how much are they worth? **Sustainability**, v. 3, p. 1022-1034, 2011.

_____.; BERGIER, T. Sustainable development in a transition economy: business case studies from Poland. **Journal of Cleaner Production**, v. 26, p. 18-27, 2012.

KULCZYCKA, J. Life cycle thinking in Polish official documents and research. **International Journal of Life Cycle Assessment**, v. 14, p.375-378, 2009.

_____.; KURCZEWSKI, P.; KASPRZAK, J.; LEWANDOWSKA, A.; LEWICKI, R.; WITCZAK, A.; WITCZAK, J. The Polish centre for life cycle assessment the centre for life cycle assessment in Poland. **International Journal of Life Cycle Assessment**, v.16, p.442-444, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, v.25, n. 71, p.5-10, 1997.

LESLIE, D. Developing sustainable tourist. **Tourism Management**, v.14, 485, 1993.

LEWANDOWSKA, A., FOLTYNOWICZ, Z. Comparative LCA of industrial objects. **International Journal of Life Cycle Assessment**, v. 9, p. 180-186, 2004.

LEWICKA-STRZALECKA, A. Opportunities and limitations of CSR in the post-communist countries: Polish case. **Corporate Governance**, v. 6, p.440-448, 2006.

LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H. 2003. Can “the Public” Be Considered as a Fourth Helix. **Science & Public Policy**. v.1, n.30, p. 55-61.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de políticas econômicas: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.12, n. 21, 2010.

LIMA, A. E. M.. A Teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado. **Análise Econômica**. v. 24, n. 45, 2006.

LIMA, G. F. C. O debate d sustentabilidade na sociedade insustentável. **Política e Trabalho**. v. 13, p.201-222, setembro 1997.

LIU, J. C.; VAR, T. Resident attitudes toward tourism impacts in Hawaii. **Annals of Tourism Research**, v.13, n.2, p. 193–214, 1986.

LÓPEZ, M. V.; GARCIA, A.; RODRIGUEZ, L. Sustainable development and corporate performance: a study based on the dow jones sustainability index. **Journal of Business Ethics**. v. 75, n. 3, p. 285-300, 2007.

LORENZI-CIOLDI, F. **Les androgynes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

MACHADO, S. A. (2003) **Dinâmica de arranjos produtivos locais**: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) São Paulo:USP,2003.

MACKINNON, D.; CUMBERS, A.; CHAPMAN, K. Learning, innovation and regional renewal: a critical appraisal of current debates. In: Regional development studies. **Progress in Human Geography**. n. 26, 293–311, 2002.

MACLEOD, G.; JONES, M. Reregulating a regional rustbelt: institutional fixes, entrepreneurial discourse, and the politics of representation. **Environment and Planning D: Society and Space**. v. 17, n. 5, p.575–605, 1999.

MALECKI, E. J.; MORISET, B. **The digital economy**: business organization, production processes and regional developments, London: Routledge, 2008.

MALHOTRA, N. K. **Marketing research**: an applied orientation. 4ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2004.

MALHOTRA, Naresch K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 720p

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. Atlas Editora. 4ª Edição. São Paulo, 1999.

MARCUSE, P. Sustainability is not enough. **Environment and Urbanization**, v. 10, n. 2, p. 103-111, 1998.

MARKOWSKI, T.Poland. **Journal of Cleaner Production**, v. 1, p. 57-58, 1993.

MARSHALL, A. **Princípios de economia** - tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, 1982.

MASKEL P., ESKELINEN, H. HANNIBALSSON, I. MALMBERG, A.; VATNE, E. **Competitiveness, localised learning and regional development**: specialization and prosperity in small open economies (routledge frontiers of political economy). Routledge, Copenhagen, 1998.

_____. Towards a knowledge-based theory of the geographical cluster. **Industrial and Corporate Change**. n.10, v.4, p. 921–943, 2001.

_____.; MALMBERG, A. Localised learning and industrial competitiveness. **Cambridge Journal of Economics**. n. 23, v. 2, p. 167–185, 1999.

_____.; MALMBERG, A. Myopia, knowledge development and cluster evolution, **Journal of Economic Geography**, n.7, n.5, p. 603–618, 2007.

MATTOS, K.M.C.; MATTOS, K.M.C.; MATTOS, A. Valoração econômica do meio ambiente dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. **Revista Gestão Industrial**, v.01, n.02, p.109-121, 2005.

MAUERHOFER, V. Conservation of wildlife in the European Union with a focus on Austria. In: Panjwani, R. (Ed.), **Wildlife Law – A Global Perspective**. American Bar Association – ABA Publishing, Chicago, US, 2008, 1–55p.

MAUERHOFER, Volker . A ‘Legislation-check’ based on ‘3-d sustainability’ – addressing global precautionary land governance. **Land use policy**, v. 29, p.652-660, 2012.

McCOOL, S. F. Linking tourism, the environmental, and concepts of sustainability: Setting the stage. In McCOOL, S. F.; WATSON, A. E. **Comps. Linking tourism, the environmental, and sustainability**, 1995, 95P.

_____.; MOISEY, R. **Tourism, recreation and sustainability**: Linking culture and the environment. New York: CABI Publishing, 2001.

MCINTOSH, R. W.; GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B. **Tourism**: principles, practices, and philosophies. 7° ed. New York, NY: John Wiley & Sons, 1995.

MEADOWS, D.; MEADOWS, D.; RANDERS, J. **Beyond the limits**: global collapse or a sustainable Future. London: Earthscan, 1992.

MENDHAM, M. D. Gentle savages and fierce citizens against civilization: unraveling rousseau's paradoxes. **American Journal of Political Science**. v.55, nº1, p.170-187, 2011.

MOHAMMADI, H. **Citizen Participation in urban planning and management, the Case of Iran, Shiraz city, Saadi community**. Cassel : Cassel University press, 2010.

MOLLOY, A.; MCFEELY, C.; CONNOLLY, E. **Building a social economy for the new millennium**. Belfast: NICDA Social Economy Agency & Cooperative Development Society, 1999.

MOLNAR, E.; MULVIHILL, P. R. Sustainability-focused organizational learning: recent experiences and new challenges. **Journal of Environmental Planning and Management**, v. 46, n.2, p. 167–176, 2003.

MORAES, J. L. A.; SCHNEIDER, S. Sistemas produtivos localizados (spls) como mecanismo de regulação e governação das dinâmicas socioeconômicas dos territórios. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 105 - 125, 2011.

MORAIS, R. T. R.; ETGES, V. E. Planejamento estratégico municipal para a sustentabilidade da região do Corede Paranhana-Encosta da Serra. **RACE**, v. 8, n. 1, p. 135-154, 2009.

MORGAN, K. The learning region: institutions, innovation and regional renewal, **Regional Studies**, v. 31.5, p. 491-503, 1997.

MOWFORTH, A.; MUNT, I. **Tourism & sustainability**: New tourism in the third world. London, UK: Routledge, 1998.

MUNASINGHE, M. **Analysing the nexus of sustainable development and climate change: an Overview**. OECD, Paris, 2002.

MURPHY P. E.; PRICE, G.G. Tourism and sustainable development. In: THEOBALD, W.F. (ed) **Global tourism**, 3rd ed. Elsevier: Burlington, 2005, 167–193p.

_____. Community driven tourism planning. *Tourism Management*, v.9, p.96-104, 1988.

NASH, D.; BUTLER, R. Towards sustainable tourism. **Tourism Management**, v.11, n.3, p. 263–264, 1990.

NESS, B.; URBEL-PIIRSALU, E.; ANDERBERG, S.; OLSSON, L. Categorising tools for sustainability assessment. **Ecological Economics**. v.34, n.2, 2007.

NORTH, D.; WALLIS, J.J. American government expenditures: a historical perspective. **American Economic Review**, n.72, p.336-45, 1982.

NOWAK, Z. Cleaner production in Poland: from CP to environmental management systems. **Industry and Environment**, v.19, p.35-36, 1996.

_____. Cleaner production in Poland: aiming at a joint industrial and environmental policy. **Industry and Environment**, v. 17, p.36-38, 1994.

NUNNALLY, J. C. **Psychometric theory**. New York: McGraw-Hill, 1978.

NURSE, K. Culture as the fourth pillar of sustainable development. **Economic Review and Basic Statistics**, v. 11, p. 28 - 40, 2006.

OECD. Business clusters. promoting enterprise in central and eastern europe. In: **OECD Publications, Local Economic and Employment Development**. Paris, 2005, 244p.

OFFE, C. Capitalism by democratic design? Democratic theory facing the triple transition in East Central Europe. **Social Research**, v.71, n.3, p.501-528, 1991.

OLIVEIRA, GB. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: OLIVEIRA, G., BATISTA, S. L., DE EDMILSON, J. (eds) **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. Annablume Editora, São Paulo, 2006.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Ecossistemas e o bem-estar humano: estrutura para uma avaliação**. Washington: World Resources Institute, 2003.

ORAMS, M. B. Towards a more desirable form of ecotourism. **Tourism Management**, v.16, n.1, p.3–8, 1995.

ORWIN, C. Rousseau, a compaixão e as crises da modernidade. **Análise Social**. V.33, Nº 146-147, p. 307-321, 1998.

PATERSON, J. Sustainable development, sustainable decisions and the precautionary principle. **Natural Hazards**, v. 42, n.3, p. 515–528, 2007.

PAULISTA, G.; VARVAKIS G.; MONTIBELLER-FILHO, G. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**. v.11, n.1, 2008.

PEARCE, P. L. Tourist-resident impacts: examples, explanations & emerging solutions. In W. F. Theobald (Ed.), **Global tourism: The next decade**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1993, 113p.

PEREIRA, L. C. B. O caráter cíclico da intervenção estatal. **Revista de Economia Política**, v.9, n.3, 1989.

PEVCIN, P. Economic output and the optimal size of government. **Economic and Business Review**. v.5. n. 3. p. 213-227, 2004.

PFUELLER, S. L.; LEE, D.; LAING, J. tourism partnerships in protected areas: exploring contributions to sustainability. **Environmental Management**,v.48, p.734–749, 2011.

PICKERING, C.; HARRINGTON, J.; WORBOYS, G. Environmental impacts of tourism on the Australian Alps protected areas: judgments of protected area managers. **Mountain Research and Development**, v.23, p.247–254, 2003.

PIFFER, M.; ALVES, L. R. **Política deliberativa**: um instrumento da democracia para o desenvolvimento regional. Dossiê: relações campo-cidade – Temas livres. Temas e Matrizes. n.16, p.141-154, 2009.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. L. Survey Research in Management Information Systems: an assesment. **Journal of MIS**, v.10, n.2, p.75-105, 1993.

PIORE, M. J. e SABEL. C. F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

POLESE, M.; STREN, R. **The Social Sustainability of Cities**: diversity and the Management of Change, University of Toronto Press, Toronto, 2000.

PORTER , M. E. Location, competition and economic development: local clusters in the global economy. **Economic Development Quarterly**, v.14, n.1, p. 15-31, 2000.

PRADO, E. F. S. A ortodoxia neoclássica. **Estudos Avançados**, v.15, n.41, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA – Secretaria de Turismo. Canela, 2009 – 2012. Disponível em < <http://www.canela.rs.gov.br/site2009/site/content/canela/> >. Acesso em: 16 de fevereiro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO – Secretaria de Turismo. Gramado, 2009 – 2012. Disponível em <<http://www.gramado.rs.gov.br/site2009/site/content/canela/>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PETRÓPOLIS – Secretaria de Turismo. Nova Petrópolis, 2009 – 2012. Disponível em <<http://www.novapetropolis.rs.gov.br/home.php>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2012.

PSARIKIDOU, K. & B. SZERSZYNSKI. Growing the social: alternative agrofood networks and social sustainability in the urban ethical landscape. **Sustainability: Science, Practice, and Policy**, v. 8, n.1,p.30-39, 2012.

PULSELLI, R.M.; SIMONCINI, E.; RIDOLFI, S.; BASTIANONI, S. Specific emergy of cement and concrete: an energy-based appraisal of building materials and their transport. **Ecological Indicators**, v.8, n.5, p. 647–656, 2008.

PUTNAM. R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAMPAZZO, R. **Metodologia científica para alunos de graduação e pós graduação**. Lorena: Siciliano, 2005.

RASMUSSEN, D. C. Rousseau: a free community of equals. **Perspectives on Politics Journal**, v.9, n. 3, p. 698-700, 2011.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monoGráficos em contabilidade**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, F.; FERREIRA, P.; ARAÚJO, M. The inclusion of social aspects in power planning. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**,v. 15,p. 4361–4369, 2011.

RICHARDS, D.; GLADWIN, T. Sustainability metrics for the business enterprise. **Environmental Quality Management**, v.8, n.3,p.11–21, 2007.

RIGATTI, D. O turista, o morador e o uso do espaço urbano: interações espaciais em Gramado e Canela. **Paisagem Ambiente**. n.16, p. 69-107, 2002.

RIQUEL, J. **Análisis institucional de las prácticas de gestión ambiental de lós campos de golf andaluces**. Tesis doctoral. Universidad de Huelva, 2010.

RITCHIE, J. R. B.; CROUCH, G. I. The Competitive Destination: A Sustainability Perspective. **Tourism Management**, v.21, n. 1, p. 1–7, 2000.

RODRÍGUEZ-ANTÓN, J. M.; ALONSO-ALMEIDA, M.M.; RUBIO, L. Use of different sustainability management systems in the hospitality industry.The case of Spanish hotels. **Journal of Cleaner Production**, v. 22, p. 76-84, 2012.

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade?. **Texto para Discussão**, Campinas: IE/UNICAM, n. 102, p. 1-28, 2001.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social ou princípios do direito político**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

RUSSO, M.; FONTS, P. A recourse-based perspective on corporate environmental performance and profitability. **Academy of Management Journal**, v. 40, p.534-559, 1997.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANCHES, C. S. Gestão Ambiental Proativa. **Revista de Administração de Empresas**, v.40, n. 1, p.76-87, 2000.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Cortez, São Paulo, 2005.

SCHMIDHEINY, S. **Changing course: a global business perspective on development and the environment**. Cambridge: MIT Press, 1992, 400p.

SCHOT, J.; GEELS, F.W. Strategic niche management and sustainable innovation journeys: theory, findings, research agenda, and policy, **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 20, n. 5, p. 537–554, 2008.

SCHULZ, T.F.; KYPREOS, S.; BARRETO, L.; WOKAUM, A. Intermediate steps towards the 2000 W society in Switzerland: an energy-economic scenario analysis. **Energy Policy**, v. 36, p. 1303–1317, 2008.

SCOTT, A. Regional motors of the global economy. **Futures**, v. 28, p.391–411, 1996.

_____. The geographic foundations of industrial performance. In: CHANDLER, Jr. A.; HAGSTROM, P.; SOLVELL, O.,(eds.). **The dynamic firm – the role of technology, organization and regions**. Oxford: Oxford University Press, Chapter 16, 1988.

SEN, A. K. Ética da empresa e desenvolvimento econômico. In: CORTINA, Adela Orts (Org.). **Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações**. São Paulo: Loyola, 2003.

SETUR – SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO. **Cidades do Estado Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=1&opt=2>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2012.

SHARMA, S.; RUUD, A. On the path to sustainability: integrating social dimensions into the research and practice of environmental management. **Business Strategy and the Environment**. v. 12, n. , p. 205–214, 2003.

_____.; VREDENBURG, H. Proactive corporate environmental strategy and the development of competitively valuable organizational capabilities. **Strategic Management Journal**. n.19, v.8, p. 729–753, 1998.

SHEINBAUM, C.; RUIZ, B.J.; OZAWA, L. Energy consumption and related CO2 emissions in five Latin American countries: changes from 1990 to 2006 and perspectives. **Energy**, v.36, p.3629-3638, 2011.

SHRIVASTAVA, P. The role of corporations in achieving ecological sustainability. **Academy of Management Review**. v.20, n.4, p. 936–960, 1995.

SIGNORINI, L. F. **lo sviluppo locale**. un'indagine della banca d'italia sui distretti industriali donzelli, Roma, 2000.

_____. Intervento Introduttivo. In: SIGNORINI, L. F. et al. (Orgs.).**Economie locali, modelli di agglomerazione e apertura internazionale**. Bologna: Banca d'Italia: 2004.

SILVA L. S.; QUELHAS O. L. G. Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 13, n. 3, 2006.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.; **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertações**. Florianópolis, Laboratório de Ensino a Distancia da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. 2001.

SIMIONATTO, I. **Gramsci?** Sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social. 2ed. Florianópolis: Cortez, 1999.

SMITH, S. L. J. The tourism product. **Annals of Tourism Research**, v.21, n.3, p.582-595, 1994.

SMITH, V. **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1977.

SMITH, A. **An inquiry into the nature and the causes of the wealth of nations**. Dunwoody, Georgia: Norman S. Berg Publisher, 1976.

SOLOW, R. **Perspectives on Growth Theory**. Oxford University Press, 2000.

SOTO, W. H. G. A dialética do desenvolvimento regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmica territorial. In: BECKER, D.F. In: BECKER, D.F. (In Memoriam) & WITTMANN, M.L. (orgs.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

SOUZA, M. V. de. Globalização e revalorização da identidade cultural. In: **Encontro internacional construindo a identidade latino-americana**. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

SPRINGETT, D. Business conceptions of sustainable development: a perspective from critical theory. **Business Strategy and the Environment**. v. 12, n.2, p. 71–86, 2003.

STABLER, M. **Tourism and sustainability: principles to practice**. Wallingford: CAB International, 1997.

STEINER, G.; POSCH, A. Higher education for sustainability by means of transdisciplinary case studies: an innovative approach for solving complex, real world problems. **Journal of Cleaner Production**, v.14, n.9-11, p. 877-890, 2006.

STORPER, M. **The regional world**. New York: Guilford Press, 1997.

_____. The resurgence of regional economics, ten years later: the region as a nexus of untraded interdependencies. **European Urban & Reg. Studies**, n. 2, p.191 221, 1995.

STROH, P.Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

STROH, Y. P. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

STRONG, T. B. **Jean Jacques Rousseau: the politics of the ordinary**. London: Rowman & Littlefield, 2002.

STUDENT. **On the probable error of the mean**. *Biometrika* 6, 1,25, 1908.

SWARBROOKE, J. **Sustainable tourism management**. Wallingford: CAB International, 1999.

TABACHNICK, G. G.; FIDELL, L. S. **Experimental Designs Using ANOVA**. 5.ed. Belmont, CA: Duxbury, 2007.

TAUILE, J.; RODRIGUES, H. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. In: **Mercado de Trabalho**. Brasília: IPEA, p. 35-43, 2004.

TEIXEIRA, E. B.; VITCEL, M. C. **Cooperação estratégica, redes de cooperação e desenvolvimento regional: o caso Unijuí/Sedai**. v. 5, n. 10, p.187-210, 2007.

TEYE, V.; SÖNMEZ, S.; SIRAKAYA, E. Resident Attitudes toward Tourism Development. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n.3, p.668-688, 2002.

TOMAZZONI, E. L.; DORION, E.; ZOTTIS, A. Análise organizacional de destinos turísticos com base nos conceitos de mudança, de incerteza e na teoria do caos: estudo dos exemplos de gramado e canela, na serra gaúcha. **Organização & Sociedade**. v.15, n.47, p. 137-154, 2008.

_____. **Turismo e desenvolvimento regional** - modelo apl tur aplicado à Região das Hortênsias (Rio Grande do Sul - Brasil).2007.384f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Dimensão cultural do turismo: uma proposta de análise. **Revista de história e estudos culturais**, v.5, n.3, p.1-15, 2008.

TORRES, T. Z. G. Amostragem. In: MEDRONHO, R. A.; CARVALHO, D. M.; BLOCH, K. V.; LUIZ, R.; WERNWCK, G. L. (eds.) **Epidemiologia**. São Paulo, Atheneu, 2004.

TRIGILIA, C.. Social capital and local development. **European Journal of Social Theory**. v. 4, n. 4, p. 427-442, 2001.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

TSAUR, S.-H.; LIN, Y.-C.; LIN, J.-H. Evaluating ecotourism sustainability from the integrated perspective of resource, community and tourism. **Tourism Management**, v.27, n.4, p.640-653, 2006.

TURNER, L.; ASH, J. **The golden hordes: international tourism and the pleasure periphery**. London: Constable, 1975.

UNCED. **Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1992.

UNEP. **Global Environment Outlook 3: past, present and future perspectives**. New York, 2002, 416p.

UNEP/WTO. **Making Tourism More Sustainable: a guide for policy makers**. Paris/Madrid: united nations environment programme/world tourism organization, 2005.

VALENTIN, A.; SPANGENBERG, J.H. A guide to community sustainability indicators. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 20, p. 381 - 392, 2005.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3ªed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2003. 96 p.

VERSCOORE FILHO, J.R.S. **Redes de cooperação interorganizacionais: a identificação de atributos e benefícios para um modelo de gestão**. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

VIEIRA, P. F. Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para**

uma sociedade sustentável. São Paulo: Editora Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, 322 p.

VIEIRA, S. **Elementos de estatística**. São Paulo: Atlas, 2003.

VISÃO- **Agência de desenvolvimento da região das Hortênsias**. Disponível em <<http://www.visao.org.br/>> Acesso em: 15 de maio de 2012.

WCED. **Our common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WESTLEY, F.; VREDENBURG, H. Sustainability and the corporation: criteria for aligning economic practice with environmental protection. **Journal of Management Inquiry**. v. 5, n.2, p.104–119, 1996.

WHITE, G. **Developmental states in east Asia**. London: Macmillan, 1988.

WIGHT, P.A. Sustainable ecotourism: balancing economic, environmental and social goals within an ethical framework. **Journal of Tourism Studies**, v.4, p.54–66, 1993.

WILKINSON, A.; HILL, M.; GOLLAN, P. The sustainability debate. **International Journal of Operations & Production Management**, London, v. 21, n.12, p. 1492-1500, 2001.

WILLIAMS, W.; MEDHURST, J.; DREW, K. **Corporate strategies for a sustainable future**. Environmental strategy for industries: international perspective on research needs and policy implications. Washington: Island Press, 1993, 146p.

WITTMANN, M. L. **Administração: teoria sistêmica e complexidade**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2008.

_____. Competitividade e cooperação empresarial: um estudo sob a abordagem sistêmica. **Revista de Administração**, v. 2, n. 3, p. 67-92, 2004.

_____.; DOTTO, D. M. R.; BOFF, V. A. Desenvolvimento regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado. In: BECKER, D. F. (In Memoriam) & Wittmann, M.L. (orgs.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008, 395 p.

WCDE-World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**. Oxford University Press, Oxford, 1987, 383p.

WORRELL, D.; GILLEY, K.M.; DAVIDSON III, W.D.; EL-JELY, A. When Green Turns to Red: Stock Market Reaction to Announced Greening Activities. **Academy of Management Meeting**, v.1-3, 2003.

WTO- World Trade Organization. **Guide for local authorities on developing sustainable tourism**, 1998. Disponível em: <http://www.world-tourism.org>. Acesso em 20 de setembro de 2012.

YASARATA, M.; ALTINAY, L.; BURNS, P.; OKUMUS, F. (2010) Politics and Sustainable Tourism Development – Can they co-exist? Voices from North Cyprus. *Tourism Management*, v. 31, p.345-356, 2010.

YOUNG, G. *Tourism – Blessing or blight?*. **London: Penguin**, 1973.

ZHU, J. Development of sustainable urban forms for high-density low-income asian countries: the case of Vietnam - the institutional hindrance of the commons and anticommons. *Cities*, v.29, p.77-87.

APÊNDICES

Apêndice A – Instrumento de coleta de dados

Data ____/____/2012
Questionário: _____

Nº do Questionário: _____

Código do

Pesquisa sobre o Desenvolvimento Regional Sustentável

1) Qual função exerce? (mostrar cartão)

- 1 () Cargo Comissionado 2 () Vereador
3 () Deputado 4 () Funcionário Público
5 () Empresário 6 () Professor
7 () Gestor (Gerente) 8 () Secretário
9 () Prefeito 10 () Subsecretário

2) Sexo

- 1 () Masculino 2 () Feminino

3) Qual a idade o (a) Sr (a)?

- 1 () 18 a 24 anos 2 () 25 a 34 anos 3 () 35 a 44 anos
4 () 45 a 59 anos 5 () 60 ou mais

4) Qual sua renda mensal familiar aproximadamente?

- 1 () Até R\$ 622,00
2 () De R\$ 622,01 a R\$ 1.866,00
3 () De R\$ 1.866,01 a R\$ 3.110,00
4 () De R\$ 3.110,01 a R\$ 4.354,00
5 () De R\$ 4.354,01 a R\$ 5.598,00
6 () De R\$ 5.598,00 a R\$6.842,00
7 () Acima de R\$6.842,00

5) Em qual município o (a) Sr (a) reside?

6) Em qual município o (a) Sr (a) trabalha?

7) Com relação ao município em que o (a) Sr (a) trabalha, em uma escala de 1 a 5 (mostrar o cartão), sendo o (1) discordo fortemente e (5) concordo fortemente. Nas afirmações, a seguir, se posicione quanto ao DRS.

1	O município, nos últimos dez anos, melhorou o índice de emprego ou investe em saúde e segurança da comunidade	1	2	3	4	5
2	O município reconhece e age de forma a financiar iniciativas sociais da comunidade	1	2	3	4	5
3	O município reconhece os direitos e reivindicações da comunidade local	1	2	3	4	5
4	O município demonstra preocupação com o aspecto visual da sua comunidade (praças, empresas, monumentos)	1	2	3	4	5
5	O município comunica os impactos ambientais sofridos à sociedade	1	2	3	4	5
6	O município, através do diálogo, considera os interesses da comunidade para as decisões de investimentos	1	2	3	4	5
7	O município obtém ganhos financeiros com a promoção da reciclagem	1	2	3	4	5
8	As empresas e o governo do município estão preocupados com a gestão das contas (“não endividamento”)	1	2	3	4	5
9	O município reduz custos por meio da gestão de resíduos	1	2	3	4	5
10	O município realiza parcerias com o Estado e o governo federal para proteger os interesses da comunidade	1	2	3	4	5
11	O município está preocupado em promover a inovação (adoção de novas tecnologias) para gerir melhor seus recursos	1	2	3	4	5
12	O município se esforça para atrair investimentos e/ou turistas preocupando-se com as questões ambientais	1	2	3	4	5
13	O município incentiva a redução do consumo de energia	1	2	3	4	5
14	O município incentiva a redução da quantidade de resíduos	1	2	3	4	5
15	O município preocupa-se com a preservação dos animais e das plantas	1	2	3	4	5
16	O município promove a redução do impacto ambiental em suas ações públicas e privadas	1	2	3	4	5
17	As parcerias realizadas no município (contratação de serviço de lixo, reciclagem, tratamento de resíduos) visam a redução do impacto ambiental	1	2	3	4	5
18	O município reduz os riscos provenientes de acidentes ambientais, bem como promove o tratamento de água e esgoto.	1	2	3	4	5
19	O município reduz a compra de produtos não renováveis e materiais poluentes	1	2	3	4	5
20	O município reduz o uso de combustíveis tradicionais, substituindo algumas fontes de energia menos poluentes	1	2	3	4	5
21	O município realiza ações ambientais de maneira voluntária (por exemplo, ações que não são exigidas por regulamentação)	1	2	3	4	5
22	O município promove discussões públicas e incentiva o engajamento das pessoas em ações ambientais	1	2	3	4	5

8) Dê uma nota de 1 a 10, sendo 10 a nota mais alta, para o Desenvolvimento Sustentável de sua Região?